





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê edição e política

5 Editorial

9 **Apresentação** *Marisa Midori Deaecto e Hugo Quinta*

13 **A Editora da Universidade de Brasília: cultura e política na construção de um catálogo editorial (1961-1964)** *Marisa Midori Deaecto*

27 **A Difel e a coleção Corpo e Alma do Brasil: princípios para a construção de uma brasileira universitária (1957-1964)** *Fabiana Marchetti*

41 **"A cultura a serviço do progresso social": a atuação de Jorge Zahar na construção de um projeto de país** *Leonardo Nóbrega*

55 **Os comunistas brasileiros e o desenvolvimentismo: a Frente Nacionalista nas edições da Editorial Vitória (1958-1964)** *Vinícius Juberte*

71 **Os Cadernos Nacionalistas do Ipês e a luta ideológica no mercado editorial do pré-1964** *Camila Alvarez Djurovic*

87 **Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book Programs: relações internacionais e políticas editoriais para um Brasil "em desenvolvimento" (1965-1971)** *Laura de Oliveira Sangiovanni*

105 **Sociabilidades literárias paulistas e as edições de poesia da Livraria Duas Cidades (1970-1980)** *Hugo Quinta*

textos

125 **O preço da liberdade é a eterna vigilância: os desafios das democracias frente ao crescimento da extrema direita** *Carla A. Rizzo e Marcello C. Rollemberg*

139 **A fala consumista (o *supercliente* na ordem do consumo)** *Jean Pierre Chauvin*

arte

152 **Portinari: sonho e realidade** *Elza Ajzenberg*

livros

175 **Lições para sair do atoleiro** *Daniel Afonso da Silva*

179 **Entre Deus e o Diabo, a histeria coletiva** *Karina Marques*

185 **A carta de Caminha** *José de Paula Ramos Jr.*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor CARLOS GILBERTO CARLOTTI JUNIOR
Vice-reitora MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

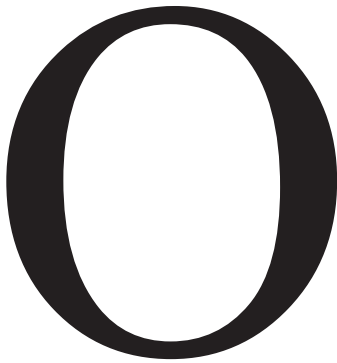
Editor JURANDIR RENOVATO
Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA
Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
MARIA PAULA LUCENA BONNA (estagiária)
SILVIA SANTOS VIEIRA
Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE
Colaborador MARCOS SANTOS (fotografia)

Conselho Editorial
ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
EDUARDO VICTORIO MORETTIN
EUGÊNIO BUCCI (membro nato)
FERNANDO LUIS MEDINA MANTELATTO
FLÁVIA CAMARGO TONI
FRANCO MARIA LAJOLO
JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO
OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento
Gráfica CS



Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
www.usp.br/revistausp
e-mail: revisusp@usp.br



O dossiê deste número da **Revista USP** é dedicado à produção daquilo que Umberto Eco denominou de memória vegetal. Ele estava se referindo, claro, ao livro, esse objeto que, com exceção do pergaminho, feito de pele animal, consolidou-se de fato na forma vegetal, desde o papiro até o papel. Com a revolução desencadeada por Gutenberg e com sua difusão, o livro passou a interferir na cultura como nunca antes havia acontecido. Assim surge a figura do editor, responsável este por dar o suporte material sem o qual um texto jamais chegaria ao leitor.

O foco deste “Edição e Política” é o livro feito no Brasil, mais precisamente aquele produzido entre as décadas de 50 e 80 do século passado. Os protagonistas são aqueles editores (e autores) os quais, nesse período que se estende do pós-Segunda Guerra Mundial ao pré e pós-Golpe de 64, vislumbraram a possibilidade de pensar e dar sentido a um país que, enquanto se modernizava, permanecia cindido por visões políticas tão distintas quanto antagônicas. E assim se explica o subtítulo inscrito na capa desta edição: cultura, censura e batalhas ideológicas no Brasil.

O dossiê foi coordenado por Marisa Midori Deaecto, historiadora e professora de História do Livro da Escola de Comunicações e Artes da USP, e por Hugo Quinta, pós-doutorando em Editoração na mesma ECA-USP. O cuidado com que organizaram e imprimiram uma unidade temática às contribuições aqui presentes, a mostrar o alcance do papel das editoras (e de seus respectivos editores) na construção e compreensão do Brasil contemporâneo, é de fato digno de aplausos e, quero crer, já faz deste conjunto de artigos uma referência para os estudos sobre a história do livro e da produção editorial no país.

Jurandir Renovato



edição e política

Apresentação

Em “Cultura e política (1964-1969)”, Roberto Schwarz desenvolve “alguns esquemas” interpretativos com vistas a decifrar o Brasil após o Golpe de 1964. Para tanto, parte da seguinte premissa: “A presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá [o artigo foi escrito em 1970] não parou de crescer [...]”. Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, que se concentra, cumpre frisar, “nos grupos diretamente ligados à produção ideológica”¹, portanto, longe das massas. Segundo o autor, esse quadro ou “esta anomalia” se mantém até a imposição do Ato Institucional n. 5, em 13 de

dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva. Destarte, o acirramento do estado de violência sobre os setores culturais que se instaura, a partir de então, pode ser compreendido, segundo o autor, porque “em 1968, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa política perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento”².

Particularmente no que se refere ao mundo dos livros, a prisão do editor Ênio Silveira, em 14 de dezembro de 1968, ou seja, no dia seguinte à publicação do AI-5, guarda um significado profundo para uma parte do setor cultural que apostava na leitura, antes, na formação do leitor como um instrumento de transformação

1 R. Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, in *O pai de família e outros estudos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 71.

2 Idem, *ibidem*, pp. 72-3.

da sociedade. Ele mesmo declarou, em um depoimento registrado muito tempo mais tarde, que a produção editorial nos primeiros anos que se seguiram ao golpe não havia mudado de todo o programa por ele consolidado na Civilização Brasileira. Mas a tomada de consciência do novo regime se dera antes da prisão, quando a editora foi invadida e todo o material relativo à publicação das *Obras completas* de Lênin destruído pela polícia política. Em suas palavras: “Eu publiquei muitas dessas obras – do golpe no Brasil, dos erros do golpe, do Carpeaux e de outros, e essas eles apreendiam logo. Mas com as obras de Lênin, eu pensava, seria diferente, ele era um líder político, uma figura histórica, e provavelmente passaria – eu tenho visto estas coisas. Eles não apreenderam Marx. Pensei, se não apreenderam Marx, não apreenderam Engels, que lancei também, vou lançar o Lênin, que é um brilhante pensador”³.

Talvez, se pudéssemos recuar no tempo e flunar pelas livrarias da Cinelândia e de seu entorno, nos anos de 1965, compartilharíamos da mesma percepção de Ênio Silveira. Ou se percorrêssemos as estantes e bancadas das livrarias situadas no Centro Novo de São Paulo, partindo do Viaduto do Chá até a Biblioteca Mário de Andrade, ou seguindo mais adiante, até a Rua Maria Antônia, constataríamos, ainda nos idos de 1968, como o faz Roberto Schwarz, que “a produção de esquerda veio a ser um grande negócio, e

alterou a fisionomia editorial e artística do Brasil em poucos anos”⁴.

Notemos que desde o pós-Segunda Guerra Mundial os editores brasileiros vinham nadando com certo êxito contra a maré do analfabetismo, da carência de livrarias e do preço do livro, por meio de projetos editoriais não raro ousados e inovadores que miravam um público universitário em ascensão, ao mesmo tempo que laboravam para fazer com que o livro extrapolasse os já relativamente desbravados centros urbanos. É possível que este movimento intenso do mercado editorial brasileiro, responsável, inclusive, por levantar a guarda de editores conservadores contra o “perigo vermelho”, como veremos mais adiante, tenha criado uma infraestrutura suficientemente sólida para enfrentar os revezes do pós-1964.

E se os destinos tomados por cada editora após o golpe reafirmam ou enfraquecem a ideia de uma “hegemonia da cultura de esquerda” até 1969, não nos parece de todo fora do lugar a constatação segundo a qual as prateleiras das livrarias testemunharam uma resistência silenciosa, até o momento em que aqueles mesmos livros (e seus potenciais leitores) passaram a figurar como protagonistas de uma oposição massiva e ruidosa. O epílogo desastroso do programa conduzido pela Editora da Universidade de Brasília, fundada em 1961, como veremos no artigo de abertura do presente dossiê, cuja ocupação e intervenção do campus se deram no calor do golpe civil-militar, não pode ser inter-

3 J. P. Ferreira (org.), *Editando o editor 3: Ênio Silveira*, São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2003, p. 70.

4 R. Schwarz, op. cit, p. 77.

pretado senão no âmbito de uma editora universitária, portanto, pública, que se moldou de acordo com um projeto totalmente inovador e progressista no coração da nova e pulsante capital do país. Mas, ainda assim, as aspirações de intelectuais e editores que apostaram naquele projeto dizem muito dessa percepção segundo a qual as editoras refletiam, para retomar a hipótese de Schwarz, “grupos diretamente ligados à produção ideológica” ou, por assim dizer, um pensamento universitário no qual a esquerda se fazia hegemônica.

Tal perspectiva se alinha muito bem à estratégia da Difel, cujo catálogo traduz as noções e contradições da modernidade brasileira das décadas de 1950-1960. É o que vemos no artigo de Fabiana Marchetti, “A Difel e a coleção Corpo e Alma do Brasil: princípios para a construção de uma brasileira universitária (1957-1964)”. Dando continuidade às edições que repercutem os percalços da modernidade, Leonardo Nóbrega, em “A cultura a serviço do progresso social: a atuação de Jorge Zahar na construção de um projeto de país”, aborda a trajetória da editora do ponto de vista da composição do catálogo de ciências humanas e, de modo particular, dos títulos que conformaram um repertório importante, senão fundamental, para a formação e a crítica da sociedade brasileira.

As editoras de esquerda aparecem aqui representadas pela experiência mais promissora e longeva do PCB no campo editorial. Referimo-nos à Editorial Vitória, cujo artigo constitui um extrato da tese de doutoramento recentemente defendida por Vinícius Juberte.

No outro extremo do *front* político, dois artigos abordam a presença de

empresários, industriais e militares que se empenharam em construir uma infraestrutura editorial focada na propaganda anticomunista, com o apoio dos Estados Unidos. O primeiro artigo se intitula “Os Cadernos Nacionalistas do Ipês e a luta ideológica no mercado editorial do pré-1964”, de Camila Djurovic, que não apenas discorre sobre a história do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais formado por empresários e militares de alta patente, mas também descreve as características dos Cadernos do Instituto em contraste com os Cadernos do Povo Brasileiro, publicados pela Civilização Brasileira, demonstrando como a disputa ideológica dos anos 1960 ecoou em projetos editoriais destinados às massas. Essa perspectiva está presente na contribuição de Laura de Oliveira Sangiovanni, “Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book Programs: relações internacionais e políticas editoriais para um Brasil ‘em desenvolvimento’ (1965-1971)”.

E se, como nos ensina Juan José Saer, “os políticos não falam em versos”, há de se fazer poesia! O artigo que encerra este dossiê busca recuperar o sopro de vida cultural que a Duas Cidades manteve vivo no Centro de São Paulo, já nos estertores da tão fatigada e sofrida década de 1970. Em “Sociabilidades literárias paulistas e as edições de poesia da Livraria Duas Cidades (1970-1980)”, Hugo Quinta retrata as correntes poéticas pulsantes na capital e que, graças à ação de Augusto Massi e do Professor Santa Cruz, foram convertidas em livros, na charmosa e hoje raríssima Coleção Claro Enigma.

O dossiê “Edição e Política” buscou reunir artigos cujas temáticas nos permi-

tissem compreender a ação de editoras de esquerda, mas também dos projetos declaradamente anticomunistas formulados na era do desenvolvimentismo brasileiro até a sua debacle, após o Golpe de 1964. Não se trata de uma temática inédita, muito pelo contrário, ela foi problematizada tanto por testemunhas oculares, que perceberam esse movimento de ebulição editorial vivenciado no país, como também por pesquisadores que, na esteira de Laurence Hallewell ou de Edgard Carone – para citar dois exemplos superlativos –, buscaram compreender esse período, por meio de contribuições monográficas. E se

a especificidade do dossiê que ora apresentamos ao público não reside no ineditismo da questão que o sustenta, parece certo que os sujeitos, temas e informações sobre os quais uma majoritariamente nova geração de pesquisadores aqui reunidos lança luz, vêm alicerçados com documentos, abordagens e perspectivas que demarcam um novo – e auspicioso – momento pelo qual passa a história do livro e da edição brasileira.

Marisa Midori Deaecto

Hugo Quinta



Marcos Santos/USP Images

**A Editora da Universidade de Brasília:
cultura e política na construção
de um catálogo editorial (1961-1964)**

Marisa Midori Deaecto

resumo

A Editora da Universidade de Brasília completou, em 2021, sessenta anos. É a mais antiga em atividade no Brasil. Para registrar esta efeméride, a autora resgata, no presente artigo, o processo de construção da editora, à luz do programa editorial da coleção Biblioteca Básica Brasileira.

Palavras-chave: Editora da Universidade de Brasília; história do livro; Biblioteca Básica Brasileira.

abstract

In 2021, the University of Brasília Press celebrated its sixtieth anniversary. It is the oldest in activity in Brazil. To record this anniversary, the author rescues, in this article, the process of construction of the publishing house, in the light of the editorial program of the Biblioteca Básica Brasileira collection.

Keywords: *University of Brasília Press; book history; Biblioteca Básica Brasileira.*

“Em suas conversas com Kuffer, Dimitrijevic usou duas palavras para definir o ofício do editor: barqueiro e jardineiro [...] Tanto o barqueiro quanto o jardineiro aludem a algo que preexiste: um jardim ou um viajante a ser transportado. Todo escritor possui em si mesmo um jardim a ser cultivado e um viajante a ser transportado”
(Calasso, 2020, p. 134).

“E chegou a hora dos professores universitários brasileiros seguirem a regra de ouro dos avisados colegas norte-americanos: *publish or perish!*”
(Bosi, 1987, p. 9).

As editoras universitárias brasileiras são relativamente novas, tanto quanto nossas universidades. Se comparadas com as mais antigas editoras universitárias europeias, Oxford (1478) e Cambridge (1534), diríamos que elas se encontram na era dos incunábulo. No entanto, o critério de longevidade não nos parece suficientemente esclarecedor quando se trata de reconhecer a presença e a força com que atuam no mercado editorial, uma realidade que vem se confirmando desde meados da década de 1980.

Sob a ótica do mercado, o cenário atual é menos otimista, particularmente no que toca o subsetor de livros científicos, técnicos e profissionais (CTP), para o qual contribuem mais fortemente as editoras universitárias¹. Talvez a crise encontre suas raízes justamente

no fato da produção editorial universitária ter se colocado diante de uma falsa aporia, exposta na epígrafe do presente artigo sob a fórmula um tanto constrangedora do *publish* ou *perish*. Ou seja, todo o trabalho de construção de um catálogo editorial, fundamentado

1 Em 2020, Mariana Bueno e Henderson Füst apresentaram o seguinte balanço do setor: “Segundo a *Série Histórica da Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro*, as editoras de livros científicos, técnicos e profissionais (CTP) registraram, em 2019, o pior resultado em mais de dez anos em que o mercado é analisado, apresentando uma queda acumulada de 41% em termos reais nos últimos 14 anos. Esse resultado negativo teve início em 2015 e, de lá para cá, o subsetor registra decréscimo acumulado de 50% em termos reais. É válido notar que essa queda ocorre após o segmento registrar crescimento substantivo no período imediatamente anterior (2006-2014), com variação positiva de 16,7%”.

MARISA MIDORI DEAECTO é professora livre-docente de História do Livro da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e autora de, entre outros, *O império dos livros* (Edusp).

no princípio da produção e difusão do conhecimento, o que faz do editor, nas palavras de Calasso, um jardineiro pronto a transformar a matéria bruta em arte, reduziu-se ao quadro frio do produtivismo. Diante disso, por que uma universidade pública deveria investir seus recursos na edição de livros? Dentre tantas respostas possíveis: “porque seu objetivo principal é o atendimento às necessidades da comunidade acadêmica, a editora universitária pode elaborar uma política editorial centrada [eu acrescentaria, *exclusivamente*] no aspecto acadêmico” (Franchetti, 2017, p. 41). Mas, se porventura o “aspecto acadêmico” se reduz ao *publish* ou *perish*, parece óbvio que a produção entra em crise. Porque, afinal, toda a cadeia, do autor ao leitor, do original ao livro, perde a sua razão de ser.

Com vistas nos dados alarmantes que se vislumbram nos dias de hoje, parece instrutivo recuperar as origens de uma importante editora universitária brasileira que, em 2021, celebrou 60 anos.

A Editora da Universidade de Brasília (Ed. UnB) iniciou sua história em 1961, seguida pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), fundada no ano seguinte. As duas conformaram, nas suas origens, projetos e modelos de gestão bem destoantes², de par com o caráter não menos diverso de suas instituições matrizes. Estas iniciativas buscaram responder a uma demanda crescente, apenas em

parte atendida pelo mercado, de obras científicas em língua portuguesa, as quais vinham preencher os programas de um ensino superior em plena expansão, tanto do ponto de vista institucional quanto do público universitário.

Para se ter uma ideia da conjuntura em que estas duas editoras universitárias se inserem, cumpre observar que desde o final da Segunda Guerra Mundial o mercado apontava diferenças qualitativas expressivas em relação ao primeiro movimento de “nacionalização” da produção editorial brasileira, tal como observado na década de 1930. Se, naquele momento, a ficção nacional emergia na linha de frente dos catálogos das principais editoras em atividade (Miceli, 1979) – embora não se possa negligenciar a importância das coleções voltadas para os estudos brasileiros, como a *Brasiliana*, publicada pela Companhia Editora Nacional, e a *Documentos Brasileiros*, por sua concorrente direta, a Editora José Olympio, para nos fixarmos nos exemplos mais flagrantes –, nas décadas de 1950-60 os títulos de autores nacionais e estrangeiros voltados para o público universitário na área de ciências humanas entram na mira dos editores³. Segundo Florestan Fernandes (1962, p. 4),

2 A Edusp sustentou, de 1962 a 1985, o sistema de coedição, tendo sido, à época, alvo de muitas críticas por seus pares. Segundo Vianney Mesquita (1984, p. 91), antigo diretor da Editora da Universidade Federal do Ceará (UFC): “Aquilo que as editoras privadas fazem com a Edusp, nas coedições, nada mais é que garantir o retorno do capital aplicado antes mesmo de iniciar a vendagem do público consumidor. A editora comercial fez, às custas da Edusp, um investimento garantido, sem margem de risco!”.

3 Um levantamento dos títulos em estoque das editoras inventariadas no volume *Edições Brasileiras 1-3* (janeiro de 1963/março de 1965), 1963-1965 (apud Hallowell, 2005, p. 536), dá bem a medida da riqueza e diversidade do mercado às vésperas do Golpe de 64: Nacional, 406 títulos; Freitas Bastos, 314; Melhoramentos, 310; Forense, 173; Biblioteca do Exército, 149; Editora Civilização Brasileira, 137; Ao Livro Técnico, 127; Cultrix, 124; Vecchi, 122; José Olympio, 115; Saraiva, 110; Pensamento, 88; Atlas, 81; Distribuidora Record, 79; O Cruzeiro, 72; Francisco Alves, 68; Difusão Europeia do Livro (Difel), 67; Martins, 64; Vitória, 61; Agir, 60; Editora do Autor, 50; São José, 46; Herder, 45; Boa Leitura, 45; Globo, 40; Minerva, 40; Zahar, 39; Pongetti, 37; Revista dos Tribunais, 37; Edart, 34; Edameris, 32; Acadêmica, 30; Aguilar, 28; Biblos, 27; José Álvaro, 22; Vozes, 22; Brasil-América, 20; Mestre Jou, 17; Trabalhistas, 14; Jackson, 11; Colibri, 8; Alfa, 2; Mérito, 2.

“[...] parece patente que a vitalidade das experiências universitárias está modificando, radicalmente, os centros de interesse e os padrões de preferência dos consumidores de livro. Já existe um público, embora ainda vacilante, para o ‘livro universitário’, o que cria perspectivas novas para as editoras, para os autores e também para os leitores, que poderão libertar-se progressivamente da dependência do livro estrangeiro”.

Urgia, portanto, que as universidades criassem uma estrutura editorial própria, ou seja, algo além dos serviços gráficos preexistentes⁴.

É nesse sentido que a experiência da UnB será recuperada no presente artigo, ou seja, de um lado, interessa observar as condições de implantação da editora como parte constitutiva de uma universidade totalmente nova, condizente com a criação de uma nova capital, no interior do Brasil. Por outro lado, pretende-se lançar luz sobre o programa de publicações que embasou a formação do primeiro catálogo da Ed. UnB, discutir o significado inovador da proposta, mas também os seus limites. Nesse ponto, interessa captar o processo de construção da Biblioteca Básica Brasileira, a BBB, tanto do ponto de vista de seu repertório quanto dos intelectuais que atuaram para a publicação dos dez primeiros títulos.

4 A bibliografia especializada aponta o pioneirismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ao fundar sua gráfica e impressora de livros em 1955. Mas, nesse caso, não houve necessariamente um projeto editorial que guiasse os serviços gráficos prestados pela universidade. Para uma história completa das editoras universitárias brasileiras, consultar Leilah Santiago Bufrem (2001).

TRADIÇÃO-INOVAÇÃO NO PROGRAMA DA ED. UNB

A Editora da Universidade de Brasília foi fundada sob a direção de Artur Neves⁵. Informação altamente reveladora, dado o seu protagonismo no mercado de livros paulista na década de 1940, à frente da Brasiliense, editora fundada por Caio Prado Jr., que teve Monteiro Lobato como sócio. O momento, já o dissemos, era de otimismo. Afinal, a abertura de uma universidade na recém-criada capital do Brasil vinha de par com os programas nacional-desenvolvimentistas de João Goulart. Podemos mesmo dizer que o projeto editorial da Ed. UnB condizia com um plano tão munificente quanto ousado como o foi a construção de Brasília e de sua universidade. Celebrava-se, enfim, o princípio da Educação como um pilar para o progresso brasileiro, segundo seus principais ideólogos⁶.

5 Artur Heládio Neves nasceu em 1916, em Ribeirão Bonito. Perdeu o pai muito jovem e seguiu para São Paulo, onde ingressou na gráfica Revista dos Tribunais, de Nelson Palma Travassos. Dali seguiu para a Companhia Editora Nacional, tornando-se braço direito de Octalles Marcondes Ferreira. Era membro da Juventude Proletária Estudantil e frequentava a União dos Trabalhadores Gráficos. Em 1935, foi preso junto com vários trabalhadores na Imprensa Oficial do Estado. A militância comunista, o amadurecimento profissional e intelectual, mas também o círculo de amizades, conduziram-no à Editora Brasiliense. Dali, ele partiria para um novo desafio, a Editora da Universidade de Brasília (Iumatti, 2016, pp. 127-174).

6 Devemos lembrar a importância da atuação de Anísio Teixeira e de Fernando de Azevedo nos projetos de renovação do ensino no Brasil, desde a década de 1930. Eles estarão à frente de várias iniciativas editoriais, tendo influenciado, inclusive, jovens editores, a exemplo de Ênio Silveira, editor-fundador da revista *Atualidades Pedagógicas*, cuja história longa (1931-1981) não pode ser contada sem a presença desses dois grandes formuladores da educação brasileira. (Toledo, 2020; Silveira, 2003).

Darcy Ribeiro (primeiro reitor da UnB) e Anísio Teixeira estiveram à frente daquela iniciativa vanguardeira (Bomeny, 2016, pp. 1003-28). No *Plano Orientador da Universidade de Brasília* (1962)⁷ a editora figura no arrolamento do patrimônio da instituição com um fundo rotativo próprio, no valor de Cr\$ 50.000.000,00. Para se ter uma ideia da importância dessa dotação, cumpre destacar que, no mesmo período, era este o valor declarado dos lucros da Rádio Nacional, noutros termos, do principal e mais popular veículo de comunicação do país. A missão da editora é explicitada no mesmo documento, que passamos a citar:

“Traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. Somos, hoje, um dos maiores importadores de livros técnicos da Espanha, do México e da Argentina. Vale dizer que os alunos de nossas universidades estão estudando em espanhol. A exemplo do que fizeram todos os países modernos, impõe-se editar em português a bibliografia básica para a formação profissional comum, em nível universitário”.

“Traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade” e editar a produ-

7 Este foi o primeiro título da editora, publicado em inglês e português.

ção científica da universidade. O primeiro desafio se coloca, em parte, ainda em nossos dias, dada a demanda permanente de traduções de obras fundamentais para a formação acadêmica e técnica em níveis de graduação e pós-graduação. A partir da década de 80, a deficiência de traduções de textos acadêmicos, cujos investimentos não se justificavam comercialmente, dado o caráter especializado e de circulação restrita de algumas obras, será atacada com maior vigor pelos editores universitários em ascensão, o que não passou isento de críticas lançadas por seus próprios pares, interessados, como estavam (e ainda estão), em enfatizar ou até mesmo priorizar a publicização dos resultados das pesquisas realizadas em suas instituições⁸.

O segundo ponto, a saber, “editar a produção científica e literária da própria Universidade”, pode ser interpretado em duas chaves: como um compromisso que se ratifica por escrito com a instituição *mater*, afinal, não podemos perder de vista o caráter oficial do documento, mas, também, como resposta a uma tendência flagrante no mercado, que consistia na aproximação de editoras particulares com institui-

8 Por mais contraditório que possa parecer, a maior parte das editoras universitárias “foram instaladas no bojo da ditadura. Tendo na origem a imprensa oficial, a maioria das editoras federais mais antigas data dos anos 70, sendo que sua expansão foi resultado da confluência de dois interesses: dos editores das gráficas de universidades federais, que desde 1976 se reuniam para debater temas como padronização dos impressos, custos, melhor aproveitamento dos equipamentos; e do MEC, que em 1981 criou um programa especial, o Proedi, para estimular ‘a publicação da produção científica e intelectual das IES [Instituições de Ensino Superior], tanto para fomentar o debate crítico [...] como para dar o imprescindível apoio ao avanço do desenvolvimento científico e tecnológico nacional” (Guedes & Pereira, 2000, p. 78).

ções de ensino e de pesquisa emergentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Artur Neves, como assinalado, um dos mentores da Brasiliense, tanto quanto Darcy Ribeiro, mentor intelectual da Ed. UnB, conheciam bem o cenário intelectual da época.

Em 1957, a Editora Zahar fazia sua estreia na praça carioca com o slogan “A Cultura a Serviço do Progresso”. No catálogo de abertura, o *Manual de sociologia*, de Rumney e Meier, traduzido por Octavio Alves Velho, e *Democracia e direito*, de Jerome Hall, com tradução de Arnold Wald e Carly Silva, e introdução de Paulo Dourado Gusmão. Para se ter uma ideia da euforia com que o novo empreendimento editorial foi recebido, citamos a notícia publicada n’*O Estado de S. Paulo*, de 28 de setembro de 1957 (apud Cataldo, 2017, p. 237)⁹:

“[...] a falta de bons textos didáticos constitui uma das maiores dificuldades com que se defrontam os professores de Ciências Sociais no Brasil. Por isso, é sempre oportuna e causa interesse a tradução e a edição, em português, de livros que podem ser utilizados em cursos de iniciação científica dessas matérias, pois elas sempre concorrem para criar ou para aumentar os hábitos de leitura dos principiantes”.

A Editora Civilização Brasileira já investia, por seu turno, em traduções de obras de ciências humanas, especialmente, de autores norte-americanos, com os quais o editor estabelecera relações durante um estágio

9 Além do artigo citado, valemo-nos do livro de Paulo Roberto Pires (2017).

na Universidade de Columbia¹⁰. Além disso, Ênio Silveira dialogava com representantes de diferentes setores progressistas brasileiros, entre pensadores já bem estabelecidos como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, passando por intelectuais do Iseb¹¹, órgão fundado durante o governo de Juscelino Kubitschek, portanto, representativo do pensamento nacional-desenvolvimentista em voga, e militantes do PCB, partido que, a partir de 1947, após um êxito eleitoral histórico para representantes (deputados e senadores) do Legislativo, foi uma vez mais relegado à clandestinidade¹².

Outras editoras surgiram com fôlego novo e, vale dizer, boa dose de altruísmo, como observa Florestan Fernandes ao comentar o aumento das publicações de livros universitários, no limiar da década de 60. O autor salienta a importância, por exemplo, do “Fundo Universal de Cultura, Zahar Editores, Livraria Pioneira Editora, Ibrasa, Edart etc.”, além de coleções lançadas por “antigas editoras”, a exemplo da “Com-

10 Para se ter uma ideia da afinidade do governo com os programas editoriais em evidência, o que nos permite compreender as orientações expressas no plano da Ed. UnB, relata Ênio Silveira: “Um pouco antes do Golpe de 64, surgiu no Rio de Janeiro um rumor de que, numa reforma ministerial, eu seria o próximo ministro da Educação [...]. Era um rumor, e por isso não dei crédito, achei que era uma brincadeira” (Silveira, 2003, p. 63).

11 O Iseb foi fundado em 1955. Participaram do projeto inicial Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Os dois últimos, vale sublinhar, compuseram a equipe editorial da UnB (ver doc. infra).

12 Nesse aspecto, é notável a atuação, na década de 1940, da Editorial Vitória e da Calvino Editores. O componente nacional-popular de suas edições se torna evidente nos catálogos, embora as editoras não abram mão de publicações teóricas e de cunho social internacionais (Editorial Vitória, 1946) (Deaecto & Mollier, 2013; De Luca, 2014; Juberte, 2023).

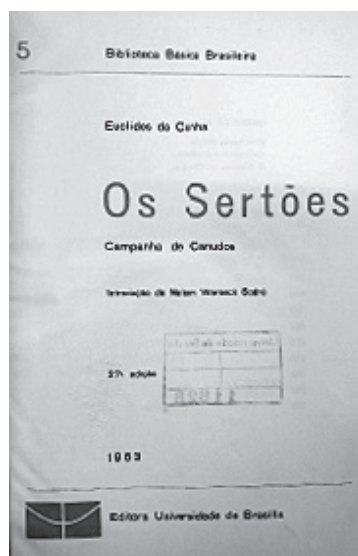
panhia Editora Nacional (com a Biblioteca Universitária, que já conta com duas séries em plena atividade: a de filosofia e a de ciências sociais) e da Difusão Europeia do Livro (com sua Coleção Corpo e Alma do Brasil e suas importantíssimas séries sobre História – do Brasil, Universal e da Ciência)” (Fernandes, 1962, p. 4).

É, portanto, nesse ambiente de agitação intelectual e política que o programa editorial da UnB se define. Os caminhos eram muitos, compatíveis com a sua missão (ver documento supra). No caso das traduções, elas demandavam tempo e um trabalho ulterior de prospecção, tal como o realizado pela Zahar, Civilização Brasileira e Difel. A produção docente da UnB estava certamente no horizonte de realizações, mas estas viriam à luz apenas a médio prazo, pois a universidade acabara de inaugurar seus cursos. Talvez seja por esse motivo que, na prática, a Ed. UnB tenha priorizado, como previsto no documento acima citado, um terceiro ponto: “sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior”. Prevaleceu, portanto, nesse momento de constituição do catálogo editorial, o projeto de construção de uma biblioteca brasileira que expressasse o espírito e a visão de mundo dos idealizadores da UnB.

A BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA: ENSINO E POLÍTICA

A iniciativa foi apresentada em 1963, nos termos seguintes:

“A Editora da Universidade de Brasília editará, em 1963, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, os 10 (dez) primeiros



Folha de rosto de *Os sertões. Campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha.

Toda a coleção obedece a um mesmo padrão gráfico: formato 16 x 24, folha de rosto em duas cores, seguindo o logo da editora em verde, com o traçado do plano piloto vazado, no pé da página. O número e o nome da coleção seguem no cabeço. As duas seções, cabeço e pé, são demarcadas por fios para conferir equilíbrio à página

volumes de uma coleção uniforme denominada Biblioteca Básica Brasileira. Essa coleção, que no futuro deverá enfeixar 100 (cem) obras de autores nacionais, selecionadas através de amplo inquérito, constitui [...] um conjunto de livros indispensáveis para o conhecimento do nosso país e do homem brasileiro” (apud Lacerda, 2018, p. 3).

Sem dúvida, uma coleção ambiciosa, ao prever a publicação simultânea de dez títulos, com tiragem inicial de 15 mil exemplares, totalizando 150 mil livros. Entre setembro de 1962 e janeiro de 1963, Darcy Ribeiro estava à frente do Ministério da Educação do governo provisório de João Goulart, o que tornou factível o programa editorial nos

moldes apresentados, sobretudo, em termos financeiros (ver Quadro 1).

Ana Regina Luz Lacerda situa a Biblioteca Básica Brasileira (BBB) dentro de um quadro mais amplo de coleções brasileiras. Como observa a autora, o projeto dá continuidade, dentro de suas especificidades, a projetos editoriais que se notabilizaram nos anos 1930, a saber, a Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Companhia Editora Nacional, e a Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, ambas em atividade, embora sem o mesmo fulgor dos primeiros tempos¹³.

A esses projetos assinalados pela autora é preciso acrescentar a iniciativa capitaneada por Paul Monteil, fundador da Livraria Francesa de São Paulo e editor-proprietário da Difusão Europeia do Livro (Difel). Além de se voltar para a tradução de títulos universitários franceses, ele publicou a Coleção Corpo e Alma do Brasil, dirigida por Fernando Henrique Cardoso, de 1951 a 1970, projeto que congregou uma fração importante do pensamento universitário brasileiro ou, pelo menos, a expressão daquele “sopro de radicalismo”, para retomar um termo cunhado por Antonio Candido, nascido no coração da Rua Maria Antônia¹⁴. Haveríamos de destacar, ainda, os programas de

brasileanas financiados pelo Instituto Nacional do Livro (Bragança, 2009); outrossim, embora de forma mais episódica, mas nem por isso menos relevante, o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, dirigido por Rubens Borba de Moraes e Willian Berrien (Gráfica e Editora Souza, 1949.)¹⁵. O bibliófilo brasileiro coordenará, inclusive, o curso de Biblioteconomia da UnB ao qual aparece vinculada a Biblioteca Central.

A edição de um repertório bibliográfico brasileiro não constituía, portanto, fato incommum. Além dos exemplos citados, devemos lembrar que Nelson Werneck Sodré publicou, em 1945, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Pelo que se depreende do Prefácio à primeira edição, a pesquisa se dera a convite da Editora Leitura¹⁶. Aliás, este título se reveste de uma importância maior para nosso estudo justamente porque, passadas duas décadas desde a sua primeira edição, ele será revisto para compor o primeiro volume da Biblioteca Básica Brasileira (BBB) – agora, em uma terceira edição.

Passado e presente, tradição e inovação se amalgamam, portanto, na BBB. Ou seja, ao contrário da tendência verificada

13 Na verdade, é muito rica a produção editorial sobre o período. Sobre o tema, assinalamos a pesquisa fundamental de Fábio Franzini (2010).

14 O primeiro título da Coleção Corpo e Alma do Brasil foi *Novos estudos de geografia humana*, de Pierre Monbeig (1957), em seguida, foi publicado *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide (1959), e *Mudanças sociais do Brasil*, de Florestan Fernandes (1960), para ficarmos nos três primeiros títulos desse empreendimento tão bem-sucedido, sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, que projetou a segunda geração de docentes da FFCL-USP (Marchetti, 2023).

15 “O projeto, originalmente concebido como *Handbook of Brazilian Studies*, com financiamento generoso de instituições como o American Council of Learned Societies e a Rockefeller Foundation” demarcou um momento importante das relações Brasil-Estados Unidos (Nicodemo, 2019, pp. 67-84).

16 “A importância que demos à organização deste livro ressalta do nome escolhido – o do historiador e sociólogo Nelson Werneck Sodré, como um dos mais indicados para realizá-lo nos moldes que havíamos idealizado”. “Nota dos Editores” (Sodré, 1945, p. 10). Aliás, o título compõe o segundo volume da Coleção Conhecimento do Brasil, a qual fora inaugurada com a tradução, por Aurélio Domingues, da obra de Oliveira Lima, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, prefaciada por Gilberto Freyre a convite do editor (como se lê nas orelhas do volume de Werneck Sodré).

QUADRO 1

A Biblioteca Básica Brasileira da Ed. UnB (1963)		
Volume	Referência Bibliográfica	Cit. por Nelson Werneck Sodré (seção)*
1	Manoel Said Ali. <i>Gramática secundária da língua portuguesa</i> . 3ª edição adaptada à nomenclatura gramatical brasileira por Evanildo Bechara; e <i>Gramática histórica da língua portuguesa</i> . 3ª edição revista e anotada por Maximiano de Carvalho e Silva. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1964. 249 pp.; 375 pp.	-
2	João Capistrano de Abreu. <i>Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil</i> . 5ª ed. revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xix, 402 pp.	4. A Literatura/ B. Fontes principais
3	José Veríssimo. <i>História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)</i> . 4ª ed. Introdução de Heron de Alencar. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xxvi, 319 pp.	4. A Literatura/ B. Fontes principais
4	Fernando de Azevedo. <i>A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil</i> . 4ª edição revista, ampliada e ilustrada. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. 803 pp.	4. A Literatura/ B. Fontes principais
5	Euclides da Cunha. <i>Os sertões. Campanha de Canudos</i> . 27ª ed., 4 mapas. Introdução de Nelson Werneck Sodré. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xlv, 474 pp.	27. A crise da República/ C. Fontes subsidiárias
6	Celso Furtado. <i>Formação econômica do Brasil</i> . Introdução de Francisco Iglésias. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xxxiv, 309 pp.	2. Estudos econômicos/ B. Fontes principais
7	Gilberto Freyre. <i>Casa-grande & senzala</i> . 12ª edição brasileira, 13ª edição em língua portuguesa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. 589 pp.	3. Estudos sociais/ B. Fontes principais
8	Joaquim Nabuco. <i>Minha formação</i> . Introdução de Gilberto Freyre. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xxiii, 260 pp.	6. Os costumes/ 2) Memórias e correspondências/ B. Fontes principais
9	Manuel Antônio de Almeida. <i>Memórias de um sargento de milícias</i> . Introdução de Mário de Andrade. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xxiv, 228 pp.	4. A Literatura/ D. Um roteiro literário
10	Sérgio Buarque de Holanda. <i>Raízes do Brasil</i> . Introdução de Antonio Candido. 4ª edição revista pelo autor. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. xv, 228 pp.	17. A Sociedade colonial/ B. Fontes principais

Fonte: Lacerda, 2018

* Na segunda coluna é possível observar a seção na qual o título figura em: Sodré (1945)

entre os editores citados anteriormente, cujas coleções brasileiras eram formadas por textos originais, a BBB foi composta com um repertório de textos clássicos da literatura nacional, de modo a conformar seu próprio cânone. A presença de Nelson Werneck Sodré, convidado diretamente por Darcy Ribeiro para contribuir com a editora, foi fundamental nesse primeiro momento de construção do repertório bibliográfico. E sua presença não se resume à edição daquele que deveria ter sido o primeiro volume da coleção. Como deixa entrever Artur Neves na missiva endereçada ao general comunista, datada de 8 de julho de 1963, o que se estabelece entre autor e editor é uma parceria que se pretendia longeva¹⁷.

A missiva se divide em três tópicos. O primeiro aborda questões relativas aos “direitos autorais”. As informações são preciosas, pois nos permitem concluir que o projeto de edição dos dez primeiros títulos da BBB não se sustentava nem do ponto de vista financeiro (aliás, ele era subvencionado pelo Ministério da Educação), nem mercadológico, pois a editora não detinha o direito de exclusividade sobre os títulos. Como explica Artur Neves:

“Como não se trata de uma cessão definitiva de direitos, uma vez que o livro poderá ser publicado simultaneamente pelo autor ou por outra editora, para venda através das livrarias, só poderemos pagar 7% (sete por cento) sobre o preço médio do volume (Cr\$ 1.500,00). Como a nossa edição vai

ser de 15.000 (quinze mil exemplares), isso significa que cada autor receberá Cr\$ 1.050.000,00 (hum milhão e cinquenta mil cruzeiros) como direitos autorais”.

No tópico “Bibliografia”, o editor informa que os trabalhos de Wanda de Alencar estavam bem avançados. Aprenderemos, mais tarde, tratar-se da difícil tarefa de identificar nas bibliotecas brasileiras os títulos inseridos no repertório de *O que se deve ler*, com vistas a facilitar a busca dos leitores, pois, como pondera o autor, nem todas as edições eram de fácil acesso no mercado – aliás, esta é uma informação importante, pois não apenas confirma a hipótese de que as editoras vinham responder positivamente a uma demanda reprimida por títulos valorizados no ambiente acadêmico, mas também porque esta ideia definirá os dez títulos selecionados para compor a coleção BBB¹⁸. Além disso, ele solicita a Werneck Sodré o encaminhamento dos originais emendados diretamente à Revista dos Tribunais (que imprimia, de ordinário, os livros da Brasiliense, entre outras editoras em atividade). Ao que acrescenta: “Todos os outros livros já estão sendo compostos” nesta gráfica – assim, a possibilidade de um lançamento grandioso, dos dez primeiros volumes da coleção de uma só vez, ganha peso nesta passagem.

Em “Prefácio para *Os sertões*”, o último tópico desenvolvido na carta, Artur Neves esclarece que Werneck Sodré mantinha uma contribuição assídua com a Ed. UnB, a qual durou “todo o primeiro semestre”. E que

17 Nesse ponto o artigo de Ana Regina Luz Lacerda é certeiro, ao lançar luz sobre o papel de Nelson Werneck Sodré na construção da Biblioteca Básica Brasileira da Ed. UnB.

18 Carta de Artur Neves ao general Nelson Werneck Sodré, Brasília, 8 de julho de 1963, 2 fls.

não tinha prazo para acabar, pois era esperada a “sua vinda definitiva, bem como a do Vieira Pinto [filósofo do Iseb]”. No mais, o editor tem interesse particular por seu escrito sobre *Os sertões*, de Euclides da Cunha, recomendando-lhe, todavia, justificar sua inserção na BBB, por ser “muito conveniente do ponto de vista editorial”, bem como acrescentar o estudo de Rui Facó, “que soube ligar tão bem a luta de Canudos com as lutas gerais dos composeses [sic] brasileiros pela conquista da terra”¹⁹.

Como podemos observar no programa da Biblioteca Básica Brasileira (Quadro 1), foram lançados nove títulos no ano de 1963. A obra de abertura surgiu apenas em 1964 e não contemplou o esquema original, a saber, uma terceira edição revista, atualizada e ampliada de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Importa, nos limites do presente artigo, acentuar que, em meio a vários projetos de brasilianas, foi o repertório construído por Nelson Werneck Sodré, naquele volume compacto editado pela Leitura, que Darcy Ribeiro acolheu para o programa de sua primeira coleção editorial. *Nota bene*: o primeiro programa editorial da recém-fundada UnB.

E por que *O que se deve ler para conhecer o Brasil* não veio a lume? O que se deu depois pode bem ser representado pelo destino do original datiloscrito de Werneck Sodré:

“Sobreveio o golpe de abril de 1964, a que se seguiu a implantação da ditadura: fui preso, Darcy Ribeiro escolheu o caminho

do exílio, a professora Wanda de Alencar acompanhou seu marido na fuga para o estrangeiro, o ilustre mestre de literatura Heron de Alencar [...]. Fui informado de que [meus] originais haviam sido destruídos e que este livro fôra, pelos novos dirigentes da Universidade de Brasília, convenientemente expurgado da biblioteca básica a ser lançada, substituído por outro título, de natureza diversa” (Sodré, 1967, p. 19).

De fato, o projeto original da Ed. UnB teve vida curta, abortado logo após o Golpe de 1964. Esse primeiro impulso semeou, todavia, um projeto político e autoral, vocacionado a pensar a produção de livros a partir de um programa integrado à instituição universitária e à visão de mundo de seus gestores. Os limites desse projeto não se colocaram apenas pela conjuntura política, é verdade, mas também pela estranheza com que a inovação pretendida por seus editores vinha chancelada por um repertório extemporâneo, senão, conformado à luz de um primeiro ensaio bibliográfico realizado por Werneck Sodré. A Biblioteca Básica Brasileira, formada maciçamente pela reedição de estudos clássicos, respondia, enfim, a um único propósito previsto no programa editorial da Ed. UnB, a saber, “fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior”. Edições de alto padrão gráfico e intelectual, como denunciavam seus paratextos, cujo repertório, tantas vezes reeditado, ainda demonstra o seu vigor na formação do leitor crítico brasileiro.

19 A obra de Euclides da Cunha, *Os sertões. Campanha de Canudos* (27ª edição), foi publicada com o texto introdutório de Nelson Werneck Sodré, mas sem o estudo de Facó.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, H. "Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação". *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, número especial *Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016*, pp. 1003-28.
- BOSI, A. "Plural, mas não caótico". *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo, Ática, 2002 [1ª ed. 1987].
- BRAGANÇA, A. "As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967)". *Matrizes*, ano 2, n. 2. São Paulo, 2009, pp. 221-46.
- BUENO, M; FÜST, H. "Para onde foram os leitores de CTP? – Uma análise da conjuntura brasileira". *Publishnews*, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/11/11/para-onde-foram-os-leitores-de-ctp-uma-analise-da-conjuntura-brasileira>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BUFREM, L. S. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. 2ª ed. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2001.
- CALASSO, R. *A marca do editor*. Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2020.
- CATALDO, F. "A Zahar Editores e seu projeto editorial (1957-1970)". *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. São Paulo, Ateliê Editorial, n. 6, 2017.
- DE LUCA, T. R. "Zé Brasil", in M. Lajolo (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro (obra adulta)*. São Paulo, Unesp, 2014.
- DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- EDUNB. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília, Editora da UnB, 1962. Disponível em: https://unb.br/images/Noticias/2019/Documentos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962_LQ.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FERNANDES, F. "Novos empreendimentos editoriais". *O Estado de S. Paulo*, 7 de jul. de 1962, p. 4.
- FERREIRA, J. P. (org.). *Editando o editor 3: Ênio Silveira*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2003.
- FRANCHETTI, P. "Editoras universitárias, para quê?", in M. M. Deaecto; P. Martins Filho (orgs.). *Livros e universidade*. São Paulo, Com-Arte, 2017.
- FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro, Ed. FCRB, 2010.
- GUEDES, M. do C.; PEREIRA, M. E. M. "Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural?". *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), pp. 78-84, 2000.
- HALLEWEL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2005.
- IUMATTI, P. T. *Arte & trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. São Paulo, Hucitec, 2016.
- JUBERTE, V. de O. *A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil: da legalidade ao golpe (1944-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2023.
- LACERDA, A. R. L. "A Coleção Biblioteca Básica Brasileira da Editora Universidade de Brasília e o seu contexto na década de 1960". *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias*, 2018.
- MARCHETTI, F. *Livraria Francesa e Difel: economia do livro, sociabilidade literária e pensamento universitário em São Paulo (1947-1982)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2023.

- MESQUITA, V. *Sobre livros: aspectos da editoração acadêmica*. Fortaleza, UFC; Brasília, Proed, 1984.
- MICELI, S. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1940)*. São Paulo, Difel, 1979.
- NICODEMO, T. L. "Manual bibliográfico de estudos brasileiros". *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. São Paulo, Ateliê Editorial, n. 7-8, 2019, pp. 67-84.
- PIRES, P. R. *A marca do Z: a vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- PONTES, H. "Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das 'Coleções Brasilianas', nas décadas de 1930, 40 e 50". *Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 26, 2º sem. 1988, pp. 56-89.
- SODRÉ, N. W. "Introdução (3ª ed.)". *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Leitura, 1945.
- TOLEDO, M. R. de A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo, Edusp, 2020.



Marcos Santos/USP Imagens

**A Difel e a Coleção Corpo e Alma do Brasil:
princípios para a construção de uma
brasileira universitária (1957-1964)**

Fabiana Marchetti

resumo

O artigo apresentará a *Corpo e Alma do Brasil*, coleção publicada pela editora Difusão Europeia do Livro (Difel) sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1960. Por meio de seus primeiros lançamentos, analisaremos como as condições culturais e materiais para a produção editorial em São Paulo favorecem as elaborações da intelectualidade local sobre temas relevantes para os projetos de nação discutidos no período. O levantamento do catálogo e os paratextos das edições serão a base da discussão e permitirão identificarmos as referências que conectam o projeto com o referido contexto político-intelectual, definindo-o enquanto uma brasileira universitária. Desta maneira, demonstraremos como os modelos e cânones construídos pela edição brasileira se ressignificam ao absorver e impulsionar novas comunidades de autores e seus posicionamentos no debate público.

Palavras-chave: Difel; edições universitárias; USP; brasileira; pensamento brasileiro.

abstract

*The article will present *Corpo e Alma do Brasil*, a collection published by the publisher Difusão Europeia do Livro (Difel) under the direction of Fernando Henrique Cardoso, from 1960's. Through its first releases, we will analyze how the cultural and material conditions for editorial production in São Paulo benefits the elaborations of local intellectuals on relevant topics to the nation's projects discussed in the period. The survey of the catalog and the paratexts of the editions will be the basis of the discussion and will allow us to identify the references that connect the project with the political-intellectual context, defining it as a university "brasileira". In this way, we will demonstrate how the models and canons constructed by the brazilian edition are given new meaning by absorbing and promoting new communities of authors and their positions in the public debate.*

Keywords: Difel; university editions; USP; brasileira; brazilian thought.

TEMPOS DE REDESCOBRIR O BRASIL

Os anos 1950 inauguraram um novo ambiente político-intelectual para que o mercado de livros pudesse “editar o Brasil”. Após a derrocada do Estado Novo, que se combinava com a derrota do nazi-fascismo e a reorganização do bloco capitalista no plano internacional, a sociedade brasileira foi tomada pela perspectiva otimista de poder reconstruir a democracia e debater o desenvolvimento da nação. As polêmicas sobre os rumos a seguir ocorriam, no geral, sob uma hegemonia progressista (Ricupero, 2000, pp. 118-9) que institucionalmente se organizava entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

e o Partido Social Democrático (PSD), nos quais estavam inseridos muitos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – colocado na ilegalidade em 1947. Nesta aliança de espectro amplo, seus integrantes pautavam a discussão de um futuro materialmente próspero e moderno, parte deles considerando também o combate às desigualdades.

As perspectivas de modernização da estrutura político-econômica eram acompanhadas por uma reorganização de sua superestrutura e, assim, para além dos partidos políticos que nutriam espaços de elaboração e intelectuais orgânicos, as disputas sobre o projeto nacional em questão foram produzidas e incentivadas por instituições de pesquisa. A mais emblemática

FABIANA MARCHETTI é doutora em História Econômica pela FFLCH-USP e autora de *Edgard Carone e a ideia de revolução no Brasil* (Ateliê Editorial).

expressão das elaborações desenvolvimentistas (Bielschowsky, 2004) foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), fundado em 1955, no Rio de Janeiro, e vinculado ao Ministério da Cultura; mas os debates pautados ali, bem como as críticas à perspectiva isebiana, encontrariam espaço na produção realizada em torno de algumas fundações, como a Fundação Joaquim Nabuco, criada no Recife em 1949, e nas universidades que se expandiam pelo país.

Ainda que tivessem orientações distintas, estas instituições conformavam um universo acadêmico que, aos poucos, se diferenciava do autodidatismo e bacharelismo dominante nos meios intelectuais brasileiros. Especialização, formação técnica e debate político permeavam os princípios teóricos e a intenção dos trabalhos realizados por seus membros, que, à medida de sua afirmação no debate público, dedicarão esforços para fazer circular suas ideias por meio de veículos de comunicação, da mídia impressa, dos periódicos especializados e dos livros.

Os referidos institutos e fundações mantiveram editoras ou, ao menos, selos de publicação, e as universidades criaram estruturas editoriais a partir dos anos 1960 (Bufrem, 2000; Deaecto & Martins, 2017). Em ambos os casos, contudo, essa produção intelectual que se avolumava teve de se apoiar por muito tempo nas iniciativas das editoras comerciais, que também viam nesse meio uma oportunidade para inovarem em seus catálogos. No caso da comunidade universitária, estas empresas serão fundamentais, pois a realização de teses e outros resultados de pesquisa inscritos nos ritos da instituição eram gêneros textuais novos para o mercado brasileiro e, ainda

que pudessem atrair leitores especializados dentro deste circuito, deveriam ser assumidos com certo risco de investimentos até se consolidarem como um nicho de consumo.

Nesta relação entre interesses comerciais, desenvolvimento das instituições intelectuais e renovação do pensamento brasileiro, situamos nosso ponto de partida para apresentarmos a *Corpo e Alma do Brasil*, coleção criada pela Editora Difusão Europeia do Livro (Difel) e dirigida por Fernando Henrique Cardoso, então professor assistente na cátedra de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Entendemos que o projeto foi concebido para inserir a USP, e principalmente o grupo de sociólogos, nos debates políticos, econômicos e sociais do período. Desta maneira, desejamos analisar sua formação e o perfil de publicações de seus primeiros anos, entre 1957-1964, para discutirmos as relações que articulam edição, política e história do Brasil.

A EDITORA DIFEL EM SÃO PAULO: OS LIVROS E A FORMAÇÃO DA METRÓPOLE

A economia de guerra, entre 1939-1945, deflagrou uma onda de industrialização e crescimento dos centros urbanos no Brasil. Este processo, que atingiu sobretudo as capitais de estados, beneficiava e ao mesmo tempo exigia a produção de uma realidade material e simbolicamente correspondente ao ideal de modernização pensado por suas elites dirigentes, transformando estas áreas urbanas em verdadeiras arenas em disputa para a construção de metrópoles que repre-

sentariam modelos de um estilo de vida e de uma identidade para a sociedade brasileira (Peixoto & Gorelik, 2019).

Na cidade de São Paulo, vemos esta conjuntura se manifestar em diversas iniciativas e discursos de época, como nos apresenta o texto introdutório de um álbum de fotos publicado pela Editora Melhoramentos:

“[...] Situada num planalto de cerca de 800 metros de altura, levanta São Paulo as fachadas visionárias de seus gigantescos edifícios para os céus brasileiros. [...] Belas e caprichosas construções foram erigidas para a ciência e a cultura. O imponente colosso de cimento armado da Biblioteca Municipal encerra farta messe de selecionada literatura mundial. O Museu de Arte encanta o visitante com as suas instalações internas originalíssimas e perfeitamente adaptadas às suas finalidades, deitando a luz fluorescente, coada através dos tetos de vidro fosco, reflexos mágicos sobre as pinturas dos impressionistas. O Museu de Arte Moderna, cujas instalações obedecem aos mesmos princípios, também impressiona pelas suas valiosas coleções de pintura. Os teatros e casas de diversão são do tipo de cidade grande, estando a jovem e florescente indústria cinematográfica paulistana fadada a um grande futuro” (Melhoramentos, 1952).

Entre os símbolos do processo de metropolização, destacavam-se os equipamentos ligados à cultura e à instrução pública, pois, segundo o discurso oficial, estes espaços garantiriam o envolvimento da população com aquele projeto por constituírem vetores dos hábitos, dos meios de sociabilidade e da formação intelectual próprios da vida moderna (Arruda, 2015,

pp. 62-4). Situado à Praça Dom José Gaspar, o edifício da Biblioteca Municipal fora erguido como uma referência desse esforço de ampliação do sistema de ensino e do acesso à leitura, colocando os livros como bens culturais de protagonismo do desenvolvimento paulistano.

Ao seu redor, orbitavam diversas livrarias, concentradas nas principais ruas comerciais do Centro, por onde passavam diariamente trabalhadores, profissionais liberais e mesmo parte da elite paulistana que vivia em bairros próximos. Assim, a região central da cidade vivenciava uma dinâmica cultural que compreendia a expansão de seu público leitor, especialmente dos jovens estudantes e professores das escolas, faculdades e universidades instaladas ali. O último grupo trazia os ares de renovação destes meios intelectuais (Pontes, 1998), reivindicando para si uma identidade com a esfera simbólica construída na passagem da “cidade mente” para a “metrópole cultural” (Morse, 1970, pp. 409-16).

O lançamento da revista *Clima* em 1941, apoiada por Alfredo Mesquita, o proprietário da Livraria Jaraguá, representou uma das primeiras manifestações deste movimento, assim como a aproximação do livreiro-editor José de Barros Martins com os primeiros doutores titulados pela USP¹. Essas iniciativas sinalizavam o potencial de crescimento das atividades

1 Nos anos 1940, o editor recrutou os universitários para realizar traduções, como em *O pensamento vivo de Rousseau*, de Romain Rolland e com trad. de J. Cruz Costa (São Paulo, Livraria Martins Editora, 1940); e também publicou algumas teses produzidas no âmbito da FFCL-USP, como o trabalho de Eurípedes Simões de Paula, *Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade* (São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946).

editoriais paulistanas, pois, além da dinâmica intelectual favorável, a cidade contava com uma infraestrutura produtiva relevante que a transformara no maior parque gráfico da América do Sul já no início dos anos 1940 (Hallewell, 2012, p. 540), e com a entrada massiva de investimentos em todos os setores de sua indústria cultural.

A Editora Difusão Europeia do Livro, fundada por Paul-Jean Monteil em 1951, surge em meio a essa realidade urbana:

“Enfim, a vida cultural era entre a Praça da República, a faculdade e esse miolinho das livrarias, e o Monteil era o dono da Livraria Francesa. Bom, como eu estou tentando dizer, era mais que uma livraria, era um centro de convívio. E a abertura pra você saber o que está acontecendo no mundo. Nessa época, a predominância do francês era muito grande. Na faculdade as aulas eram dadas em francês [...]” (Cardoso, 2019).

Fernando Henrique Cardoso relembra a referência de Monteil nos circuitos do centro novo paulista quando fundou a sua editora. Sua primeira empresa no mercado livreiro, a Livraria Francesa (1947), atraía o corpo discente e docente da FFCL-USP², apresentando-se como um espaço acolhedor para que se reunissem e criassem relações a partir da principal referência estrangeira

na formação da faculdade. Aproveitando-se de seu capital econômico e simbólico como livreiro, ele podia visualizar um horizonte de atuação no mercado editorial, como já faziam muitos de seus concorrentes, absorvendo os efeitos decorrentes do amadurecimento dos primeiros “frutos da universidade” (Arruda, 2017, p. 177).

De início, os universitários trabalharam nas traduções que estruturaram o catálogo da Difel, com destaque para dois projetos originalmente publicados pela Presses Universitaires de France: as coleções Saber Atual e História Geral das Civilizações³. E não tardou para que a colaboração se aprofundasse e se desdobrasse em publicações diretamente produzidas pela comunidade uspiana.

A primeira obra autoral de estudos brasileiros que a Difel publicou, no ano de 1957, foi *Novos estudos de geografia humana brasileira*, de Pierre Monbeig, um livro que não possuía nenhuma referência, estética ou paratextual (Genette, 2018), de que integraria algum projeto específico para a editora. Uma segunda publicação com características similares é lançada em 1959: *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide. Ambos os autores eram professores franceses que haviam lecionado na FFCL-USP e construído referência em suas cátedras. Bastide foi aquele que provavelmente mais se sobressaiu na liderança de uma “escola” de pensamento (Arruda, 2015, p. 176) e não é à toa que a obra em questão irá anun-

2 A FFCL-USP funcionou em vários endereços entre 1933 e 1949 – o principal foi a Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República. Depois mudou para a Rua Maria Antônia, 294, Edifício Rui Barbosa, onde permaneceu até 1969. Nesses locais, a faculdade integrou o circuito cultural do centro novo de São Paulo, próximo à Barão de Itapetininga.

3 A Saber Atual [Que sais-je?], coleção de bolso criada pelo editor Paul Angoulvent, em 1941, foi traduzida pela Difel a partir de 1954; História Geral das Civilizações [Histoire Générale des Civilisations], dirigida por Maurice Crouzet, criada pela PUF em 1953, foi publicada pela Difel a partir de 1955.

ciar a coleção que nos interessa, a *Corpo e Alma do Brasil*, em uma pequena nota de orelha, na qual o trabalho de Monbeig é reivindicado como título inaugural. As demais informações do empreendimento, seu diretor, seus princípios e objetivos, seriam definidas em um terceiro volume.

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DE UMA NOVA BRASILIANA

A *Corpo e Alma do Brasil* foi lançada oficialmente com *Mudanças sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes, publicado no ano de 1960. Uma apresentação do projeto é assinada por Fernando Henrique Cardoso, intelectual escolhido para dirigi-la:

“A Difusão Europeia do Livro encarregou-me de orientar as publicações de sua coleção *Corpo e Alma do Brasil*, cujos dois primeiros títulos (*Novos estudos de geografia humana brasileira*, de Pierre Monbeig, e *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide) tanto êxito alcançaram. Escolhi para inaugurar o novo período da coleção o volume sobre *Mudanças sociais no Brasil* porque através dele pode-se perceber as características que os editores desejam imprimir a esta coletânea. [...] Pretende-se, pois, acolher nesta coleção trabalhos que traduzam o resultado do esforço de revisão das técnicas de análise e interpretação da realidade brasileira que vem caracterizando o desenvolvimento recente das ciências humanas no Brasil. O antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco, pela radicação no Brasil

do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura [...]” (Cardoso, 1960, p. 1).

O sociólogo anuncia o projeto assumindo os títulos que a Difel havia publicado anteriormente. Embora ele afirme um marco de distanciamento para a nova fase que ele inaugurava, é possível percebermos a incorporação das obras como recurso para construir um espaço de autoridade para a coleção. A presença dos professores franceses era fundamental para expressar aspectos da hierarquia universitária dentro do projeto, fato que lhe conferiria também marcadores de identidade internos à instituição.

As cátedras eram símbolos do regime de profissionalização intelectual que Cardoso reivindicava em sua fala e, na USP, sua organização ocorrera através desses mestres estrangeiros que, após alguns anos de dedicação, passavam seu legado aos seus principais assistentes brasileiros. Os primeiros livros da *Corpo e Alma* apresentavam fundamentalmente o histórico da cadeira de Sociologia I estruturada por Bastide e herdada por Florestan Fernandes, autor do volume que oficializa o projeto. Fernando Henrique, por sua vez, era uma das promessas de liderança que despontava entre os assistentes de Florestan. O jovem pesquisador estava concluindo seu doutorado, defendido em 1961, e na direção do empreendimento da Difel se tornava uma espécie de porta-voz de seus mestres.

Sendo assim, a construção editorial reproduzia a realidade do sistema acadêmico e o interesse de seus membros em projetar seus nomes, suas posições e sua produção intelectual para círculos externos à universidade. Estas condições convergem com as

intenções da editora, que não se alinhou à cátedra em questão de modo aleatório. Fernando Henrique já havia trabalhado na Difel ao traduzir *Do espírito das leis*, de Montesquieu, e, ao que tudo indica, Florestan Fernandes era um frequentador da Livraria Francesa e tinha uma relação próxima com Paul Monteil. Além disso, a atividade do catedrático brasileiro se sobressaía no contexto da FFCL-USP: ele foi o responsável por metade das defesas de tese da faculdade entre 1954-1964 (Brito, 2019, p. 218). Ou seja, uma rica fonte de matéria-prima para uma casa que desejasse desenvolver seu catálogo junto à instituição.

Fernando Henrique se coloca como responsável individual pelo projeto, contudo, estabelece seu pertencimento a um grupo e a defesa de princípios coletivos que deverão nortear aquela atividade. Isto posto, fica clara a sua intenção em promover o que seria uma nova forma de compreender o Brasil através da ciência, designação sob a qual ele defende a produção universitária. Do ponto de vista metodológico, determina de pronto sua contraposição com o bacharelismo e a produção ensaística e, mais adiante, avança para uma diferenciação com as demais tendências que reivindicavam o pensamento científico:

“[...] Ciência e pesquisa são palavras que se tem empregado de maneira abusiva entre nós. Parece que com elas se pretende, através de uma espécie de virtude mágica de que estes vocábulos estão impregnados, dar cunho de seriedade e fazer circular entre os setores acadêmicos e o grande público um conjunto de noções informadas por um empirismo grosseiro e revestidas de pretensão à dignidade de um saber definitivo, que toca as raias do misticismo.

[...] Nenhum cientista responsável poderia endossar as aspirações de fazer da ciência uma nova religião leiga que substituísse todas as demais formas de conhecimento e propusesse explicações permanentes para todos os problemas” (Cardoso, 1960, p. 3).

A referência ao caráter doutrinário e empirista de tais elaborações sugere que o sociólogo se dirigia indiretamente à produção oriunda do ambiente intelectual que caracterizamos na introdução ao artigo, aquele fomentado em torno do Iseb e dos partidos progressistas, especialmente do PCB – com os quais ele dialogava (Brito, 2019, p. 212). Uma vez associados às políticas de governo, ou por corroborarem parte delas, estas instituições e seus representantes acabavam por hegemonizar o ideal de um projeto de nação ao qual os uspianos iriam dirigir suas críticas. O lugar ocupado pelo grupo de Cardoso na realidade paulistana definia o tom do discurso inaugural da coleção, porque a universidade garantia as condições profissionais para elaborarem suas intervenções e a possibilidade de imprimirem um sentido de engajamento para seus trabalhos sem cair no que consideravam ser os reducionismos impostos pela interferência de instituições do Estado, partidos etc.

Outrossim, o diretor faz questão de situar o projeto diante de um repertório editorial consagrado por se colocar a serviço do pensamento brasileiro:

“Vê-se, pois, que não se deseja acrescer às brasilianas existentes – que tão marcados serviços têm prestado para a difusão dos conhecimentos sobre o Brasil – uma coletânea similar. Não se tem a intenção de promover a edição ou a reedição de textos

clássicos sobre o Brasil, sejam eles fontes primárias ou trabalhos de interpretação. Nem se pretende, sem excluí-los, publicar apenas autores consagrados. O objetivo expresso dessa coleção será a publicação de estudos sobre o Brasil que reflitam, nas suas cogitações e na técnica de elaboração, as preocupações do espírito científico” (Cardoso, 1960, p. 2).

Com “um pé” na inovação e outro na tradição, Fernando Henrique coloca a Corpo e Alma no rol das brasileiras. A Brasileira, da Companhia Editora Nacional (1931), e a Documentos Brasileiros, da José Olympio (1936), consolidaram um *habitus* (Bourdieu, 1999, p. 31; Sorel, 2016, pp. 11-2) da edição brasileira por estarem identificadas com grupos político-intelectuais que discutiam “projetos de Brasil” em meio aos eventos da Revolução de 1930 (Franzini, 2006; Pontes, 1988; Sora, 2010). Três décadas após o lançamento daquelas precursoras, a Difel e a cátedra de Sociologia I se propunham a rever os critérios de seleção e abordagem deste tipo de empreendimento, compreendendo as mudanças da esfera intelectual e a nova onda de debates políticos sobre o futuro do país.

Cumprir notar que o título do projeto da Difel vinha de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda (1933), do qual muitos especialistas consideram terem saído as linhas gerais de seu livro *Raízes do Brasil*. O historiador, que neste momento estava dentro da universidade e também era um parceiro da Difel dirigindo a História Geral da Civilização Brasileira, fora um expoente do ensaísmo, fundando, inclusive, a coleção da José Olympio. Sua referência indireta neste projeto universitário designaria, a nosso

ver, o marco para a diferenciação entre as chamadas “interpretações do Brasil” e os “estudos brasileiros” que então passariam a compor o repertório orientado por Fernando Henrique Cardoso.

Além destas escolhas e do discurso de apresentação, a edição de *Mudanças sociais no Brasil* realiza em si outros marcadores para estabelecer o sentido e os objetivos que os responsáveis pela Corpo e Alma do Brasil desejavam alcançar. A obra foi construída a partir de artigos escritos por Florestan Fernandes entre 1949-1959, passando por temas variados, reunidos em três subeixos temáticos – “I. Aspectos da situação cultural do Brasil”, “II. Aspectos da evolução social de São Paulo” e “III. Aspectos da interação com o índio e com o negro” –, que atribuem um primeiro nível de coesão para aqueles estudos produzidos de modo disperso e definem os temas mais recorrentes em que podemos enquadrar as publicações que a seguiriam. Por fim, estas partes são costuradas em um nível mais geral pelo texto designado para introduzir o livro, “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”.

O artigo era uma transcrição da conferência apresentada por Florestan no Seminário Sobre Resistências à Mudança, organizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), em 1959. A fala se destacou no encontro pelo tom demarcatório com o qual o sociólogo se propôs a apresentar o conceito de desenvolvimento concebido pela cadeira de Sociologia I:

“Os sociólogos progrediram muito pouco no estudo desses problemas [de desenvolvimento], e ainda não dispomos de conhecimentos comprovados sobre a influência dinâmica dos fatores psicossociais nos processos

de desenvolvimento social. No entanto, a importância científica e prática do assunto é tão grande que justifica os riscos de um debate baseado em implicações teóricas e presunções de caráter conjectural. Ainda que não seja recomendável discutir questões de caráter geral, vimo-nos forçados a situar certos problemas ligados à conceituação e ao estudo do desenvolvimento social na sociologia” (Fernandes, 1960).

A edição e o lançamento da *Corpo e Alma do Brasil*, por conseguinte, fixam aquela discussão como a diretriz para as linhas gerais em que o grupo pretendia discutir o seu projeto de nação brasileira. É certo que a coleção não conformará um bloco homogêneo de pensamento, contudo, entre a apresentação de Fernando Henrique, o conteúdo e a construção de *Mudanças sociais no Brasil* vemos se estabelecer uma espécie de manifesto da cátedra uspiana para afirmar, de um lado, a produção universitária e sua concepção de ciência e, de outro, para estabelecer a perspectiva conceitual e os temas que considerava adequados para elaborar diagnósticos e intervir na realidade do país.

TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS PARA EDITAR O BRASIL

O levantamento dos 69 títulos publicados pela *Corpo e Alma do Brasil* entre 1957-1988 pode ser analisado por meio de alguns critérios que ajudam a visualizar como esse “manifesto” fundador sustentou seus critérios de seleção e subsidiou também as necessidades de adaptação que ela sofrera ao longo dos anos.

TABELA 1

Corpo e Alma do Brasil -
Total de obras por disciplinas

Disciplina	Nº de obras
História	29
Sociologia	23
Antropologia	6
Geografia	3
Economia	2
Outras	6

TABELA 2

Corpo e Alma do Brasil -
Total de obras por vínculo institucional

Vínculo institucional	Nº de obras
USP	21
USP em parceria	18
Outros	30

TABELA 3

Corpo e Alma do Brasil -
Total de obras por temas principais

Principais temas	Nº de obras
Política e formação do Estado brasileiro	20
Industrialização e mundo do trabalho	11
Questões étnico-raciais	9

As quatro principais disciplinas que compõem a coleção integravam o núcleo das ciências humanas na FFCL-USP. Nota-se, contudo, o predomínio da história e da sociologia. Esta, que está associada evidentemente à direção de Fernando Henrique e ao grupo que ele representava dentro da faculdade, dominou a *Corpo e Alma* até meados dos anos 1970, quando as obras de história se tornam mais recorrentes. A ultrapassagem

ocorre diante de alguns fatores: o primeiro deles fora a publicação dos livros do historiador Edgard Carone, que, desde 1969, desenvolvia uma série de estudos sobre a história da República, com dez volumes publicados integralmente no projeto da Difel. O conjunto conformou uma verdadeira *republicana* dentro desta brasileira universitária. Em segundo lugar, podemos atribuir essa relação às alterações da conjuntura que acabaram dificultando ou exigindo alterações na atuação coletiva dos sociólogos envolvidos com o projeto, como veremos adiante.

Feitas estas considerações, ao tomarmos a composição de disciplinas de modo conjunto, podemos definir um perfil histórico-sociológico para a Corpo e Alma. Sob esta perspectiva, destaca-se o objetivo colocado por Cardoso de utilizar a coleção para se contrapor à tradição estabelecida pelas chamadas “interpretações do Brasil”. O bacharelismo marcou a produção da historiografia brasileira, especialmente pela produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e os ensaios que tentaram modernizar essa tradição trouxeram os primeiros incursos do método sociológico para o pensamento nacional. Ora, a afirmação do método científico deveria se fazer justamente em diálogo com essas referências anteriores, as quais marcavam igualmente os empreendimentos editoriais com os quais a Difel iria concorrer. Então, seria natural que história e sociologia se sobressaíssem em relação a outras disciplinas.

Entre 1957-1964, a Corpo e Alma do Brasil é marcada pelo lançamento de teses universitárias. Dentre elas, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, e *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura*

no Brasil Meridional, de Octávio Ianni, que se originavam das principais orientações de Florestan Fernandes até aquele momento. Os trabalhos eram desdobramentos do Projeto Unesco (Maio, 1999) que envolveu pesquisadores brasileiros para discutir as formas de inclusão/exclusão da população negra na formação social e econômica do país, com o objetivo de que a compreensão desta realidade miscigenada, supostamente democrática, contribuísse para limar de uma vez por todas as ideologias eugenistas e racistas que sustentaram o nazifascismo.

Outras pesquisas que devem ser destacadas nesta fase são a livre-docência de Egon Schaden, *Aspectos fundamentais da cultura guarani*, e o mestrado de Florestan Fernandes, *Organização social dos Tupinambá*. A primeira foi produzida na área da antropologia, no entanto, dialogava com a referida pesquisa de Florestan e com a utilização do método funcionalista que ainda orientava seus trabalhos na cátedra de Sociologia I. Os debates sobre desenvolvimento passavam pela avaliação da presença, da contribuição e da “integração” das sociedades indígenas nesse processo.

A posição dos uspianos se pautava fundamentalmente no conceito de aculturação que, aos poucos, seria questionado pela ideia de “fricção interétnica” (Oliveira, 1987) desenvolvida nas pesquisas do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esta polêmica conceitual, produzida no âmbito das pesquisas universitárias, ganha seu espaço na Corpo e Alma do Brasil, pois, além dos trabalhos da Escola Paulista de Sociologia, ela irá publicar *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukuna do Alto Solimões*, de Roberto Cardoso de Oliveira, professor do museu e um dos líderes do projeto que iria conso-

lidar a perspectiva “interétnica”, oposta à dos uspianos. O debate surgia de um novo contexto institucional, mas é preciso lembrar que Oliveira teve sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes. Assim, a coleção incorpora divergências alimentadas pelo espírito científico, em um campo de relações externas que lhe eram familiares.

De modo geral, nestes primeiros anos, pode-se afirmar que a Corpo e Alma constrói seu perfil alinhada com as discussões sobre a formação e o desenvolvimento do Brasil, editando trabalhos pioneiros no tema das relações raciais. A questão era sensível para a compreensão das desigualdades que assolavam o país. Cumpre notar ainda que o projeto é lançado no auge das manifestações em defesa das Reformas de Base que respondiam a estas injustiças, fato que dá relevância à coleção enquanto plataforma para o diálogo das teses universitárias com os posicionamentos políticos que alimentavam a ação direta mobilizada por organizações sociais, movimentos, partidos progressistas e de esquerda. Desta maneira, ao lado da produção de outras instituições que citamos, vemos a edição de livros contribuir para engrossar o coro das mobilizações nacionais.

Não avançaremos aqui sobre o desenvolvimento da coleção a partir de 1964. No entanto, cumpre notar que o caráter universitário e crítico que se define nesse momento persistirá como base para a seleção de novas publicações, mesmo quando estas passam a lidar com a onda reacionária que se instala no país após o Golpe Militar. Na verdade, o impacto desta conjuntura terá reflexos no projeto na medida em que ela intervém na organização da cátedra de Sociologia I, na atuação de Fernando Henrique no Brasil e nas condições gerais para

a produção de conhecimento nas demais universidades brasileiras.

PROJETOS EDITORIAIS, UNIVERSIDADE E PENSAMENTO BRASILEIRO

Diante de uma realidade político-intelectual em que diversas instituições e grupos se dedicavam a (re)descobrir o Brasil, as transformações de São Paulo nos anos 1950 engendraram condições de incentivo ao crescimento da economia do livro e, especialmente, de aproximação entre o seu setor produtivo e os grupos que desejavam protagonizar a construção de uma esfera cultural identificada com a metrópole. Desde sua criação, a USP representou um elemento modernizador para as elites locais (Cardoso, 1982) e, ainda que seus principais expoentes viessem a se distinguir social e politicamente de seus princípios fundadores (Miceli, 2001, p. 105), ela será fruto de um espaço pensado para que a intelectualidade paulistana pudesse conformar uma comunidade de autores e agentes dispostos a pensar e intervir na realidade do país.

A Difel surge embalada por este espírito de ação, e a Corpo e Alma do Brasil será uma estratégia com a qual alguns dos universitários uspianos buscaram expressar seus posicionamentos publicamente. Dentro dela, a apresentação de Fernando Henrique Cardoso será o primeiro recurso para definir a imagem do grupo reunido em torno da cátedra de Sociologia I, afirmando seus princípios científicos diante da produção que embasava as discussões do desenvolvimento. Em paralelo aos argumentos conceituais, ele define a intervenção do projeto na referência representada pelo modelo edi-

torial das brasileiras e demarca editorialmente as diferenciações com setores com os quais debatia para que o projeto pudesse se inserir e renovar um *habitus* deste mercado que consagrava autores e editoras nacionais. Por fim, a seleção de pesquisas e autores desta primeira fase (1957-1964) organizou um repertório de estudos voltados à discussão de um dos principais temas presentes em nossa tradição intelectual e que integravam a pauta desenvolvimentista: a formação social brasileira sob a perspectiva da raça e suas consequências para a construção de uma sociedade moderna.

Desta maneira, a Corpo e Alma acompanhou a produção do grupo de intelectuais paulistas e a trajetória de seu diretor como uma liderança universitária. O peso de intervenção que os estudos sociológicos adquiriam naquele contexto contava com iniciativas como esta para garantir a circulação e a legitimidade da disciplina no debate público. A ação da Difel constituiu, portanto, um caminho pelo qual o mercado editorial se estabelecia como um aliado necessário para que a produção da universidade se tornasse parte de um universo legítimo e fundamental para se conhecer o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. São Paulo, Edusp, 2015.
- BIELSHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.
- BOURDIEU, P. "Campo del poder, campo intelectual y habitus de classe", in *Intelectuales, política e poder*. Buenos Aires, Editora Universitária de Buenos Aires, 2009, pp. 23-43.
- BUFREM, L. S. *Editoras universitárias no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2000.
- BRITO, L. O. B. de. *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwartz*. Tese de doutorado. São paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- CARDOSO, F. H. "Apresentação", in F. Fernandes. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960, pp. 1-12.

- CARDOSO, F. H. Entrevista concedida à pesquisadora, 12 de fev. de 2019.
- CARDOSO, I. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- DEAECTO, M. M.; MARTINS FILHO, P. (orgs.). *Livros e universidades*. São Paulo, Com-Arte, 2017.
- FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. 2ª ed. Cotia, Ateliê Editorial, 2018.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2012.
- HOLANDA, S. B. de. "Corpo e alma do Brasil: ensaio de interpretação sociológica". *Revista Espelho*, ano I, n. 1, pp. 14-6 e 52, mar. 1933.
- MAIO, M. C. "O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out./1999, pp. 141-58.
- ISTO É São Paulo! 96 flagrantes da Capital Bandeirante*. 2ª ed. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1952.
- MICELI, S. "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais", in *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré, 2001, pp. 91-137.
- MORSE, R. "As cidades 'periféricas' como nas culturais: Rússia, Áustria, América Latina". *Estudos Históricos*, v. 8, n. 16. Rio de Janeiro, 1995, pp. 205-25.
- MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970.
- OLIVEIRA, J. P. de. "Fricção interétnica", in Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1987.
- PEIXOTO, F. A. & GORELIK, A. (orgs.). *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. São Paulo, Sesc, 2019.
- PONTES, H. *Destinos mistos: o Grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- PONTES, H. "Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 26, pp. 56-89, 1988.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Fapesp/DcP-USP/Editora 34, 2000.
- SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SORA, G. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2010.
- SOREL, P. *Plon: Le sens de l'histoire (1833-1962)*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2016.
- TOLEDO, C. N. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

**"A cultura a serviço do progresso social":
a atuação de Jorge Zahar
na construção de um projeto de país**

Leonardo Nóbrega

resumo

Jorge Zahar foi um dos mais importantes editores do Brasil, fundamental na consolidação das ciências sociais e humanas e participante ativo nos principais debates públicos da segunda metade do século XX. Neste texto, a atuação editorial de Jorge Zahar será analisada a partir da construção do catálogo da Zahar Editores, tendo como foco dois momentos distintos. O primeiro, que vai da criação da editora em 1957 até o início dos anos 1970, tem seu foco na tradução de autores vinculados à esquerda estadunidense. O segundo momento ganha relevância no final dos anos 1960 e continua na década seguinte, com destaque para as abordagens críticas às teorias da modernização. A partir da análise do catálogo da Zahar Editores, é possível perceber a existência de um projeto político que foi construído em diálogo com os diversos movimentos intelectuais e sociais da época.

Palavras-chave: Jorge Zahar; história do livro; edição; ciências sociais; política brasileira.

abstract

Jorge Zahar was one of the most important publishers in Brazil, fundamental in the consolidation of social and human sciences and an active participant in the main public debates of the second half of the 20th century. In this text, Jorge Zahar's editorial work will be analyzed based on the construction of the Zahar Editores catalog, focusing on two distinct moments. The first one, which goes from the creation of the publisher in 1957 until the beginning of the 1970s, focuses on translating authors linked to the American left. The second moment gained relevance in the late 1960s, with emphasis on critical approaches to modernization theories. From the analysis of the Zahar Editores catalog, it is possible to perceive the existence of a political project that was built in dialogue with the various intellectual and social movements active throughout the period.

Keywords: Jorge Zahar; History of books; publishing; social sciences; Brazilian politics.

Jorge Zahar foi um dos mais importantes e longevos editores brasileiros do século XX. Iniciou sua atuação no mundo dos livros em 1940, aos 20 anos, em uma empresa dedicada à importação e distribuição de livros técnicos, e encerrou sua trajetória em 1998, ano de seu falecimento. Foram quase 60 anos dedicados inteiramente aos livros, tempo suficiente para participar de momentos decisivos na consolidação do mercado editorial, da institucionalização das ciências sociais e de um projeto coletivo de país¹.

Interlocutor ativo e interessado, ao longo de todo esse tempo Zahar manteve contato constante com professores, estudantes, jor-

nalistas, tradutores, livreiros. Passou a se cercar de intelectuais que lhe ajudaram a dar forma a um dos catálogos mais prolíficos do país, com obras fundamentais para a consolidação das ciências sociais e humanidades. Amparado por uma cautelosa conduta comercial, trazia na base da sua atuação editorial também uma crença na capacidade da cultura de agir como motor de mudança social.

Essa crença era compartilhada com vários dos seus colegas de geração, que nutriam entusiasmo pela capacidade do pensamento crítico e humanista de provocar mudanças que impactassem positivamente a vida das pessoas. Havia, assim, uma atu-

LEONARDO NÓBREGA é professor de Sociologia do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE - Campus Belo Jardim) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE).

1 Sobre a vida e a atuação editorial de Jorge Zahar, cf.: Azevedo (2018), Pires (2017) e Silva (2019).

ação conformada a partir de um projeto de país e de sociedade. Uma construção coletiva ancorada na ideia de progresso social, tecida a várias mãos, que tem reflexos fundamentais no catálogo da editora que geriu grande parte da sua vida.

O slogan “A cultura a serviço do progresso social”, que passou a estampar as capas dos livros da Zahar Editores a partir de 1960, sintetizava não apenas uma carta de princípios – posição em relação à qual a editora pretendeu se vincular –, mas a experiência compartilhada de parte significativa de uma geração que, embalada pelo pensamento progressista em voga, iria encontrar nas publicações da editora um suporte nas disputas sociais que se instalaram nos anos 1950 e, de forma mais intensa, na luta contra o governo autoritário instaurado pelo Golpe de 1964.

Jorge Zahar fazia parte, junto a outros intelectuais, artistas, editores e demais membros das classes médias intelectualizadas de meados do século XX no Brasil, de uma estrutura de sentimentos (Williams, 1977, cap. 9) que era ao mesmo tempo romântica e revolucionária (Ridenti, 2005; 2010; 2014). Trata-se de uma geração anterior ao Golpe civil-militar de 1964, conformada a partir da ideia de superação do passado oligárquico, que compartilhava o entusiasmo técnico estimulado pela industrialização do país e que trazia consigo a ideia de revolução que estimulava a imaginação sobre o futuro.

Tal conjunto de pessoas, embora fizessem parte de um universo bastante heterogêneo e disperso, foi capaz de elaborar mecanismos de atuação coletiva, agindo como uma subjetividade coletiva (Domingues, 2003) que participa da elaboração

de representações da realidade e formula suas propostas de identidade, difundidas em linhas gerais de pensamento e atuação. Jorge Zahar, por meio da sua atuação editorial, foi um importante vetor nessa teia de interações, disponibilizando obras fundamentais para as discussões políticas daquele momento.

De forma a apreender a concepção política que deu embasamento para a atuação editorial de Jorge Zahar, o catálogo da Zahar Editores será analisado tendo como foco dois momentos distintos. O primeiro momento, que vai da criação da editora em 1957 até o início dos anos 1970, tem seu foco em uma política editorial de traduções. Nesse período, foram privilegiados autores vinculados à esquerda estadunidense, como Charles Wright Mills, Paul Sweezy, Leo Huberman, Paul Baran, além de autores vinculados à Escola de Frankfurt radicados no país norte-americano, como Erich Fromm e Marcuse. Esse universo intelectual teve significativa recepção no Brasil e foi fundamental para a conformação de um pensamento crítico entre jovens estudantes e demais leitores associados ao pensamento de esquerda. O segundo momento ganha escopo no final dos anos 1960 e se estende pela década de 1970. O período é marcado sobretudo pelo crescimento de autores brasileiros no catálogo da Zahar. O pensamento crítico estrangeiro dá espaço à produção nacional. Ganham força nesse momento diversas abordagens críticas às teorias da modernização, com destaque para as abordagens vinculadas às noções de subdesenvolvimento e dependência.

A partir da análise do catálogo da Zahar Editores, é possível perceber a existência de um projeto político que se constrói em

diálogo com os diversos movimentos intelectuais e sociais atuantes ao longo do período. Esse projeto toma forma e materialidade em parte significativa do catálogo da editora, revelando uma atuação que se deu sobretudo por meio de uma construção coletiva.

RECEPÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO ESTADUNIDENSE

Nos primeiros anos de atuação da Zahar Editores, os Estados Unidos foram o local privilegiado de origem da maior parte das obras traduzidas. O país passou a ter uma influência decisiva no mundo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Isso se refletiu no Brasil em uma gradativa e inédita substituição do francês – até então a língua de origem da maior parte dos livros importados e traduzidos no país – pelo inglês (Nóbrega, 2021). Autores como Erich Fromm, os editores da revista *Monthly Review* Paul Sweezy e Leo Huberman, C. Wright Mills e Herbert Marcuse ganharam espaço privilegiado no catálogo da editora. Estes autores fizeram reverberar grande parte do pensamento crítico do país norte-americano que deu ensejo à formação do que ficou conhecido como Nova Esquerda, movimento mundial que, de forma geral, pode ser identificado com a emergência de jovens estudantes como atores políticos, atrelados à perda de centralidade das estruturas burocráticas dos partidos comunistas e identificados também com as lutas pacifistas, por direitos civis e pela libertação nacional de países em situação de colonização (Bottomore, 1970).

O autor com o maior número de obras no catálogo da Zahar Editores é Erich Fromm. Foram ao todo 18 obras publica-

das entre 1959 e 1984, com várias reedições. A popularidade do autor se explica, em grande medida, por suas interpretações sobre o autoritarismo, que interessaram sobretudo à audiência norte-americana dos anos 1940, e suas reflexões sobre as mudanças comportamentais que se desdobravam nos anos 1950 e 1960. Esse contexto viria a reverberar no Brasil na década de 1960, relacionado ao crescimento da comunidade universitária no país, aos protestos estudantis, aos movimentos de contracultura e toda sorte de questionamentos sociais que passaram a surgir.

É no contexto dos movimentos de contestação política e cultural do final dos anos 1950 e início de 1960 que a obra de Erich Fromm chega ao Brasil. *Psicanálise e religião* (1956), obra que integrou a Coleção Biblioteca de Psicologia Médica da Editora Civilização Brasileira, foi o primeiro livro do autor a ser traduzido e publicado no país. Em seguida, a Zahar Editores publicou *Psicanálise da sociedade contemporânea* (1959), *Análise do homem* (1960) e *O medo à liberdade* (1960). As três obras juntas formavam uma trilogia em que o autor tratava do autoritarismo nas sociedades contemporâneas, unindo elementos da teoria psicanalítica ao conceito de alienação. As diversas obras lançadas por Fromm nos anos subsequentes tiveram uma grande recepção do público, o que se reverteu, para a Zahar, na produção de várias reedições e em tiragens muito maiores do que a média dos demais livros da editora.

Fromm passou a ter uma atuação pública relevante, participando de campanhas contra a Guerra do Vietnã, contra o desenvolvimento de armas nucleares e a favor das pautas levantadas pelos movimentos jovens

de esquerda, analisando os relacionamentos amorosos no mundo moderno, além de estabelecer grande proximidade com as religiões orientais, o que lhe rendeu ares de misticismo e críticas de setores mais ligados ao pensamento materialista. Junto a Fromm, outro autor, Herbert Marcuse, teve boa parte de suas obras publicadas pela Zahar.

Oriundo da Escola de Frankfurt, Marcuse tornou-se conhecido por estabelecer em seus textos reflexões críticas às sociedades modernas, que levavam em conta pensadores como Marx e Freud, além de uma grande influência da crítica à razão instrumental promovida pelos seus colegas na Escola de Frankfurt Horkheimer e Adorno – embora mantivesse o papel da utopia nos seus escritos, à diferença dos seus colegas frankfurtianos. Marcuse foi alçado pela imprensa como o “guru” dos novos movimentos de contestação (Wheatland, 2009) e seu nome passou a ser associado a uma espécie de liderança intelectual, embora passasse também a contar com uma série de deturpações do seu pensamento (Konder, 1998).

A repercussão que o nome de Marcuse passou a ter na imprensa brasileira refletia o papel de destaque que alcançava nos meios de comunicação norte-americanos e franceses: “Nos últimos meses o nome de um filósofo alemão [Herbert Marcuse] começou a ser citado por jornais e revistas como o mentor ideológico dos violentos movimentos de reivindicações dos estudantes europeus e americanos”². O mercado editorial brasileiro respondeu rapidamente ao súbito interesse pela obra de Marcuse. Do autor, a Zahar Editores publicou *Eros e civilização* (1968),

2 *Jornal do Brasil*, Cadernos B, 17 de maio de 1968, p. 5.

*Ideologia da sociedade industrial*³ (1968), *Crítica da tolerância pura* (1970) – livro que reúne artigos de Marcuse, Robert Paul Wolf e Barrington Moore Jr. –, *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade* (1972) e *Contra-revolução e revolta* (1973).

Outras editoras também aproveitaram o movimento: *Materialismo histórico e existência* (1968) foi publicado pela Editora Tempo Brasileiro; *O marxismo soviético* (1968) e *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social* (1969), pela Editora Saga; e *O fim da utopia* (1969), pela Paz e Terra. A grande quantidade de obras – foram nove em cinco anos – atesta o súbito interesse do mercado editorial brasileiro pelas obras do filósofo, cuja recepção se deu marcadamente vinculada aos movimentos de protesto de jovens estudantes.

Em paralelo à publicação de autores vinculados à Escola de Frankfurt, a Zahar manteve estreito contato com a revista *Monthly Review*. A *Monthly Review* foi uma revista socialista estadunidense criada pelo economista Paul Sweezy e pelo jornalista Leo Huberman em 1949. Alocada inicialmente no apartamento de Huberman, em Nova York, a publicação se somou ao universo da efervescente produção intelectual da cidade em meados do século XX⁴, junto a outras revistas que tiveram grande destaque no universo político e cultural.

3 O título original, em inglês, é *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society* (1964).

4 Forma-se, em meados da década de 1940, um grupo bastante atuante de escritores, artistas e pensadores que ficou conhecido como os Intelectuais Nova iorquinos (*New York Intellectuals*). Este foi, segundo Kevin Mattson (2002), o grupo intelectual mais importante do período posterior à Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos.

Surgida no período em que o pensamento crítico de esquerda estava sob ataque (Bottomore, 1970), cuja expressão máxima podia ser identificada na patrulha anti-comunista liderada pelo senador Joseph McCarthy (1947-1957) no contexto inicial de Guerra Fria, somada a uma diminuição da influência do Partido Comunista norte-americano na esquerda, a política editorial da *Monthly Review* focou, em grande medida, análises econômicas e políticas. O capitalismo como um sistema de alcance mundial, o imperialismo norte-americano e as revoltas no Terceiro Mundo foram os temas principais, que passaram a ganhar destaque à medida que acontecimentos significativos foram ocorrendo por todo o mundo (Mcchesney, 2007).

A revista contou com alguns colaboradores frequentes. Esse foi o caso de Paul Baran (1910-1964), que, apesar de não ter estado formalmente vinculado à revista como editor, compartilhava das decisões editoriais e direcionamentos da revista. Ao grupo viria a se juntar ainda Harry Magdoff (1913-2006), que trabalhava com estatísticas para o governo norte-americano e viria a substituir Huberman como editor em 1968.

Além da revista, Sweezy e Huberman fundaram também, em 1952, a *Monthly Review Press*. A editora, a despeito de ter realizado poucas publicações nos seus primeiros anos de atividade sob direção de Huberman, ganhou posição de destaque em meados dos anos 1960, quando, sob direção de Harry Braverman, publicou obras de autores da esquerda mundial como Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin, Karl Korsh, além de títulos como *Capitalism and underdevelopment in Latin America* (1967), de André Gunder Frank,

Reminiscences of the Cuban revolutionary war (1968), de Che Guevara, *Lenin and philosophy* (1971), de Louis Althusser, *Open veins of Latin America* (1973), de Eduardo Galeano, dentre outros. O contato com grupos de esquerda fora dos Estados Unidos rendeu não só a tradução de livros importantes para o inglês, mas também a publicação da *Monthly Review* em diversas outras línguas, como o espanhol (editado na Argentina entre 1963 e 1967, no Chile entre 1967 e 1970, na Colômbia em 1973 e na Espanha entre 1977 e 1982), italiano (1968-1987), grego (1973-1975, 1983, 1987-1988) e alemão (1974-1975) (Mcchesney, 2007; Phelps, 1999).

Vários dos livros publicados pela Zahar Editores nos seus primeiros anos de atividade foram de colaboradores da *Monthly Review*, o que marca a rede intelectual em torno da revista como um dos principais referenciais no estabelecimento da política editorial de traduções executada por Jorge Zahar e, conseqüentemente, no projeto intelectual gestado pela editora. O primeiro deles foi *Socialismo* (1959), de Paul Sweezy, que havia sido publicado originalmente em 1949 e apresentava ao público norte-americano o sistema econômico e social dos países que viviam sob um regime socialista. No mesmo ano foi publicado *O império do petróleo* (1959), do jornalista norte-americano e autor da *Monthly Review Press*, Harvey O'Connor. O livro contou com ampla divulgação na imprensa, pouco tempo depois que o jornalista havia visitado o Brasil e concedido diversas entrevistas. O prefácio da edição brasileira foi escrito pelo cel. Janary Nunes, que havia sido presidente da Petrobras e participado de uma sessão de autógrafos no lançamento do livro promovido pela editora

no Clube Militar, no Rio de Janeiro⁵. Na orelha do livro é possível compreender o direcionamento dado pela editora e a recepção que se esperava com a publicação:

“Livro oportuno, acrescido de um não menos oportuno prefácio do Cel. Janary Nunes, contribuirá certamente para que se mantenha acesa a chama nacionalista de que se alimenta a Petrobras, único caminho conducente à completa emancipação econômica do Brasil” (Harvey, 1959, orelha).

A Petrobras havia sido fundada em 1953, sob a presidência de Getúlio Vargas, garantindo ao Estado brasileiro, depois de acirrado debate, o monopólio do petróleo disponível em território nacional, fato que vinha sendo contestado por alguns setores da sociedade menos afeitos às políticas de intervenção estatal. Neste sentido, o prefácio do cel. Janary Nunes adota um posicionamento bastante claro:

“O petróleo é patrimônio da nação, é instrumento de soberania, é arma de segurança, é ponto de germinação de desenvolvimento econômico. O petróleo representa poder político, econômico e militar (Harvey, 1959, p. 15).

Pouco depois a Zahar viria a publicar outro livro de O’Connor, *O petróleo em crise* (1962), no mesmo ano em que a Monthly Review Press fez seu lançamento nos Estados Unidos, além do livro *Imperialismo, petróleo, Petrobrás* (1964), de Francisco Mangabeira, advogado, professor da Universidade do Bra-

sil e presidente da Petrobras por indicação de João Goulart, entre 1962 e 1963.

A economia política do desenvolvimento (1960), de Paul Baran, publicado originalmente em 1957, inaugurou na Zahar uma série de publicações que tratava sobre a economia capitalista e as desigualdades globais. Paul Sweezy teve diversos de seus livros publicados na sequência: *Teorias do desenvolvimento capitalista* (1962), *Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo* (1965), *Teóricos e teorias da economia* (1965) e *Capitalismo monopolista* (1966), sendo este último escrito em coautoria com Paul Baran.

Nenhum livro, entretanto, alcançou tanto sucesso de público como se deu com *História da riqueza do homem* (1962), de Leo Huberman. Foram ao todo 20 edições e diversas reimpressões, chegando a mais de 300 mil exemplares vendidos. Segundo afirmou Jorge Zahar, esse foi o grande livro de sua carreira como editor (Zahar, 2001). Escrito em linguagem simples e concisa, buscando prioritariamente um público jovem, o livro trata da história do capitalismo no mundo desde a sua constituição até as primeiras décadas do século XX. Com a tradução da Zahar, o livro passou a ser adotado por sucessivas gerações de estudantes e militantes de esquerda no Brasil (Secco, 2017, p. 146). Foi parte desse público que ocupou o auditório da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), no Rio de Janeiro, no dia 30 de janeiro de 1963, para assistir à palestra de Sweezy e Huberman intitulada “Situação internacional”⁶. A dupla estava de

5 *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1959, p. 4.

6 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1963, p. 5.

regresso de Buenos Aires, onde inaugurou a edição em espanhol da *Monthly Review*, e foi recebida por Jorge Zahar.

É de se notar, portanto, a referência que a *Monthly Review* representou para Jorge Zahar na seleção dos títulos a serem traduzidos. Não só os editores da revista tiveram suas obras vertidas ao português, mas diversos autores que contribuíam com a publicação periódica norte-americana ou mesmo com títulos publicados pela *Monthly Review Press* passaram a circular no Brasil. Dentre elas, as obras sobre a Revolução Cubana.

A Revolução Cubana de 1959, que havia destituído do poder o ditador Fulgencio Batista e instaurado um novo governo socialista na ilha, passou ao foco das atenções e rendeu uma série de livros sobre os desdobramentos revolucionários na ilha, bem como críticas ao imperialismo norte-americano. *Cuba: anatomia de uma revolução* (1960), de Paul Sweezy e Leo Huberman, e *A verdade sobre Cuba* (1961), de C. Wright Mills, tratam dos primeiros desdobramentos da revolução. Na sequência, a Zahar publicou ainda o livro *Reflexões sobre a Revolução Cubana* (1962), com artigos de Paul Sweezy, Leo Huberman, Paul Baran, Marc Schleifer e Ernesto Che Guevara. Outras editoras também aproveitaram o momento: *Furacão sobre Cuba* (1960), de Jean-Paul Sartre, foi lançado pela Editora do Autor e *Cuba: a revolução na América* (1961), de Almir Matos, pela Editorial Vitória, vinculada ao Partido Comunista do Brasil.

O livro de Paul Sweezy e Leo Huberman sobre a Revolução Cubana, *Cuba: anatomia de uma revolução* (1960), teve como ponto de partida a série de visitas à

ilha que a dupla fez pouco tempo depois de consolidada a revolução de 1º de janeiro de 1959. As suas primeiras impressões foram publicadas numa edição especial nos meses de julho e agosto da *Monthly Review*. Os artigos foram editados em seguida como livro, que foi bastante lido e se tornou referência no assunto. No Brasil, a obra chegou à quarta edição apenas um ano depois de lançada. Grande parte dos movimentos de esquerda via a experiência de Cuba com entusiasmo, enxergando ali uma alternativa tanto ao comunismo soviético, cada vez mais criticado por suas práticas autoritárias, quanto à experiência imperialista dos Estados Unidos.

O livro de C. Wright Mills foi publicado originalmente em 1960, pela Editora McGraw-Hill, com o título de *Listen, Yankee*. No Brasil, o contexto de efervescência política também esteve presente no momento da publicação de *A verdade sobre Cuba* (1961), que contou com o lançamento de uma segunda edição no mesmo ano de lançamento da obra.

O momento era de efervescência política, social e cultural por todo o mundo, o que, em grande medida, explica o sucesso de venda dos livros sobre a Revolução Cubana, seja nos Estados Unidos, na América Hispânica ou no Brasil. Tratava-se, portanto, de um momento de mudanças culturais significativas, e os livros ocupavam espaço privilegiado na disseminação de ideias que alimentavam as discussões do momento.

É de se notar, dessa forma, a centralidade do pensamento estadunidense no Brasil. Isso se dava tanto por meio dos imigrantes alemães que estabeleceram carreira nos Estados Unidos, quanto por meio de inte-

lectuais norte-americanos que passaram a escrever sobre temas de interesse externo e a partir de uma perspectiva crítica ao que se concebia como o imperialismo do seu país. O fato é que os Estados Unidos, nesse momento, serviram de referência para a construção do catálogo da Zahar Editores e para boa parte dos debates que participavam da construção de um pensamento comum sobre os rumos do Brasil.

MODERNIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

Se havia, por um lado, uma intelectualidade estadunidense crítica à atuação global do seu país, havia, por outro, uma crença hegemônica nos Estados Unidos como um modelo de desenvolvimento. Grande parte das discussões nas ciências sociais em meados do século XX foi pautada pela noção de modernização. Aberta a inúmeras definições, a depender dos propósitos e das circunstâncias de sua utilização, a ideia de modernização deu base para a construção de teorias que foram bastante influentes na elaboração de diagnósticos de problemas sociais e na construção de mecanismos para a sua solução. Sendo uma noção que pressupõe mudança social, veio acompanhada da existência de polos opostos, como pontos extremos em uma mesma reta, demarcando, de um lado, o local de onde se partia e, de outro, o local aonde se queria chegar. Os países ocidentais, industrializados e centrais no sistema econômico mundial, considerados modernos, serviram invariavelmente como ponto de referência a ser alcançado, tendo como elementos fundamentais a industrialização, urbanização, democratização, indivi-

dualismo, secularização, dentre outros marcadores cuja falta caracterizava os países tradicionais e atrasados.

Moldando-se a interesses muitas vezes relacionados à pretensão de dominação dos países centrais, a ideia de modernização serviu para intervenções realizadas das mais diversas formas, desde ajuda financeira e programas de desenvolvimento até interferências políticas e militares. A política externa dos Estados Unidos passava por um momento de efervescência depois da Segunda Guerra Mundial e os esforços para o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), a continuidade do Plano Marshall e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) vieram acompanhados pelo lançamento de um programa de assistência técnica para auxiliar na “melhoria e no crescimento de áreas subdesenvolvidas”, como definiu o documento assinado pelo presidente Harry Truman em janeiro de 1949 (Truman apud Rist, 2008, p. 71).

A configuração da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento como um dos vetores fundamentais de elaboração da política externa dos Estados Unidos respondia aos anseios de hegemonia do país norte-americano. Tal ferramenta era ainda mais importante dado o contexto de Guerra Fria e disputa polarizada que o país travava com a União Soviética. Ao definir subdesenvolvimento “como uma falta e não como o resultado de circunstâncias históricas, e tratando o ‘subdesenvolvido’ simplesmente como pobre sem procurar as razões para o seu desamparo, a ‘política de desenvolvimento’ fez do crescimento e da ajuda (entendidos em termos tecnocráticos, quantitativos) a única resposta possível” (Rist, 2008, p. 79, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, a organização dos países do chamado Terceiro Mundo, com demandas estabelecidas em acordos coletivos como os assinados na Conferência de Bandung (1955), passava a desafiar as políticas empreendidas pelos países centrais. Em termos de produção teórica, as críticas à política internacional norte-americana partiram tanto de intelectuais marxistas do próprio país, citados no tópico anterior, como dos países em processo de emancipação e desenvolvimento. Entre os latino-americanos, uma massa crítica já vinha sendo desenvolvida, sob diferentes matizes, desde o processo de descolonização no século XIX. As chamadas teorias da dependência, desenvolvidas sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1960, seriam, entretanto, o produto mais diretamente relacionado a uma crítica à teoria da modernização. Estabelecendo raízes no pensamento da Cepal, localizada na pulsante cidade de Santiago, no Chile (Beigel, 2009; Garcia Jr., 2009), os teóricos da dependência formaram importantes redes de interação e realizaram esforços no sentido de compreender as limitações de um processo de desenvolvimento dado no momento em que a economia mundial constituía-se de forma interdependente e sob a hegemonia de fortes grupos econômicos e forças estatais com características imperialistas (Beigel, 2006; Dos Santos, 2000).

Este debate teve grande centralidade na Zahar Editores. São exemplos os livros *Teoria do desenvolvimento* (1967) e *Processos e implicações do desenvolvimento* (1969), organizados por Luiz A. Costa Pinto e Waldomiro Bazzanella, em parceria com o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLAPCS), então dirigido

por Manuel Diegues Jr. Os aspectos relacionados ao desenvolvimento foram centrais nas discussões do CLAPCS, que realizou diversos estudos comparativos sobre mobilidade social, educação, industrialização, urbanização etc. Tais estudos, embora em grande medida fundamentados na noção de desenvolvimento, serviram de base para a elaboração de uma perspectiva crítica às teorias da modernização, inserindo questionamentos sobre os mecanismos estruturais de desigualdade e a necessidade de rupturas para a superação da condição de subdesenvolvimento. Nas duas compilações constam textos de Georges Balandier, Torcuato Di Tella, Jorge Graciarena, Gino Germani, Costa Pinto, dentre outros.

Na Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais, iniciada em 1966 sob a direção de Otávio Guilherme Velho, Moacir Palmeira e Antonio Roberto Bertelli – a partir da qual a Zahar Editores passou a contar com a interlocução mais sistemática de jovens intelectuais brasileiros –, foram publicados livros como *Sociologia do desenvolvimento* (1967), organizado por José Carlos Garcia Durand, *Sociologia do desenvolvimento II*, organizado por Durand e Lia Pinheiro Machado, *Desenvolvimento, trabalho e educação* (1968), *Urbanização e subdesenvolvimento* (1969) e *Subdesenvolvimento e desenvolvimento* (1969), estes três organizados por Luiz Pereira. O mesmo Luiz Pereira também organizou o livro *Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento* (1971) para a Coleção Biblioteca de Ciências Sociais, também da Zahar. Nas coletâneas citadas foram publicados textos de autores como Jacques Lambert, José Medina Echevarría, Peter Heintz, Rodolfo Stavenhagen, Herbert

Blumer, André Gunder Frank, Daniel Lerner, Lúcia Pinheiro Machado (“Alcance e limites das teorias da modernização”), Glaucio Ary Dillon Soares, Luiz Pereira, Alain Touraine, Robert K. Merton, Frantz Fanon, Francisco Zamora, além de textos da Cepal.

Aos textos das coletâneas se somaram ao catálogo da Zahar livros que contribuíram para compor o debate crítico sobre modernização e desenvolvimento, dentre eles, *Desenvolvimento e crise no Brasil* (1968), de Bresser Pereira, *Projetos de desenvolvimento* (1969), de Albert O. Hirschmann, *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento* (1973), de Aníbal Pinto, *Desenvolvimento dependente brasileiro* (1978), de Vilma Figueiredo, e *Limites sociais do crescimento* (1979), de Fred Hirsch.

O livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1972), de Maria da Conceição Tavares – uma das obras mais comentadas na época e que chegou ao total de 11 edições – reuniu quatro ensaios, escritos entre 1963 e 1971, que elaboram uma análise histórica e abrangente das políticas econômicas do país. A autora, formada em ciências econômicas pela Universidade do Brasil, havia trabalhado no Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek e era então, no momento de publicação do livro, chefe do escritório da Cepal no Brasil.

Quatro obras de Florestan Fernandes publicadas pela Zahar contribuíram para essa discussão: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *A sociologia numa era de revolução social* [uma primeira edição

desse livro havia sido publicada em 1963] (1976) e *Poder e contrapoder na América Latina* (1981).

Uma das obras seminais para a discussão foi o *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. A obra havia sido publicada em 1969, em espanhol, pela Editora Siglo XXI e a versão em português, pela Zahar, saiu um ano depois. Em 1984 a publicação chegou à sua sétima edição. Fernando Henrique Cardoso publicou também pela Zahar o livro *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971).

Esse breve panorama dos textos sobre modernização publicados pela Zahar Editores mostra como a editora contribuiu para a configuração e disseminação do debate sobre desenvolvimento e dependência no Brasil. As perspectivas críticas às teorias da modernização então em voga encontraram na editora um espaço privilegiado de materialização e disseminação. Jorge Zahar, a partir de sua atuação editorial, participou ativamente desse processo, disponibilizando textos fundamentais, traduzindo obras de autores estrangeiros e organizando antologias que serviram a diversas gerações de estudantes universitários e leitores interessados neste que se tornou um dos principais debates públicos da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zahar Editores, seja por meio do estabelecimento de uma política editorial de tradução de autores estrangeiros, com foco inicial no pensamento crítico estadunidense, seja a partir dos vínculos

com autores nacionais e dos demais países latino-americanos, que serviram de espaço de materialização e disseminação de um debate tão fundamental quanto o do desenvolvimento e dependência, participou ativamente de um esforço coletivo de imaginação sobre o Brasil.

Jorge Zahar foi uma pessoa comprometida com grande parte das pautas de esquerda da sua época. A sua socialização no universo intelectual da então capital federal em meados do século XX e sua atuação como livreiro e editor de livros universitários de ciências sociais e humanas – tendo publicado livros que foram fundamentais para várias gerações de estudantes e militantes políticos – são reveladoras desse compromisso. Embora não houvesse engajamento militante na atitude do editor – como havia no seu amigo e colega de atuação editorial Ênio Silveira, por exemplo –, havia um comprometimento com as questões sociais que era compartilhado por grande parte da sua geração: editores, livreiros, intelectuais dedicados às mais diversas atividades, artistas e estudantes pareciam concordar com uma série de valores e configurações identitárias que ficaram ainda mais explícitos quando da instauração do Golpe

Militar em 1964 e o estabelecimento de um inimigo comum.

Para além de comprometimento político ou engajamento moral individual, o que inegavelmente havia era uma subjetividade coletiva que unia as classes médias intelectualizadas – estudantes, intelectuais e os diversos intermediários culturais – pautada pelo pensamento de esquerda, o que gerava também um mercado a ser explorado. Como o próprio Jorge Zahar reconhecia: “Minha ênfase maior caía [...] sobre os livros marxistas, e aí prevalecia também uma razão de mercado. Esses livros tinham mais mercado que os livros antimarxistas [...]” (Zahar, 2001, p. 38). Gerava-se, dessa forma, um caldo cultural que se direcionava ao consumo e à formação intelectual e política de jovens estudantes e demais leitores, que construía coletivamente uma massa crítica e engajada desde o final dos anos 1950 até os períodos mais críticos do autoritarismo no final dos anos 1960 e no transcurso da década de 1970. Jorge Zahar contribuiu, dessa forma, para a elaboração de um projeto de país que, enfrentando percalços e embates ao longo do caminho, conformou a imaginação de gerações que se formaram lendo os livros publicados pela editora.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. C. *Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- BEIGEL, F. "Vida, muerte y resurrección de las 'teorías de la dependencia'". *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires, Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2006, pp. 287-326.
- BEIGEL, F. "La Flasco chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973)". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 71, n. 2, 2009, pp. 319-49.
- BOTTOMORE, T. *Críticos da sociedade: o pensamento radical na América do Norte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- DOMINGUES, J. M. "A América: intelectuais, interpretações e identidades", in *Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GARCIA JR., A. "A globalização pensada na periferia". *Antropolítica*, v. 26, n. 1, 2009, pp. 127-60.
- HARVEY, O' C. *O império do petróleo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1959.
- KONDER, L. "Marcuse, revolucionário". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 1998.
- MATTSON, K. *Intellectuals in action: the origins of the new left and radical liberalism, 1945-1970*. Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press, 2002.
- MCCHESENEY, R. *The Monthly Review story : 1949-1984*. Disponível em: <https://mronline.org/2007/05/06/the-monthly-review-story-1949-1984/>. Acesso em: 30/dez./2018.
- NÓBREGA, L. "A tradução de livros de ciências sociais no Brasil: uma análise das publicações da Zahar Editores (1957-1984)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, 2021, pp. 1-16.
- PHELPS, C. "A socialist magazine in the American century". *Monthly Review*, v. 51, n. 1, 1999.
- PIRES, P. R. *A marca do Z: a vida e os tempos do editor Jorge Zahar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- RIDENTI, M. "Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960". *Tempo Social*, v. 17, 2005, n. 81-110.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 2010.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo, Unesp, 2014.
- RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. Londres/Nova York, Zed Books, 2008.
- SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- SECCO, L. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, Ateliê Editorial, 2017.
- SILVA, L. N. da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- WHEATLAND, T. *Frankfurt School in exile*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2009.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Nova York, Oxford University Press, 1977.
- ZAHAR, J. *Editando o editor 5: Jorge Zahar*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2001.



Marcos Santos/USP Imagens

Os comunistas brasileiros e o desenvolvimentismo: a Frente Nacionalista nas edições da Editorial Vitória (1958-1964)

Vinicius Juberte

resumo

O presente artigo analisa de que forma a Frente Nacionalista entre o PCB (Partido Comunista do Brasil) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) se apresenta na produção livreira da Editorial Vitória Limitada, principal editora comunista da época, entre 1958 e 1964, período da linha de “coexistência pacífica” no movimento comunista mundial e do projeto desenvolvimentista no Brasil. Essas tendências políticas apareceram de modo concreto nas edições da Editorial Vitória de duas formas: pela Coleção de Documentos Políticos e pelos livros *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, do escritor Jocelyn Brasil, *Brasil século XX*, de Rui Facó, e *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme. Pretende-se demonstrar as diferentes estratégias editoriais envolvidas nessas edições e seu papel na relação entre a linha editorial e a linha política do PCB nesse período.

Palavras-chave: história do livro; edições comunistas; PCB; desenvolvimentismo; Editorial Vitória.

abstract

*This article analyzes how the Nationalist Front between the PCB and the PTB presents itself in the bookseller production of Editorial Vitória, the main communist publisher at the time, between 1958 and 1964, period of line of “peaceful coexistence” in the world communist movement and the developmentalist project in Brazil. These political tendencies appear in a concrete way in the editions of Editorial Vitória in two ways: through the Coleção de Documentos Políticos and through the books *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular* by the writer Jocelyn Brasil, *Brasil século XX* by Rui Facó and *Problemas brasileiros de educação* by Paschoal Lemme. It is intended to demonstrate the different editorial strategies involved in these editions and their role in the relationship between the editorial line and the political line of the PCB in this period.*

Keywords: publishing history; communist editions; PCB; developmental; Editorial Vitória.

O

s anos 1950 foram de intensas mudanças para o movimento comunista mundial, principalmente após a divulgação do discurso de Nikita Kruschev denunciando os crimes de Stalin durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Analogamente, mudanças importantes ocorreram

no Partido Comunista do Brasil (PCB), que nessa década foi palco de inúmeros debates acerca da interpretação da realidade brasileira e a consequente tática de ação partidária que seria construída a partir dela, além da influência das já citadas mudanças no cenário mundial para os PCs de todo o mundo.

Os anos de debates e embates entre os comunistas brasileiros, principalmente com a autocrítica promovida a partir de 1954,

com o suicídio de Getúlio Vargas, e aprofundada a partir de 1956 com o *Relatório Kruschev*, levarão o partido de uma linha sectária no início dessa década para uma linha de frente nacionalista junto aos trabalhistas ao final dela, posição consolidada na chamada Declaração de Março de 1958. É evidente que o aparato político-cultural do partido refletiu todas essas mudanças, e aqui destacamos a principal editora do PCB nesse período, a Editorial Vitória, e ao menos cinco publicações que manifestavam abertamente essa aliança entre PCB

Uma versão preliminar do presente artigo foi apresentada no “Seminário Usos de lo Impreso en América Latina” (Colegio Mexiquense, UAM-C y Celsa-FFyL-Unam), em junho de 2022.

VINÍCIUS JUBERTE é doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e as discussões referentes ao projeto econômico desenvolvimentista.

Em 1959 e 1960, aparecem pela Coleção de Documentos Políticos, respectivamente, *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático* e *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, ambos assinados pelo secretário-geral do partido, Luís Carlos Prestes. São também desses anos, respectivamente, *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme, *Brasil século XX*, de Rui Facó, e, em 1963, o livro *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, de autoria de Jocelyn Brasil, jornalista, escritor e brigadeiro da Força Aérea Brasileira.

Os dois primeiros tratam da leitura da realidade nacional pelos comunistas naquela conjuntura, a qual leva o partido a apoiar uma aliança com a “burguesia nacional” para a realização da etapa “democrático-popular” da Revolução Brasileira, análise essa que culminava no apoio eleitoral aos candidatos nacionalistas do PTB nas eleições de 1960. O livro de Facó faz um balanço da história brasileira a partir da Revolução de 1930 e a obra de Lemme, uma discussão sobre os desafios da educação no Brasil e na América Latina naquela conjuntura. Já o livro de Jocelyn Brasil é uma cartilha explicando como o imperialismo norte-americano boicotava o desenvolvimento brasileiro.

No artigo aqui proposto pretende-se demonstrar como essas edições são um exemplo claro da relação entre a linha política partidária e a linha editorial do PCB, e como esses livros procuravam legitimar essa linha para os quadros partidários, além de serem uma ação clara do partido no

sentido de influenciar no debate político nacional naquele momento, principalmente em relação ao ideal desenvolvimentista.

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO PCB NOS ANOS 1950

O PCB passará por uma metamorfose entre o final dos anos 1940 e 1950, com a cassação de seu registro em 1947 e a de seus parlamentares em 1948, colocando fim a um curto período de legalidade e participação ativa na vida democrática brasileira no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e de redemocratização do país com o fim do Estado Novo varguista.

Nesse período ocorrerão importantes mudanças no movimento comunista mundial, provocadas pela criação da Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform) em 1947. Esse novo aparato ligado ao PCUS retomará, em boa medida, o papel de centro dirigente desempenhado até 1943 pela Internacional Comunista (IC). Sua prática será marcada pelo dogmatismo stalinista e terá influência clara nas práticas e concepções defendidas pelo PCB até a sua extinção em 1956 (Segatto, 1981, p. 61).

Os comunistas brasileiros iniciam uma nova linha política com o Manifesto de Janeiro de 1948, que serviria de base para o importante Manifesto de Agosto de 1950. Em linhas gerais, ambos criticavam a linha seguida pelo partido no período anterior, de aliança com a “burguesia progressista” e de aposta na política institucional. Apon-tam como erros políticos a falta de um posicionamento enfático contra o governo Dutra e a Carta Constitucional de 1956, responsável pela redemocratização do país.

Ainda apontam como erro estratégico a pouca atenção dada às lutas camponesas, reafirmam que o Brasil permanece sendo um país “atrasado, semifeudal e semicolonial” e que, por isso, a Revolução Brasileira naquele momento seria “agrária e anti-imperialista” (Segatto, 1981, p. 62).

O Manifesto de Agosto de 1950 carrega nas tintas ao caracterizar o governo Dutra como “fascista”, de “traição nacional” e responsável pelo “servilismo” aos EUA, e pela marcha rumo ao “caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional”. Os comunistas, nesse momento, partindo de uma visão absolutamente sectária, colocam de um lado o governo e todos os partidos ditos “burgueses” e, do outro, as massas trabalhadoras, operários e camponeses, os “intelectuais honestos” e classes médias que, sob a liderança comunista, lutariam contra a dominação imperialista em uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” (Segatto, 1981, p. 64).

Na prática, a nova linha partidária, bastante estreita, sectária e voluntarista, irá levar os comunistas ao isolamento político nos mais diversos espaços de atuação do partido. No meio sindical, por exemplo, a prática de criar sindicatos próprios, sem base real, e de promover greves “na marra” irá minar a credibilidade dos comunistas junto aos operários organizados, fazendo com que o espaço deixado seja ocupado pelos trabalhistas e outras forças políticas (Segatto, 1981, p. 65).

Nos meios intelectuais o impacto também foi bastante negativo. Aqueles que não utilizassem seu trabalho teórico como instrumento para a divulgação das teses partidárias eram acusados de “desvios bur-

gueses”. No campo estético, o artista que não seguisse as diretrizes do “realismo socialista” era execrado publicamente pelas lideranças partidárias.

As dificuldades ficam bastante evidentes se analisarmos, por exemplo, a produção editorial do partido nesses anos. A Editorial Vitória, a grande editora pecebista desde os anos 1940, enfrentará dificuldades nesse início de década, fruto das mudanças conjunturais e do sectarismo da linha partidária. Se nos anos de 1948 e 1949 foram editados oito livros em cada um deles, no ano de 1950 a editora lança um único e solitário título (Juberte, 2023, p. 398).

Nesse contexto, o partido só terá algum sucesso justamente quando deixa de lado, momentaneamente, a política sectária e voluntarista que vinha colocando em prática. Isso fica bastante evidente em movimentos de massa como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e contra a Guerra da Coreia. Não é à toa que na toada desses movimentos o partido consegue eleger para a Câmara Federal o líder sindicalista Roberto Morena em 1950 (Segatto, 1981, p. 66).

A partir dessas experiências, o ano de 1951 já apresenta mudanças na atividade partidária. No meio sindical, a própria militância rompe com a linha do partido, voltando a uma política de aliança com os trabalhistas e a medidas concretas de construção do partido nas empresas. Essa mudança leva ao fortalecimento dos comunistas no meio sindical e à ampliação de sua influência no movimento operário, obrigando a direção partidária a oficializar essa linha de atuação para o meio sindical. Ainda assim, a direção mantém sua linha sectária no essencial, como, por exemplo, considerando o líder trabalhista, e

agora novamente presidente, Getúlio Vargas como o grande inimigo a ser combatido. A linha desagregadora da direção colocava empecilhos para a bem-sucedida política da base partidária (Segatto, 1981, p. 67).

É justamente na base operária do partido que se inicia o processo de aliança política com os trabalhistas, muitos anos antes de a direção do PCB adotar como sua essa linha partidária. A luta nacionalista dos trabalhistas também passa a ser defendida, o que leva, com o passar do tempo, ao engajamento dos comunistas no processo político democrático da luta pelo “capitalismo autônomo”, sem latifúndio e sem o domínio do capital estrangeiro. É esse processo, com seus acertos e limitações, que permitirá, por exemplo, que o PCB conquiste as direções dos sindicatos mais importantes do país, seja em aliança com os trabalhistas, com estes e os católicos, ou mesmo de forma exclusiva (Segatto, 1981, p. 68).

Mesmo essa nova postura de atuação no movimento operário e de massas tendo deixado bastante evidente que havia pressões da militância para uma mudança definitiva de linha política, a cúpula partidária manteve-se irredutível ainda por muito tempo. Tanto é que no dia 24 de agosto de 1954, quando o país acordava atônito com o suicídio de Getúlio Vargas, o jornal do partido, *Imprensa Popular*, trazia a manchete “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas”.

O suicídio do presidente trabalhista, em meio a pressões externas e de setores da classe dominante brasileira, fez surgir uma onda de simpatia por Getúlio, com inúmeras manifestações país a fora, e perseguição aos seus opositores. O PCB precisou recolher às

pressas seu jornal das bancas e se unir às massas que tomavam as ruas. Ainda assim, em Porto Alegre, a *Tribuna Gaúcha*, jornal do partido, não escapou da depredação de sua sede pela turba popular ensandecida (Segatto, 1981, pp. 69-70).

Toda comoção nacional e crise política que a ela se seguiu não foram suficientes para a direção do PCB mudar a linha política partidária que vinha defendendo de forma mais bem acabada desde 1950. O IV Congresso do PCB se dá nesse contexto, com a cúpula partidária fechando ao máximo o processo, o que gerou críticas de inúmeras lideranças de base quanto às práticas antidemocráticas do Comitê Central. Dessa forma, pouco mudou em relação às teses defendidas pela cúpula pecebista.

A única mudança digna de nota foi o status da “burguesia nacional”, que agora passava a ser entendida como aliada “por determinado período” da revolução “contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”. O partido entendia que naquele momento se tratava de construir uma “revolução democrático-popular” (Segatto, 1981, p. 73), reproduzindo a tese do “etapismo” stalinista.

A tímida mudança foi fruto do impacto do suicídio de Getúlio nas fileiras partidárias, além do fracasso nas eleições parlamentares e para governadores daquele ano. E o primeiro desdobramento dessa linha política retificada foi o apoio do PCB à candidatura de Juscelino Kubitschek pelo Partido Social Democrático (PSD), em aliança com os trabalhistas (Segatto, 1981, p. 74).

Mas o acontecimento que de fato levará a mudanças fundamentais no partido e em sua linha política não será de ordem

interna, mas sim externa: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido em 1956. O chamado “relatório secreto” do novo secretário-geral soviético, Nikita Krushev, teve impacto fulminante no movimento comunista mundial, inclusive no PCB.

Os comunistas brasileiros se manterão em silêncio por sete meses a respeito do relatório, tamanho o impacto das denúncias. A imprensa pecebista continuará afirmando durante todo esse período que se tratava de uma falsificação do serviço secreto norte-americano. A primeira reunião do Comitê Central para discutir o tema se dará apenas em agosto de 1956, na qual as críticas mais severas se abateram no até então homem forte do partido, Diógenes de Arruda Câmara.

A partir de outubro daquele ano se abre um enorme debate na imprensa partidária, com destaque para os jornais *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, nos quais se colocam todas as críticas, dúvidas e ressentimentos que ficaram represados por anos. Com o desenvolvimento das discussões, a direção partidária publica um documento de autocrítica, reconhecendo erros cometidos e, pela primeira vez, as deformações provocadas pelo stalinismo no seio partidário (Segatto, 1981, p. 76). Os chamados “renovadores” acusavam o Comitê Central pelo retraimento político dos comunistas, sua menor influência na sociedade, a estagnação da imprensa partidária e pela diminuição das fileiras do partido (Santos, 1988, p. 212).

A produção editorial não passa ileso às críticas. Em artigo na revista *Novos Tempos*, o militante Horácio Macedo faz dura crítica à obra *Problemas econômicos*

no socialismo na URSS de Stalin, editada em 1953 pela Editorial Vitória. Segundo ele, essa obra foi ungida em “modelo de desenvolvimento criador do marxismo-leninismo”, “expressão mais alta”, “bússola” para todo comunista, entre outras expressões comuns na imprensa pecebista. Macedo afirma:

“À concepção de um mundo onde tudo já está conhecido, onde nada é realmente novo, onde para todos os processos e fenômenos já existem explicação e interpretação pronta e acabada da filosofia, da política, da economia, limitar-se à análise e interpretação dos textos ortodoxos. Infelizmente isso aconteceu, em grande parte, com as obras de Marx, Engels e Lenin, e, em grau superlativo, nos anos cinquenta, com os escritos de Stalin” (Santos, 1988, p. 239).

Apesar de reconhecer os excessos da disciplina militarizada imposta aos militantes, as críticas públicas violentas que criavam um ambiente de intimidação e o dogmatismo em termos teóricos e políticos, a direção partidária, em abril de 1957, encerra as discussões na imprensa com o argumento de “restabelecer a ordem” e “manter a unidade partidária”. Muitos militantes inconformados deixam o partido. No fim, o que acaba prevalecendo no interior do PCB, entre ortodoxos e renovadores, é uma corrente aberta a promover uma profunda autocrítica, mas sempre atenta à manutenção do partido.

Além disso, se entende a necessidade de uma nova reflexão sobre a “questão democrática” nos âmbitos partidários e da sociedade no geral, para evitar que

as deformações stalinistas continuassem dando o tom no cotidiano partidário e na linha política seguida pelo PCB (Segatto, 1981, p. 78).

Finalmente, no início de 1958, o partido lança a Declaração de Março, na qual consolidava sua autocrítica e salientava que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil favorecia a luta pela democracia. O documento caracterizava, por exemplo, os acontecimentos de agosto de 1954, que levaram ao suicídio de Vargas, como um “golpe”, e defendia que as duas contradições fundamentais naquele momento eram a “da nação contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos” e a contradição entre “as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”. A contradição entre o proletariado e a burguesia continuava existindo, porém, nessa etapa do desenvolvimento brasileiro, ela se tornara secundária. A união contra o imperialismo norte-americano era o mais importante.

Dessa forma, “o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”, e “a revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. A transição para o socialismo deixa de ser um objetivo imediato nessa fase histórica da luta no Brasil, segundo a nova orientação partidária.

Do ponto de vista da política prática, cotidiana, essa nova orientação implicava a necessidade de formação de uma frente única, ao mesmo tempo nacionalista e democrática. O documento ainda reconhece que as últimas grandes vitórias

populares haviam sido fruto exatamente da unidade das forças progressistas do país. O documento também fazia uma crítica bastante clara à linha política seguida anteriormente, caracterizando-a como “subjetivista” e “dogmática”, baseada em fórmulas genéricas que ignoravam as particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional.

Fica bastante evidente que a elaboração da nova política significou, de forma concreta, os primeiros ajustes de contas mais profundos do PCB com o stalinismo, seus dogmas e mandonismos dos mais variados tipos. A Declaração de Março de 1958 é um marco de um novo momento para o partido, com uma profunda redefinição sobre o papel dos comunistas na luta democrática e nacionalista, na política de frente única e nos caminhos para a construção do socialismo no Brasil (Segatto, 1981, p. 85).

Essa nova linha consolidará em termos políticos, finalmente, uma tendência que vinha se apresentando na política de base do partido desde o início da década, e se mostra vitoriosa, definitivamente, no V Congresso do PCB, em 1960. Fica pavimentado o caminho para os comunistas ampliarem o apoio ao governo JK e, posteriormente, ao governo do trabalhista João Goulart no início dos anos 1960, com destaque para o movimento pelas Reformas de Base.

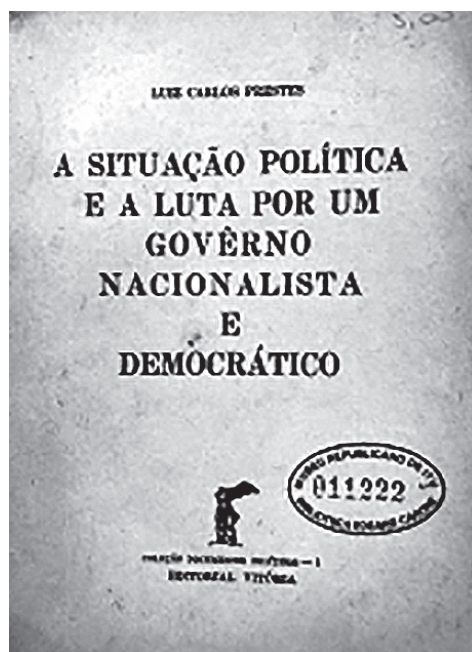
Dado o panorama que levará o partido até a Declaração de Março de 1958 e à construção da Frente Nacionalista junto aos trabalhistas, vale analisarmos como essa nova linha aparece na produção político-cultural do PCB, por meio da sua principal editora, a Editorial Vitória.

A FRENTE NACIONALISTA NAS EDIÇÕES DA EDITORIAL VITÓRIA

O primeiro fruto editorial decorrente da Declaração de Março foi a Coleção Documentos Políticos, formada por três volumes. Os dois primeiros são lançados em 1959, o primeiro se intitulando *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*, assinado por Luís Carlos Prestes, e o segundo intitulado *Sobre as cifras de controle de desenvolvimento da economia da URSS nos anos de 1959-1965: informe ao XXI Congresso (extraordinário) do Partido Comunista da União Soviética a 27 de janeiro de 1959*, de Nikita Krushev. O terceiro e último volume foi lançado no ano seguinte, 1960, e se intitulava *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, que tem sua autoria também atribuída a Prestes.

O primeiro desses livros, *A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático*, é um libelo em defesa da nova linha partidária, e isso fica bastante evidente já nos paratextos (Genette, 2009) da edição. A capa traz o nome do autor, seguido do título em verde, sobre um fundo branco chapado, modelo que será padrão para os demais volumes, mudando apenas a cor do título (vermelho e azul, respectivamente, para os demais). O trabalho tipográfico da coleção é bastante simples, sem grandes ornamentos, não há a presença de orelhas, nem mesmo de prefácios ou posfácios. O índice acaba sendo o único paratexto digno de nota. No primeiro volume da coleção, o índice traz os seguintes títulos:

- 1) Fortalecimento do campo socialista e avanço das lutas de libertação nacional;
- 2) Aprofunda-se a contradição que opõe a nação brasileira ao imperialismo norte-americano e aos agentes entreguistas;
- 3) A luta de massas por um novo rumo na política do governo;
- 4) As eleições de 3 de outubro;
- 5) A atividade dos comunistas na aplicação de sua linha política;
- 6) Por uma política de soluções nacionalistas e democráticas.



A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone - Museu Republicano da USP

Ficam evidentes a reprodução da linha partidária em termos como “lutas de libertação nacional”, “imperialismo norte-americano e agentes entreguistas” e “política de soluções nacionalistas e democráticas”, e a importância que os comunistas passam a dar para a luta democrática dentro da

legalidade, com um capítulo todo dedicado à discussão eleitoral. Na contracapa do livro, temos um anúncio do volume 2, que nesse caso aparece com o título provisório de *Informe ao XXI Congresso do PCUS – Nikita S. Krushiov*. A propaganda reproduz o seguinte trecho do livro:

“O socialismo demonstrou plenamente sua absoluta superioridade sobre o capitalismo nos ritmos de desenvolvimento da produção. Agora entramos em uma nova etapa da emulação econômica com o capitalismo. A tarefa consiste agora em lograr a superioridade do sistema socialista sobre o sistema capitalista na produção mundial, em ultrapassar os países capitalistas mais desenvolvidos no que se refere à produtividade do trabalho social e à produção por habitante e em garantir o nível de vida mais elevado do mundo”.

Aqui se explicita também a chamada “coexistência pacífica” que a essa altura já era a nova linha geopolítica seguida pela União Soviética, que pregava a superação do capitalismo pelo socialismo não mais pela revolução, mas sim pelo sucesso econômico. Tal mudança de posição levou inclusive a uma importante divisão no mundo comunista com a cisão sino-soviética. No Brasil, esse processo culminou com a divisão dos comunistas em dois partidos a partir de 1962: o PCB, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro desde a Conferência Nacional de 1961, de linha soviética e defensor da luta política institucional, e o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, de linha maoísta e defensor da luta armada (Segatto, 1981, p. 91).



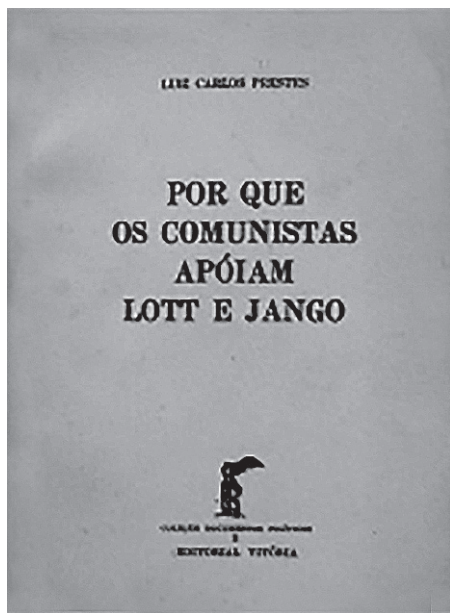
Sobre as cifras de controle de desenvolvimento da economia da URSS nos anos de 1959-1965: informe ao XXI Congresso (extraordinário) do Partido Comunista da União Soviética a 27 de janeiro de 1959, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

O volume 3 da coleção, voltado também para as questões nacionais, intitulado *Por que os comunistas apoiam Lott e Jango*, tem sua autoria atribuída a Luís Carlos Prestes, tal qual o volume 1, e trata-se de um manifesto em favor da candidatura presidencial trabalhista. O índice aparece da seguinte forma:

- 1) Os comunistas e a sucessão presidencial;
- 2) Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais;
- 3) Introdução;
- 4) Perspectivas concretas de cessação da “Guerra Fria”;
- 5) O quadro político da campanha sucessória;
- 6) Agravam-se as dificuldades no campo janista e consolida-se a candidatura Lott;

7) Concentrar a atividade política na luta eleitoral.

Mais uma vez, a linha partidária que trazia a formação de uma frente única democrática e nacionalista como prioridade para os comunistas aparece de forma bastante evidente nessa edição. É enfatizada a centralidade da luta eleitoral, que nesse momento é compreendida pelos comunistas como o caminho tático que culminará na revolução democrático-popular, em aliança com os setores progressistas da burguesia nacional. Existe também um eco da nova linha política soviética no capítulo 4, que colocava em perspectiva a possibilidade real do fim da “Guerra Fria”, graças à nova orientação sob Krushev.



Por que os comunistas apoiam Lott e Jango, Editorial Vitória, 1960. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

A nova orientação partidária também se manifesta em edições avulsas presentes no catálogo da Editorial Vitória. A primeira

delas é o livro *Problemas brasileiros de educação*, de Paschoal Lemme. Aqui o destaque fica por conta da capa do livro: uma fotografia de Marcel Gautherot do prédio do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, um dos símbolos da arquitetura modernista e do ideário desenvolvimentista no Brasil.



Problemas brasileiros de educação, Editorial Vitória, 1959. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

Gautherot era fotógrafo, natural de Paris, e se mudou para o Brasil nos anos 1940 após ter seu interesse pelo país despertado pela obra *Jubiabá*, de Jorge Amado. Trabalhou para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e realizou diversas séries documentais sobre a arquitetura moderna e colonial brasileira ao lado do fotógrafo Pierre Verger, com quem viajou o país. Notabilizou-se, de fato, pelas fotografias de edificações modernistas, tendo uma delas servido para a arte de capa do livro citado.



Brasil século XX, Editorial Vitória, 1960.
Fonte: Biblioteca Edgard Carone - Museu Republicano da USP

Nessa mesma linha, aparece em 1960 o livro *Brasil século XX*, de Rui Facó. Aqui, todo o projeto do livro está claramente inserido no debate sobre o desenvolvimentismo e a nova diretriz partidária dos comunistas. A capa do livro traz uma foto de Brasília, síntese, ao mesmo tempo, da arquitetura modernista em sua busca por um ideal de brasilidade e do país moderno que nascia por meio das ideias desenvolvimentistas. Vale destacar que tanto a capa do livro de Paschoal Lemme quanto essa são de autoria de Mauro Vinhas de Queiroz, personagem responsável pela modernização do trabalho gráfico da editora nos anos 1960 e que reproduziu em suas capas pela Editorial Vitória, nessa década, uma linguagem de design de livros que

dialoga abertamente com a arquitetura modernista da época.

O livro é apresentado no texto das orlas da seguinte forma:

“*Brasil século XX*, de Rui Facó, foi escrito a pedido de uma editora argentina, dentro de um plano geral de obra daquela casa dedicada a cada um dos países latino-americanos. O editor argentino procurava sanar uma falta: a ausência de conhecimento recíproco dos nossos povos. Mas a verdade é que nós, brasileiros, também ainda conhecemos muito pouco o nosso país. Não se pode negar que nos últimos tempos tem havido esforço para uma tomada de consciência da nossa realidade. Vão aparecendo obras de real valor que contribuem para que o povo brasileiro se conheça a si próprio. Dificilmente, porém, essas obras abarcam o Brasil em seu conjunto. Esperamos, neste sentido, suprir uma falha: *Brasil século XX* contém alguns elementos essenciais da história do nosso país que tornam possível uma melhor compreensão do presente e uma perspectiva do futuro [...]”.

E complementa:

“Onde nos leva o atual ‘desenvolvimentismo’? Podemos ignorar as grandes transformações operadas no mundo neste meio século? Empreenderemos o caminho tradicional dos países capitalistas? Somos infensos ao socialismo, como se afirmava durante o Estado Novo? Estas e outras questões são postas em discussão neste livro. Esperamos, oferecendo-o ao público brasileiro, contribuir para o seu esclarecimento”.

O texto traz um tom de autocrítica quando afirma que os brasileiros desconhecem o próprio país, já que a própria editora sempre tratou de forma secundária os grandes temas nacionais, em favor dos temas internacionais ligados ao mundo comunista. Além disso, o fato de o autor afirmar que obras que se propõem a uma análise mais ampla sobre o país estarem aparecendo no “momento mais dinâmico de sua história” é uma forma de chancelar a linha política do partido de apoio ao desenvolvimentismo encabeçado pelos trabalhistas. Nessa mesma linha, é afirmado que o autor faz uma avaliação positiva da Revolução de 1930, tema caro aos trabalhistas, mas longe de ser um consenso entre os comunistas. É interessante o fato de essa edição ter lançamento simultâneo também na Argentina, ainda que, infelizmente, não seja citada qual casa editorial foi responsável por editá-la por lá. Por fim, capa e contracapa apresentam uma valorização de monumentos nacionais, com destaque para Brasília, fruto do desenvolvimentismo apoiado pelo PCB.

Por fim, há uma edição avulsa que também sustenta a linha de unidade com os trabalhistas; trata-se de *O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular*, de Jocelyn Brasil. Nesse caso, o trabalho tipográfico é mais elaborado, capa e diagramação são de autoria de Mauro Vinhas de Queiroz. A partir da técnica da palavra-ilustração, o artista apresenta cada um dos elementos do título em uma sequência de linhas paralelas, com o subtítulo perpendicular a elas, e dessa junção acaba surgindo a cartola do personagem Tio Sam, representando os EUA. O desenho

é completado por algumas linhas que formam o rosto do personagem, e a letra “O” do nome do autor aparece em destaque, fazendo as vezes de olhos da ilustração. Vale destacar que a obra teve duas edições, no mesmo ano.

Sobre as intenções colocadas na obra, o texto da orelha diz o seguinte:

“‘O pão, o feijão e as forças ocultas’ é outra contribuição de Jocelyn Brasil à causa do esclarecimento e da emancipação de nosso povo. *Em linguagem fácil e didática*, o livro procura explicar ao povo os mecanismos por vezes complexos de alguns dos mais sérios e graves problemas que assaltam a nação brasileira.

As questões intrincadas do câmbio, do comércio exterior, do processo inflacionário são aqui desenvolvidas, por Jocelyn Brasil, de forma acessível mesmo para aqueles que nunca tiveram contato com teorias e fórmulas econômico-financeiras. Lendo-o, *a gente simples do nosso povo* verá algumas das molas escondidas que lhe tornam a vida cada dia mais difícil e dura.

Nessa época, em que o povo é chamado a conhecer e opinar sobre os problemas fundamentais da vida econômica e social, em que a classe trabalhadora, que não gozou desse privilégio que é a cultura entre nós, é convocada para participar das grandes decisões da vida nacional, ‘O pão, o feijão e as forças ocultas’ será um instrumento de indubitável utilidade *na tarefa de elevação da consciência popular* sobre os problemas nacionais”.

A partir dos grifos destacados fica bastante evidente qual era a intenção

do partido ao editar essa obra. Ela é conscientemente concebida para ser de “linguagem fácil e didática”, voltada para um público-alvo bem definido: “a gente simples do nosso povo”, visando à “tarefa de elevação da consciência popular”. Até mesmo o índice do livro, separado em “primeira lição”, “segunda lição” e assim por diante, denota a intenção didática da obra.



O pão, o feijão e as forças ocultas: primeiro livro de leitura popular, Editorial Vitória, 1963. Fonte: Biblioteca Edgard Carone – Museu Republicano da USP

Esse era um livro voltado para a massa popular brasileira, com o intuito de esclarecer importantes questões a respeito da economia, a partir das teses defendidas pelo partido. E mais, a partir da escrita de um renomado nacionalista, o que demonstra como o nacionalismo era a força propulsora das lutas populares naquele período.

Vale ressaltar aqui uma diferença que parece bastante evidente entre os livros da Coleção Documentos Políticos e o livro de Jocelyn. A primeira parece ser um esforço editorial nascido da necessidade de apresentar aos quadros partidários as novas diretrizes do movimento comunista mundial e do próprio PCB. O próprio trabalho tipográfico mais simples, quase protocolar, parece denotar uma preocupação menor em atingir um público mais amplo.

Já o livro do escritor nacionalista tem claramente o interesse de atingir um público mais amplo, para além das fileiras partidárias. Não é à toa que nele se percebe de forma muito mais presente a mão do editor, que cumpre a tarefa de apresentar de forma clara, por meio dos paratextos, a qual projeto servia aquele livro. Ou seja, aqui presenciamos a Editorial Vitória buscando divulgar a linha partidária para públicos diversos, por meio de estratégias editoriais diferentes.

Por fim, mas não menos importante, a capa de rosto do livro traz uma dedicatória que, por si só, sintetiza a frente única entre comunistas e trabalhistas. Jocelyn dedica o seu livro em homenagem a duas lideranças maiúsculas da vida nacional brasileira do período: Luís Carlos Prestes, pela “lealdade e dedicação à causa do povo”, nas palavras do autor, e a Leonel Brizola, “grande líder nacionalista”, também a juízo do escritor. Temos, basicamente, uma casa editorial comunista, editando um autor anti-imperialista, que escreve em homenagem ao mais radical dos líderes trabalhistas. Definitivamente, um livro como prova do espírito do tempo.

CONCLUSÃO

Coube a este texto demonstrar como a linha política do PCB e a linha editorial da *Vitória* estiveram sincronizadas nesse período entre 1958 e 1964, quando o PCB retoma protagonismo político (e editorial) ao lado dos trabalhistas, marcando uma de suas melhores fases. Nesse período, o partido chega a ter entre 50 e 70 mil membros (Secco, 2017, p. 195), mesmo na ilegalidade, perdendo em número apenas para o período da legalidade dos anos 1940.

Enfim, o PCB e o PTB protagonizaram, lado a lado, um dos momentos mais ricos e esperançosos das massas populares brasileiras no início dos anos 1960, o que se reflete, inclusive, na produção editorial dos comunistas. Fundamental para essa aliança é a virada definitiva

na linha político-partidária desses partidos em 1958, adotando como bandeira a luta pela “revolução democrático-popular”, aceitando como caminho para ela a via das reformas e o projeto desenvolvimentista. Esse novo projeto político surge na estética e no conteúdo dos livros da sua editora, demonstrando a total sintonia entre linha política e linha editorial.

Pouco tempo depois da euforia política que vinha com a ascensão da luta de massas, ambos os partidos serão tragados e extintos pelo Golpe Civil-Militar de 1964. A *Editorial Vitória* foi fechada no dia 3 de abril de 1964, sem demora, três dias após o início do levante militar, apoiado enfaticamente pelas forças civis conservadoras. Eis aqui a prova incontestável do poder transformador dos livros. E do temor autoritário a eles.

REFERÊNCIAS

- CARONE, E. *O marxismo no Brasil: das origens a 1964*. São Paulo, Editora Dois Pontos, 1986.
- DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2009.
- JUBERTE, V. de O. *A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil: da legalidade ao golpe (1944-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2023.
- JUBERTE, V. de O. *O PCB e os livros: a Editorial Calvino no período da legalidade do partido nos anos 1940 (1943-1948)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2016.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- SECCO, L. *A batalha dos livros*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.



Os Cadernos Nacionalistas do Ipês e a luta ideológica no mercado editorial do pré-1964

Camila Alvarez Djurovic

resumo

O artigo propõe uma análise dos aspectos da campanha anticomunista e das propostas reformistas desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) a partir da Coleção Cadernos Nacionalistas, publicada pela entidade entre 1964 e 1965. Observando os pontos de convergência e divergência entre este projeto editorial e a Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, promovida pela Civilização Brasileira de 1962 a 1964, busca-se abordar a luta ideológica no contexto que envolveu o Golpe de 1964, suas reverberações no mercado editorial brasileiro do período e, mais especificamente, na atuação de dois proeminentes editores: Ênio Silveira e Octalles Marcondes Ferreira.

Palavras-chave: Cadernos Nacionalistas; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês); Golpe de 1964; anticomunismo; reformas de base.

abstract

The article proposes an analysis of aspects of the anticomunist campaign and the reformist proposals developed by the Institute of Research and Social Studies (Ipês) based on the Cadernos Nacionalistas Collection, published by the entity between 1964 and 1965. Observing the points of convergence and divergence between this editorial project and the Cadernos do Povo Brasileiro Collection, promoted by Civilização Brasileira from 1962 to 1964, seeks to address the ideological struggle in the context that involved the 1964 Coup, its reverberations in the Brazilian editorial market of the period and, more specifically, in the actions of two prominent editors: Ênio Silveira and Octalles Marcondes Ferreira.

Keywords: *Cadernos Nacionalistas; Institute of Research and Social Studies (Ipês); 1964 Coup; anticomunism; basic reforms.*

Diante do conturbado contexto político e social do início da década de 1960, o financiamento e a edição de publicações tiveram um papel fundamental para os grupos organizados à esquerda e à direita, auxiliando nas tarefas de propaganda ideológica, formação política e mobilização popular.

A encruzilhada histórica que precedeu o Golpe de abril de 1964 se traduz bem no campo editorial por meio de dois projetos diametralmente opostos, mas com intrigantes pontos de conexão: de um lado, a série *Cadernos Nacionalistas*, editada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), de 1964 a 1965; de outro, a *Coleção Cadernos do Povo Brasileiro*, publicada entre os anos de 1962 e 1964 pela *Civilização Brasileira*.

Tais projetos se expressam, em diferentes medidas, na trajetória de dois importantes editores brasileiros do século XX: Octalles Marcondes Ferreira e Ênio Silveira.

A história tem início em 1932, quando a *Companhia Editora Nacional*, sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira e do seu irmão, o banqueiro Fenício Marcondes Ferreira, adquiriu parte das ações da *Civilização Brasileira* – editora fundada em 1929 no Rio de Janeiro. A partir de então, a *Civilização Brasileira* passou a atuar como uma filial da *Editora Nacional*, ocupando posição estratégica na distribuição de suas publicações no Rio de Janeiro e na produção de livros de literatura. Essa divisão permitiu que

CAMILA ALVAREZ DJUROVIC é mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

a matriz paulista concentrasse esforços nos livros infantis e didáticos – nicho comercial que fez da Editora Nacional uma das maiores do país até a década de 1970 (Silva, 2019, p. 81).

Em 1951, Ênio Silveira, então diretor editorial da Nacional, foi convidado a assumir a direção da Civilização Brasileira no Rio de Janeiro. O jovem editor possuía um estreito laço familiar com o proprietário das companhias: era casado com Cléo Marcondes Ferreira, filha de Octalles. Com sua entrada na Civilização Brasileira – primeiro como diretor e depois como sócio – a filial foi gradualmente tornando-se uma das principais editoras do país. Sob a administração de Ênio, o selo passou por uma grande reformulação, constituindo um catálogo de primeira linha baseado em temas das ciências humanas, com seletos autores vinculados ao pensamento marxista e às teses do Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-1964), o centro governamental de pesquisas e projetos políticos ligados ao nacional-desenvolvimentismo.

Dentre as coleções mais emblemáticas idealizadas por Ênio Silveira e lançadas pela Civilização Brasileira está a Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, editada entre 1962 e 1964. Correspondendo à fase de radicalização política do país, a coleção voltou-se para as pautas progressistas mais candentes do momento: a defesa da reforma agrária, da cultura popular, do anti-imperialismo e da luta democrático-popular de caráter socialista (Lovatto, 2013). Publicada em formato de bolso, com linguagem popular e títulos provocativos, a coleção lançou em seu primeiro ano livros como *Que são as ligas camponesas?*, de Fran-

cisco Julião, *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré, *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme, e *Por que os ricos não fazem greve?*, de Álvaro Vieira Pinto, que atingiu a surpreendente marca de 100 mil exemplares vendidos (Lovatto, 2013, p. 158).

Apesar do impressionante sucesso comercial da empreitada, Octalles Marcondes Ferreira, sogro e patrão, há muito desaprovava as publicações esquerdistas de Ênio Silveira. Paralelamente ao agravamento da situação política do país, as diferenças ideológicas entre os dois editores se tornaram cada vez mais acentuadas e, segundo Hallewell (2012, p. 597), “os Cadernos do Povo Brasileiro parecem ter sido a gota d’água”. A solução encontrada por Octalles foi oferecer a Ênio a oportunidade de comprar sua parte das ações e assumir definitivamente o controle da Civilização Brasileira, o que lhe conferiria total autonomia para a execução de seus projetos. Encerrou-se assim, em 1963, o vínculo entre as duas companhias.

Na verdade, a distância entre as convicções políticas e ideológicas entre os dois editores era ainda maior do que poderia parecer à primeira vista. Embora Octalles fosse conhecido por seu posicionamento conservador moderado, ele estava, assim como Ênio, engajado nas disputas de seu tempo: discretamente, ofereceu apoio técnico e financeiro ao programa editorial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o Ipês, um dos principais articuladores do movimento que culminou no Golpe de 1964.

A atividade editorial do Ipês desenvolvida ao longo do governo de João Goulart (1961-1964) teve como tática recorrente a apropriação das formas de luta da

esquerda, a distorção de seus discursos e a mimetização de seus instrumentos de expressão cultural e de formação política. Como parte dos esforços para justificar suas atribuições enquanto um “instituto de pesquisas” e se inserir no debate público da época, o Ipês desenvolveu uma série de folhetos sobre temas políticos contemporâneos que foi provavelmente inspirada na exitosa experiência dos Cadernos do Povo Brasileiro. Nos mesmos moldes da coleção idealizada por Ênio Silveira, Cadernos Nacionalistas tinha como objetivo intervir na realidade política do país e esclarecer o leitor comum sobre temas e debates em pauta no momento – desta vez sob a ótica do projeto político das frações civis e militares organizadas para a tomada do poder.

Mas, antes de abordar as especificidades dos Cadernos Nacionalistas, é importante caracterizar brevemente a formação e a trajetória do Ipês, assim como as condições de produção e circulação de suas publicações.

A AÇÃO EDITORIAL DO IPÊS

O Ipês foi oficialmente fundado em 1962 por grupos de empresários e militares de alta patente organizados inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Professando um caráter técnico-empresarial, supostamente neutro e apártidário, ele se apresentava publicamente como uma alternativa ao Iseb¹, cujas teses,

como vimos, foram amplamente divulgadas por meio dos projetos editoriais de Ênio Silveira.

A pretexto da incompatibilidade entre os interesses da elite empresarial e a agenda nacional-reformista sustentada por João Goulart e seus aliados, o Ipês promoveu, nesse período, uma série de ações clandestinas visando à desestabilização do governo, tais como o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de diversos meios de comunicação.

Nas listas de membros e financiadores do instituto figuravam militares, políticos e empresários dos mais diversos setores produtivos, que juntos representavam a principal força socioeconômica atuante no país. Assim, a criação de um grupo de trabalho destinado exclusivamente à atividade editorial foi incentivada e facilitada por alguns associados e simpatizantes que eram proprietários, diretores ou intimamente ligados ao ramo editorial e papelero. Embora não participasse formalmente dos quadros sociais do Ipês, Octalles Marcondes Ferreira contribuiu com este grupo, estabelecendo parcerias para a edição de publicações alinhadas à orientação política e ideológica do instituto e oferecendo serviços subsidiados da sua empresa.

A Companhia Editora Nacional não era a única implicada neste complexo circuito. Além de editar seus próprios impressos, o Ipês atuou como financiador e difusor de publicações editadas por terceiros, tendo estabelecido convênios com ao menos 22 editoras brasileiras dos mais diferentes perfis. O cruzamento dessas

1 Na visão dos ipesianos, o Iseb se caracterizava como um “órgão de ação subversiva”, tendo sido concebido “como uma réplica” da Escola Superior de Guerra “com a finalidade de neutralizar os seus ensinamentos” (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964a, p. 12).

informações com os dados disponíveis sobre o mercado editorial da época mostra que, às vésperas do golpe, 30% do estoque de livros no Brasil pertencia a editoras envolvidas com o Ipês e que aproximadamente um quarto das mais reconhecidas casas editoriais em funcionamento na primeira metade dos anos 1960 colaborou de alguma forma com o instituto (Djurovic, 2021, p. 139)².

Embora o nome do Ipês não constasse nos créditos das publicações organizadas por tais editoras, era ele quem realizava a encomenda das obras compatíveis com seus interesses políticos e arcava com parte dos custos de produção. Podia, por exemplo, pagar os direitos autorais, a tradução, a impressão ou até mesmo garantir a compra de um determinado número de exemplares.

Parte do volumoso conjunto de publicações pertencentes ao circuito ipesiano também foi viabilizada por meio de financiamento estrangeiro – sobretudo através do convênio estabelecido entre o instituto e o Book Development Program, da United States Information Agency (Usia), uma agência diplomática do Departamento de Estado dos EUA³. A obra *1984*, de George Orwell, foi uma das financiadas por meio

deste acordo, tendo sido publicada pela Companhia Editora Nacional, do “editor amigo” Octalles Marcondes Ferreira⁴. Em casos como esse, os nomes do Ipês e da Usia eram omitidos dos créditos das publicações, que eram lançadas como se fossem projetos exclusivamente idealizados e realizados pelas editoras associadas. Essa estratégia de ação política clandestina tinha por objetivo, justamente, dificultar a identificação da verdadeira rede de financiamento por trás desse circuito editorial.

OS CADERNOS NACIONALISTAS: VISÃO GERAL

Os Cadernos Nacionalistas foram editados e lançados pelo Ipês logo após os acontecimentos de 1º de abril de 1964, como parte de uma Campanha de Educação Econômica promovida pela sede paulista com o objetivo de “estudar e selecionar matérias de divulgação econômica”. O relatório referente às atividades do Grupo de Publicação e Editorial naquele ano reportou a atividade aos associados do instituto da seguinte maneira:

“Apesar da mobilização do Ipês nos primeiros meses do ano para os *objetivos*

2 Destacamos aqui editoras como Abril, Record, Agir, Ipanema, Vozes, Itatiaia, José Olympio e Saraiva.

3 A Usia atuou junto aos países subdesenvolvidos servindo aos propósitos da política externa e da guerra cultural traçadas pelo governo estadunidense no âmbito da Guerra Fria. O Book Development Program, ou Programa de Fomento ao Livro, vigorou no Brasil entre 1953 e 1973 com a finalidade de estimular a produção editorial e a circulação de publicações alinhadas à política cultural estadunidense. Em linhas gerais, o programa oferecia às editoras locais uma lista de textos originais em língua inglesa para os quais cedia gratuitamente os direitos autorais e a tradução (Oliveira, 2015).

4 Por sua crítica ampla ao totalitarismo, o conjunto da obra de Orwell foi alvo de disputa no período da Guerra Fria, sendo capturada pelo imaginário tanto da esquerda quanto da extrema direita. As obras de Orwell foram introduzidas ao público brasileiro no contexto de intensa polarização política, tornando-se mais um exemplo da estratégia de apropriação das críticas ao governo soviético vindas da esquerda “não alinhada” para fins de propaganda ideológica anticomunista (Djurovic, 2020).

da Revolução e, após o 31 de março, para assegurar o Governo Revolucionário, inclusive, colocando-o à sua disposição o melhor de seu material humano, foi iniciada a *Campanha de Educação Econômica*, de acordo com o planejamento de um programa de atividades para 1964. Neste ano, a Campanha concentrou-se na tarefa complexa de estudar e selecionar matérias de divulgação econômica, publicando-as sob a forma de *folhetos de bolso práticos e de leitura acessível ao maior número*. Foram assim iniciadas em 1964 as publicações de quatro séries de folhetos;

1. Economia para Todos
 2. Temas da Hora Presente
 3. Administração Humana
 4. Cadernos Nacionalistas”
- (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964b, grifos nossos).

No conjunto das quatro coleções promovidas no âmbito da Campanha de Educação Econômica e publicadas sob a forma de “folhetos de bolso práticos e de leitura acessível”, os Cadernos se destacam por sua proposta editorial híbrida, que conjuga títulos abertamente anticomunistas, de autores brasileiros e estrangeiros, a escritos dos intelectuais ipesianos voltados ao debate das reformas de base. Ao menos seis títulos pertencentes à série foram lançados entre 1964 e 1965, sendo eles: *Infiltração comunista no Brasil* (nº 1), uma coletânea de textos publicada originalmente na revista *Este & Oeste; Os verdadeiros reacionários* (nº 2), de Oscar Schvarzberg; *Como lidar com os comunistas* (nº 3), de Wilhelm Roepke; *O árduo caminho da reforma agrária* (nº 4), de

José Setzer; *Reforma universitária* (nº 5), de A. C. Pacheco e Silva; e *Estratégia e tática comunista para a América Latina* (nº 6), de Eudócio Ravines.

Essa linha editorial se diferenciava das demais coleções da Campanha (Economia para Todos, Temas da Hora Presente e Administração Humana), que priorizavam textos relacionados ao campo do pensamento liberal – em sua maioria, traduções de autores estrangeiros ligados aos *think tanks* que disseminavam a Escola Austríaca na América Latina, tais como o Cato Institute, o Mises Institute e a Mont Pelerin Society⁵. Tal conjunto poderia ser considerado menos comprometedor, na medida em que correspondia melhor à estratégia propalada pela entidade de manter uma imagem pública supostamente comprometida com os valores democráticos e com propósitos educacionais.

Mas um aspecto interessante revelado pelo relatório citado anteriormente é que, à altura da publicação daquelas quatro coleções, o Ipês já pouco se preocupava com a vinculação de suas atividades ao movimento conspiratório

5 As demais coleções eram compostas dos seguintes títulos: [Economia para Todos] *Livre empresa e desenvolvimento econômico* (Ralph Husted); *A Europa e os países novos em desenvolvimento; Pleno emprego, intervencionismo e inflação* (F. A. Hayek); *Monopólio e concorrência* (Bradford B. Smith); *Por que os salários compram cada vez menos* (W. P. Krause); [Temas da Hora Presente] *Política monetária* (Luis Montes da Oca); *A propriedade: fator imprescindível do progresso* (Alberto Benegas Lynch); *Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social* (José Joaquin Salcedo); *O problema da demografia nos países subdesenvolvidos* (Olavo Baptista Filho); [Administração Humana] *A verdade sobre a revolução industrial* (Ludwig von Mises); *Carta aos homens de empresa* (Jacques Rueff); *Teoria e prática da gerência nas nações em desenvolvimento* (States M. Mead); *As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração* (Enrique Sanchez).

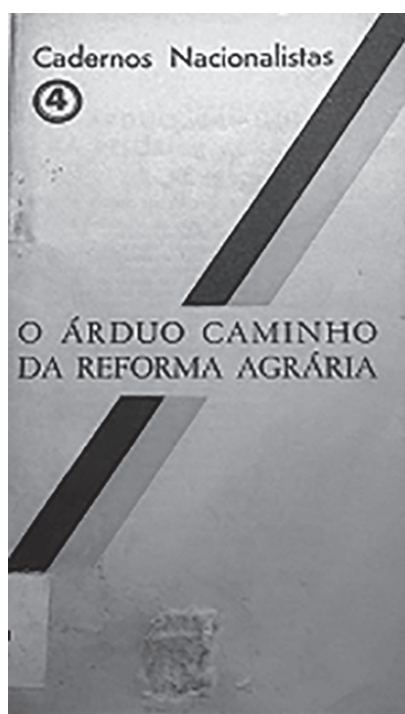
para a derrubada do governo, deixando claro que a entidade havia se mobilizado, desde os primeiros meses do ano, para “os objetivos de Revolução” e, após sua consumação, para a manutenção do “Governo Revolucionário”. Talvez isso explique o fato de os Cadernos Nacionalistas terem sido abertamente assinados pelo instituto, exibindo na contracapa o seu logotipo (Imagem 1), ao contrário da maior parte dos impressos que haviam sido distribuídos no período imediatamente anterior ao golpe.

No aspecto material, as brochuras dos Cadernos apresentavam um tratamento editorial simples e impressão em papel de menor qualidade, o que provavelmente pode ser atribuído à necessidade de reduzir os custos de produção e ampliar a tiragem das impressões. Observando o conjunto, nota-se uma identidade visual comum. Na capa de fundo neutro tem destaque, ao centro, o título da obra,

atravessado, na diagonal da direita para a esquerda, por uma faixa verde e amarela. Além da evidente referência ao nacionalismo, manifestado nas cores da bandeira nacional, a arte gráfica escolhida pelo Ipês parece buscar exprimir visualmente uma ideia de modernidade, racionalidade e neutralidade.

ANTICOMUNISMO E AS PROPOSTAS REFORMISTAS DO IPÊS

Embora no presente texto não possam ser apresentadas de forma detalhada as análises que compõem os volumes da coleção, bem como a especificidade de cada tema e autor, vale a pena destacar alguns aspectos que são reveladores da ideologia ipesiana e de seu projeto político para o país. Observando as temáticas abordadas na totalidade dos Cadernos Nacionalistas, destacam-se duas que eram recorrentes



Capa e contracapa da 4ª edição dos Cadernos Nacionalistas. Fonte: Reprodução da autora

em suas páginas: a ameaça comunista e as chamadas reformas de base.

De uma maneira geral, todos os CADERNOS trabalharam com a difusão do anti-comunismo. Mas alguns serviram mais diretamente a este propósito, como é o caso do terceiro número lançado pela coleção, *Como lidar com os comunistas*, do influente economista liberal alemão Wilhelm Roepke, e do sexto número, *Estratégia e tática comunista para a América Latina*, do jornalista e militante anticomunista peruano Eudócio Ravines. Ambos consistem em manuais práticos com o objetivo de identificar a esquerda com o totalitarismo e preparar o leitor para um possível confronto com a “ameaça vermelha”. Os textos têm como premissa identificar os elementos históricos e destrinchar a “real” natureza dos regimes comunistas, partindo da máxima de que é preciso conhecer as teorias e estratégias do inimigo para então combatê-lo.

Mas foi *Infiltração comunista no Brasil*, primeiro número lançado pela coleção, o que apresentou a proposta mais radicalizada e direcionada ao público leitor brasileiro. O texto foi resultado de uma seleção de artigos publicados em diferentes números da revista *Este & Oeste*, a versão em espanhol da publicação anticomunista editada quinzenalmente pelo Bulletin de l'Association d'Etudes et d'Informations Politiques Internationales (Beipi). O jornal comandado por Georges Albertini era sediado em Paris, mas possuía sucursal na Venezuela, de onde era difundida a panfletagem anticomunista e antissoviética com enfoque na América Latina.

Para efeitos práticos, este volume elaborado pelo Ipês reunia denúncias

sobre a infiltração de agentes comunistas internacionais nos mais diversos órgãos e escalões do governo Goulart, bem como em organizações da sociedade civil, dentre sindicatos, órgãos da imprensa, movimento estudantil e até mesmo em setores das Forças Armadas e da Igreja. Além de inúmeras acusações nominais dirigidas a membros e lideranças ligadas a esses setores sociais, a brochura traz, para fins didáticos, um organograma das “Organizações auxiliares do aparelho de subversão comunista no Brasil”, representando visualmente as supostas ligações de 13 movimentos sociais, partidos e sindicatos brasileiros a organismos comunistas internacionais.

No Brasil, a caracterização da “ameaça externa” ganhou novo impulso no período da Guerra Fria – em especial, após a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Durante o governo Goulart, essa ideia, tal qual tipificada pela Escola Superior de Guerra, saltou definitivamente para fora dos círculos militares. Assim, tomou força o discurso de que o país viveria um estágio “pré-revolucionário”, estando na mira dos “imperialistas vermelhos”. As afirmações baseavam-se, na maior parte dos casos, no argumento de que a aliança política estabelecida entre o presidente João Goulart e o Partido Comunista do Brasil (PCB) resultara na infiltração de agentes a serviço do regime soviético dentro dos próprios aparatos governamentais, que gradualmente estariam se transformando em “organizações subversivas”. Embora fosse muito difícil afirmar diretamente que Goulart era, ele próprio, um comunista, a associação de sua imagem à “ameaça vermelha” que

permeava o imaginário daquele mundo polarizado pela Guerra Fria bastava para construir o discurso de legitimação do golpe de Estado:

“É inútil que o Sr. Goulart seja rico e não figure nas listas do Partido Comunista. Isso não impede que desde seu advento em 1961, o Presidente admitisse a formar parte das pessoas que o rodeiam, certas figuras significativas que ali continuam e que, para os comunistas e a opinião comunizante, ocupam lugares escolhidos a fim de influenciar a política [...]” (*Infiltração comunista no Brasil*, 1964, p. 6).

Ao lado dos textos propriamente anticomunistas, os Cadernos Nacionalistas também dedicaram dois volumes ao tema das reformas de base, programa de desenvolvimento econômico e social que, desde que assumido como bandeira do governo João Goulart, tornou-se o principal objeto da disputa política mais imediata travada pelo Ipês. Embora se enquadrasse nos marcos do modelo de desenvolvimento capitalista, o projeto reformista do governo intervinha em questões historicamente vitais para as classes dominantes brasileiras, tais como o latifúndio e a dependência do capital estrangeiro. Enquanto entidade representante dos pontos de vista tradicionais da direita, competia ao Ipês disputar o caráter das reformas, conferindo a elas um conteúdo social alinhado aos seus interesses.

A educação foi um dos objetos de análise nos Cadernos Nacionalistas. O quinto número lançado pela coleção se dedicou a apresentar o projeto reformista do Ipês para a educação superior no país.

Em *Reforma universitária*, o autor Antônio Carlos Pacheco e Silva – psiquiatra, empresário e vice-presidente do Ipês paulista – traça um diagnóstico das universidades brasileiras, apontando para a defasagem dos currículos e dos métodos pedagógicos vigentes em comparação aos “avanços da ciência e da tecnologia moderna”, bem como para a falta de recursos que tornava os laboratórios de pesquisa “obsoletos e anacrônicos”. Essa crise, segundo o autor, se agravava pelo comportamento dos próprios estudantes que, reunidos no movimento estudantil, se ocupariam mais de questões políticas e ideológicas que dos “deveres escolares”. De acordo com Pacheco e Silva (2015, p. 8), a recusa dos estudantes em “reconhecer a autoridade dos mestres” e “respeitar a hierarquia” implantaria a desordem, criando um “ambiente tumultuário e subversivo”.

A solução apresentada no texto passa pela promoção de uma educação técnica e utilitária, voltada à qualificação dos estudantes “para o melhor aproveitamento do curso e da aplicação do ensino na vida prática” (Pacheco e Silva, 1965, p. 4). Nesse sentido, a função primordial das universidades, segundo o ipesiano, seria não somente promover a reflexão ou o crescimento intelectual, mas profissionalizar e qualificar tecnicamente a mão de obra para renovação das fileiras empresariais e abastecimento dos quadros da indústria nacional em expansão.

Espinha dorsal das disputas político-ideológicas da época, a questão agrária também mereceu atenção especial nos Cadernos. O quarto volume da coleção – *O árduo caminho da reforma agrária* –

foi assinado por José Setzer, agrônomo e professor de geologia da USP responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma agrária defendido pelo Ipês. Em essência, o texto defende a manutenção do latifúndio e o emprego do capital privado como soluções para o desenvolvimento do campo e para a industrialização e racionalização do plantio. Nas palavras do autor, as razões do atraso no campo se deviam à “ignorância”, ao “desleixo” e ao “nível cultural demasiadamente baixo” dos trabalhadores rurais brasileiros. Desse modo, dar terras a todos que vivem no campo equivaleria a “desorganizar e encarecer a produtividade agrícola, arruinando ainda o solo em um ritmo catastrófico” (Setzer, 1964, p. 17).

Conclui Setzer que se o povo “desistisse de uma vez de possuir terra própria seria melhor para o país e para ele mesmo, pois poderia morar na fazenda e, sendo trabalhador diligente e honesto, recomeçar a vida em bases mais saudáveis” (Setzer, 1964, p. 15). Assim, na utopia liberal propalada pelo autor, a parceria entre o latifundiário com “consciência social” e o trabalhador rural “diligente e honesto” traria benefícios para ambos os lados: ao passo que o primeiro desenvolveria a produção a partir de sua capacidade de investimento, melhorando a sua vida mas também a de seus empregados, o segundo cederia sua força de trabalho para adquirir benefícios que não possuiria por conta própria, caso fosse proprietário de algumas poucas terras.

A retórica da conciliação de classes, apresentada como solução técnica para a reforma agrária, servia, no final das contas, para justificar a manutenção do *status quo*. As terras devolutas já existen-

tes no país bastariam, na visão dos ipesianos, para solucionar todos os problemas sociais do campo, sendo apenas necessária a implementação de duas medidas pontuais: “1) campanha de educacional da roça e 2) planejamento do uso racional do solo” (Setzer, 1964, pp. 20-1).

Embora não seja compatível com nossos propósitos contrapor a posição do Ipês nos Cadernos Nacionalistas àquelas manifestadas pelo campo progressista por meio dos Cadernos do Povo Brasileiro⁶, não há como deixar de notar a assimetria entre o texto de Setzer, que deixa transparecer o caráter fundamentalmente antipopular e autoritário do projeto ipesiano, e o emblemático volume *Que são as Ligas Camponesas?*, no qual Francisco Julião, liderança das Ligas Camponesas, faz a defesa radical da eliminação do latifúndio e de uma reforma agrária profunda e popular.

Enquanto as proposições difundidas nas páginas dos Cadernos do Povo Brasileiro, produzidas em consonância com as teses do Iseb, buscavam fazer florescer as determinações de classe – de modo a favorecer a tomada de consciência e a organização das classes populares –, nos Cadernos Nacionalistas do Ipês acontecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para mascarar essas determinações, de modo a favorecer os interesses dos latifundiários e do capital estrangeiro.

Desta forma, o discurso ipesiano se revestia de um verniz técnico, científico e apolítico, que apagava, no plano

6 Que já se encontram amplamente documentadas, estudadas e analisadas em pesquisas como a de Angélica Lovatto (2013).

da aparência, os interesses das classes dominantes presentes na formulação de suas diretrizes para o país, conferindo-lhes um marco de legitimidade. Mas um olhar mais atento revela que os anteprojetos das reformas de base elaborados pelo Ipês imprimiam ao modelo de desenvolvimento nacional traços de uma “modernização conservadora” (Moore apud Gorender, 1983) que, se por um lado buscava requalificar o Estado brasileiro e integrá-lo à ordem capitalista internacional, por outro, garantia que esse processo se desse sem a participação popular e as consequentes transformações mais profundas das estruturas de poder tradicionalmente estabelecidas.

De modo geral, as visões do Ipês também se caracterizavam por sua aliança ao latifúndio e ao imperialismo, isto é, pela aceitação da supremacia econômica, militar e cultural dos EUA e pela recusa de qualquer proposta que visasse, por exemplo, disciplinar a entrada do capital estrangeiro ou controlar a abusiva remessa de lucros para o exterior. Assim, muito embora o nacionalismo tenha sido adotado como *slogan* pelos Cadernos do Ipês e por inúmeros grupos anticomunistas brasileiros, os acontecimentos de 1964 deixaram patente que esse discurso tinha um caráter meramente retórico.

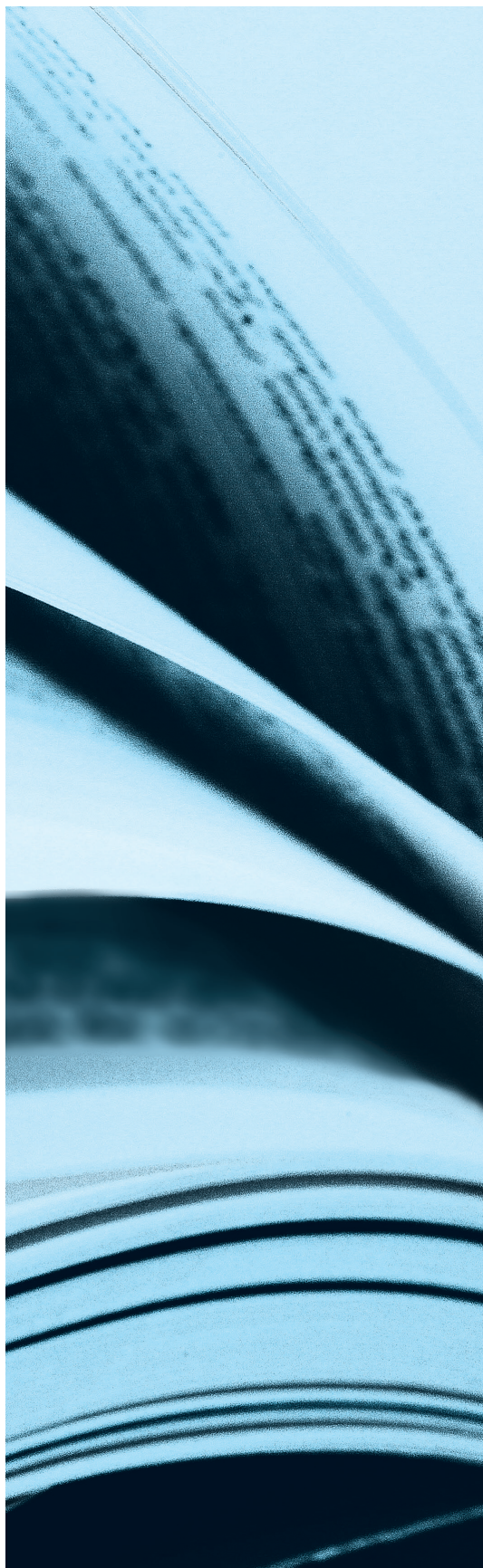
Por fim, vale também notar que as teses reformistas constituíram o lado positivo e programático da atuação do Ipês. Através delas, fica evidente que a elite empresarial-militar desenvolveu não apenas uma campanha estruturada para a tomada do Estado, mas também um projeto coerente e coeso para governar o país (Dreifuss, 1981). Isso se confirmou com

a chegada desse bloco ao poder, quando boa parte das propostas reformistas elaboradas nas estufas ideológicas do instituto foi adotada pelo novo regime. Um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido foi a aprovação, ainda em novembro de 1964, da Lei da Reforma Agrária (mais conhecida como Estatuto da Terra), cujo texto era amplamente baseado nas recomendações preparadas e divulgadas pelo Ipês ainda no período Goulart.

A LUTA IDEOLÓGICA NO MERCADO EDITORIAL DA DÉCADA DE 1960

Da esquerda à direita, muitos editores encontraram em sua atividade uma forma de expressão política durante a crise que culminou no Golpe de 1964. A disseminação do pensamento político de esquerda entre os movimentos populares, artísticos e intelectuais do país durante o intervalo democrático de 1945 a 1964 resultou na formação de um significativo campo editorial progressista e em diversas inovações técnicas e materiais, cuja oferta visava corresponder à relevância das manifestações que agitavam a cena artístico-cultural da época e atender a uma procura estabelecida pela formação política nos partidos e movimentos sociais (Reimão, 2018). Como vimos anteriormente, teve destaque nesse campo a figura de Ênio Silveira, cuja política editorial abriu um importante canal de difusão para as teses dos intelectuais ligados ao projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb.

A renovação editorial liderada por Ênio na Civilização Brasileira trouxe em seu bojo um projeto de popularização do livro,



orientado a fazer deste um produto destinado às massas (Lovatto, 2013). Para se ter uma ideia da disseminação desses empreendimentos editoriais, estima-se que os 28 volumes dos Cadernos do Povo Brasileiro, publicados entre 1962 e 1964, tenham ultrapassado a marca de um milhão de exemplares, atingindo um público amplo e variado. Esse número, segundo Lovatto (2013), classifica a coleção entre os maiores fenômenos editoriais do país no século XX.

Por esse alcance até então sem precedentes, os intelectuais e editores envolvidos nos projetos entraram na mira da repressão política. Durante a ditadura, Ênio Silveira “sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação do patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato” (Hallewell, 2012, p. 588). Da mesma forma, os intelectuais ligados ao Iseb foram duramente perseguidos. Como consequência da campanha anticomunista liderada pelo Ipês, a ameaça representada pelo Iseb tornou-se tamanha aos olhos das classes médias conservadoras, que seu prédio foi invadido e depredado ainda em 1º de abril de 1964. Com efeito, o golpe de Estado também resultou na sua completa desintegração institucional.

Por outro lado, o engajamento do Ipês no processo que conduziu a este momento foi largamente recompensado. Quadros proeminentes do instituto ocuparam posições estratégicas em ministérios, empresas estatais e diversos órgãos públicos ao longo de todo o regime. Durante esse período, o Ipês se transformou em um importante mediador entre o Estado, no qual tinha seus colaboradores em cargos-

-chave, e os grandes interesses privados, dos quais seus membros eram representantes. Também continuou a atuar como um centro de debate e elaboração de diretrizes governamentais e teve implantada grande parte de seus programas de reformas administrativas, constitucionais e socioeconômicas.

As atividades anticomunistas tampouco cessaram após a vitória de 1964. O Ipês continuou a elaborar relatórios sobre a “ameaça vermelha” para círculos empresariais, militares e administrativos, de forma a justificar, por um lado, a “linha dura” da repressão⁷ e, por outro, a necessidade contínua de contribuições financeiras à entidade, que foi extinta apenas em 1972.

A ação editorial do Ipês foi iniciada com o objetivo de se contrapor à crescente quantidade de “livros esquerdizantes” em circulação no início dos anos 1960. Nessa “batalha pelas mentes”, o instituto acumulou um vasto arsenal de publicações que atingiram diversas partes do território nacional e do exterior graças ao investimento e à colaboração dos órgãos diplomáticos estadunidenses e de dezenas de empresários do ramo editorial que aderiram ao projeto político do instituto, como foi o caso do editor Octalles Marcondes Ferreira⁸.

7 Há registros de que alguns membros do Ipês estiveram diretamente envolvidos no lado mais sórdido da repressão política e social, financiando aparatos de vigilância como o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e centros de tortura como a Operação Bandeirantes.

8 Cabe aqui considerar a ponderação de Vieira (1996, p.11), que circunscreve a colaboração de Octalles com o Ipês exclusivamente na área editorial, não tendo havido de sua parte “[...] um engajamento mais intenso na mobilização das forças conservadoras antes de 1964 e tampouco durante a ditadura”.

Contudo, o volumoso conjunto de publicações encorajado pela entidade não foi fruto de uma demanda do público leitor brasileiro, que, como fica patente pela experiência dos Cadernos do Povo Brasileiro, mostrava uma clara preferência pela produção de viés progressista e democrático. Fadados ao fracasso comercial, os livros da direita só se viabilizaram por conta dos incentivos de entidades ou pessoas interessadas politicamente em sua divulgação, o que reforça o caráter eminentemente propagandístico desse conjunto bibliográfico. Embora os Cadernos Nacionalistas tenham representado um esforço de apropriação e mimetização das formas de difusão do pensamento da esquerda, certamente faltava à coleção, tanto em seus aspectos formais quanto contedísticos, o brilho de intelectuais como aqueles do Iseb e de editores como Ênio Silveira.

Em última instância, pode-se afirmar que a relevância cultural ou intelectual da produção editorial do Ipês foi praticamente nula diante do esforço de interpretação teórica e de formação política da esquerda no período e, conseqüentemente, de sua “relativa hegemonia cultural” (Schwarz, 2009). Como aponta Toledo (2004, p. 31), logo após o golpe, “foram os livros e revistas da Editora Civilização Brasileira – graças ao arrojo e à coragem intelectuais de Ênio Silveira – que alcançavam reedições e sucesso de venda, não os panfletos e livros largamente financiados por empresários e pela Embaixada norte-americana”.

Apesar disso, os impressos promovidos pelo Ipês desempenharam naquele contexto uma função cujo valor histórico não pode ser imediatamente descartado

por nós. Embora as ideias difundidas nas páginas dos Cadernos Nacionalistas e dos Cadernos do Povo Brasileiro se distanciem radicalmente, os dois projetos editoriais convergiam quanto à intenção de incidir diretamente nas questões centrais em debate na sociedade daquele momento, fornecendo ao público leitor subsídios para intervenção prática e teórica na realidade. Parece clara a expectativa dos organizadores das coleções de que estas servissem como instrumentos de conscientização política e ideológica.

No plano formal, ambos os Cadernos se aproximavam pelo esforço de comunicação com um público amplo, materializado através de uma linguagem direta e acessível e pelo formato de bolso das publicações, que facilitava sua leitura e circulação. Também possuíam em comum o uso de estratégias de divulgação massiva em âmbito nacional, por meio da mobilização das bases sociais ligadas aos

projetos políticos em questão: no caso dos Cadernos Nacionalistas, a circulação dos materiais se beneficiou da cadeia de veículos de divulgação do Ipês, formada com o apoio e engajamento de líderes políticos, empresários e associações das classes dominantes localizadas em várias cidades do país; já os Cadernos do Povo Brasileiro tiveram grande alcance graças à articulação com os movimentos populares e, em particular, com os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), que levava a coleção às capitais e ao interior do Brasil.

Dessa forma, para além do conteúdo em si, um olhar para a materialidade das condições de produção e circulação dessas publicações pode ensejar uma leitura mais abrangente sobre a luta ideológica travada no contexto da década de 1960 e, em especial, sobre o tráfego que houve no plano simbólico e cultural entre os diferentes projetos colocados para o país.

REFERÊNCIAS

- DJUROVIC, C. A. *Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do Ipês (1961-1964)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2021.
- DJUROVIC, C. A. "O tradutor veste farda". *Blog-revista da GLAC*. 17/nov./2020. Disponível em: <https://www.glacedicoes.com/post/o-tradutor-veste-farda-camila-djurovic>
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2012.
- INFILTRAÇÃO comunista no Brasil*. Cadernos Nacionalistas, n. 1. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório de atividades do Ipês/GB*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1964a.
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório do Ipês – 1964*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1964b.
- LOVATTO, A. "Um projeto de revolução brasileira no pré-1964: os Cadernos do Povo Brasileiro", in M. M. Deaecto; J.-Y. Mollier (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- OLIVEIRA, L. de. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá, Eduem, 2015.
- RAVINES, E. *Estratégia e táticas comunistas para a América Latina*. Cadernos Nacionalistas, n. 6. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1965.
- REIMÃO, S. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo, ECA-USP, 2018.
- ROEPKE, W. *Como lidar com os comunistas*. Cadernos Nacionalistas, n. 3. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- SCHWARZ, R. "Cultura e política, 1964-1969", in *Cultura e Política*. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2009.
- SETZER, J. *O árduo caminho da reforma agrária*. Cadernos Nacionalistas, n. 4. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- SILVA, A. C. P. e. *Reforma universitária*. Cadernos Nacionalistas, n. 5. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1965.
- SILVA, L. N. da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- TOLEDO, C. N. de. "1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo". *Crítica Marxista*, v. 1, n. 19. São Paulo, Revan, 2004.
- VIEIRA, L. R. "Énio Silveira e a civilização brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil". *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 20, n. 2, jul.-dez./1996.



Marco Santos/USP Imagens

**Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book
Programs: relações internacionais
e políticas editoriais para um Brasil
"em desenvolvimento" (1965-1971)**

Laura de Oliveira Sangiovanni

resumo

Em 1965, foi criado o Instituto Roberto Simonsen. O instituto era dotado de um setor específico destinado às publicações, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), em cujo rol de atividades estavam incluídas as traduções de livros estrangeiros. A despeito de uma noção de desenvolvimento voltada à solução dos “problemas nacionais”, o CBD atuou em conformidade com o pensamento de Simonsen a respeito da relação entre capital nacional e investimentos estrangeiros, dependendo da parceria com uma instituição norte-americana, o Franklin Book Programs, para a consecução de suas atividades. Este artigo trata das relações entre as duas instituições e do modo como um nacionalismo mitigado, compatibilizado com a agenda norte-americana durante a Guerra Fria cultural, definiu os contornos das políticas editoriais do instituto para o desenvolvimento de um Brasil industrial.

Palavras-chave: Instituto Roberto Simonsen; Franklin Book Programs; políticas editoriais; desenvolvimentismo; Guerra Fria cultural.

abstract

In 1965, Roberto Simonsen Institute was created. The institute had a specific sector dedicated to publications, the Library Science Center for Development (CBD), whose list of activities included translations of foreign books. Despite a notion of development aimed at solving “national problems”, the CBD acted in accordance with Simonsen’s thinking regarding the relationship between national capital and foreign investments, depending on the partnership with a North American institution, Franklin Book Programs, to achieve its activities. This article deals with the relations between the two institutions and the way in which a mitigated nationalism, made compatible with the North American agenda during the cultural Cold War, defined the contours of the institute’s editorial policies for the development of an industrial Brazil.

Keywords: Roberto Simonsen Institute; Franklin Book Programs; editorial policies; developmentalism; cultural Cold War.

No dia 25 de maio de 1948, Roberto Simonsen morreu em plena Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, enquanto recepcionava o primeiro-ministro da Bélgica, Paul van Zeland, que estava em visita oficial ao Brasil (Barreto, 2017). Imediatamente após o seu falecimento, a Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (Fiesp) criou o Fórum Roberto Simonsen, um espaço de discussão sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro, que, a partir de 1965, passaria a se chamar Instituto Roberto Simonsen (IRS), situado no Viaduto D. Paulina, 80, 4º andar, em São Paulo, de natureza jurídica distinta do fórum, com maior autonomia financeira e voltado às atividades culturais.

A criação do Fórum Roberto Simonsen e de seu congênere, o Instituto Roberto Simon-

sen, põe em relevo uma profícua discussão historiográfica sobre o papel das fundações na Guerra Fria cultural. O instituto valeu-se de uma parceria fundamental e ainda pouco explorada pela historiografia¹ com um pro-

1 Sobre o Franklin Book Programs, conferir os artigos "Publishing American Values...", de Louise Robbins, e "Books in the Cold War...", de Trysh Davis (2013), e o livro *Taking books to the world...*, de Amanda Laugesen. Sobre a atuação do programa no Brasil e, em particular, sua relação com o Instituto Roberto Simonsen, conferir trabalhos historiográficos tais como *O livro no Brasil*, de Laurence Hallewell, e a dissertação de mestrado *Páginas golpistas...*, de Martina Spohr Gonçalves. Uma análise mais detida sobre a atuação do Franklin no Brasil está no livro *Guerra Fria e política editorial...* e no verbete "Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano", na plataforma *Transatlantic Cultures*, ambos de Laura de Oliveira Sangiovanni.

LAURA DE OLIVEIRA SANGIOVANNI

é professora de História Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e autora de *Guerra Fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)* (Eduem).

grama não governamental norte-americano chamado Franklin Book Programs, cujo marco fundador foi um evento realizado na Biblioteca do Congresso (Library of Congress), em Washington, D.C., em 1951, promovido por bibliotecários e editores vinculados ao Comitê de Relações Internacionais (International Relations Committee) da Associação Americana de Bibliotecas (American Library Association) e ao Comitê de Comércio Exterior (Foreign Trade Committee) do Conselho Americano de Editores de Livros (American Book Publishers Council), que viria a se tornar a Associação de Editores Americanos (Association of American Publishers). Dedicado à promoção do mercado editorial e ao incentivo às práticas de leitura durante a Guerra Fria, o programa foi justificado pela carência de livros nos países “em desenvolvimento”. Sua principal atividade eram as traduções de livros originalmente publicados no mercado editorial anglófono, mas o programa também se dedicava à “publicação de revistas semanais, dicionários e enciclopédias; treinamento e apoio técnico a livreiros, editores, revisores, ilustradores e profissionais da indústria gráfica; realização de eventos associados à produção editorial; e formação de bibliotecas escolares” (Oliveira, 2022).

O Instituto Roberto Simonsen era dotado de um setor específico destinado às publicações, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), em cujo rol de atividades estavam incluídas as traduções de livros estrangeiros. Ele havia sido escolhido como uma das duas sedes do Franklin Book Programs no Brasil: a outra era o Centro de Bibliotecnia (CB) do Ipês, na Guanabara (Rio de Janeiro), ins-

tituição patrocinadora e gestora do Golpe Civil-Militar de 1964. Ambas haviam se tornado epicentros da presença do programa norte-americano no Brasil na virada de 1964 para 1965, e a escolha do IRS foi justificada por Wilbur Knerr, diretor do Franklin para a América Latina, porque a nascente fundação previa, no rol de suas atividades, projetos de incentivo ao livro e à leitura, o que a compatibilizava com os interesses do programa.

Correntes de interpretação gramscianas têm reforçado que, apesar de sua imagem de “imparcialidade científica, neutralidade político-ideológica e de estarem acima do mercado e independentes do Estado” (Parmar, 2012, p. 2), as fundações foram fundamentais para defender um capitalismo global reformado, organizado politicamente por um Estado de bem-estar social. Embora a ênfase de Parmar sejam as fundações norte-americanas, notadamente Carnegie, Rockefeller e Ford, seu argumento empresta substância para a análise de outras fundações e programas paraestatais dos Estados Unidos e seus parceiros no exterior – intelectuais, representantes das elites políticas e econômicas de diversas partes do mundo, que ajudaram a construir e consolidar a hegemonia norte-americana, o imperialismo e a dominação cultural. No caso específico do Franklin, ele assumia como objetivo fomentar “culturas editoriais nativas” (*indigenous publishing cultures*), através de parcerias com as elites dos países em que atuava. Seu convênio com o Instituto Roberto Simonsen é ilustrativo.

Patrick Iber pondera, entretanto, que não é possível afirmar que esses representantes das elites intelectuais tenham

atuado meramente como “marionetes” do governo norte-americano. A Guerra Fria cultural definiu a agenda política e cultural da segunda metade do século, estabelecendo condições de financiamento de pesquisa, oportunidades acadêmicas e profissionais, políticas de edição e circulação de livros e, antes de tudo, uma linguagem de base ideológica que opunha o “mundo livre” aos regimes totalitários². A parceria com instituições norte-americanas tornou-se atrativa para uma direita acordante com as plataformas liberais, mas também para uma centro-esquerda (Iber, 2015). A Guerra Fria cultural, nesse sentido, envolveu artistas, intelectuais, editores e políticos latino-americanos de diferentes matizes na segunda metade do século XX, justificada pela comum agenda de promoção do desenvolvimento regional. Esses atores adotaram a perspectiva de interpretação e a linguagem que dividiam o mundo entre “norte e sul”, “centro e periferia”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento” e pactuaram com um projeto de modernização voltado à superação do “atraso” latino-americano, por meio de reformas políticas e sociais, industrialização e urbanização.

2 A própria construção da categoria “totalitarismo” tem a Guerra Fria cultural como pano de fundo. Originalmente associado à atuação dos impérios europeus, notadamente o britânico, o léxico foi atualizado entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 pela intelectualidade judaica europeia, entre ela o francês Raymond Aron e a alemã Hannah Arendt, assumindo a conotação que ainda carrega, associada à Alemanha nazista e à União Soviética sob Stalin (Losurdo, 2006). Após os trabalhos de Frances Stonor Saunders (1999; 2013), os usos políticos da tese de Arendt durante a Guerra Fria ficaram patentes. O livro *Origens do totalitarismo* tornou-se um dos maiores *best sellers* do século, traduzido e distribuído em mais de 170 países, graças ao patrocínio oculto da CIA.

Fundado como continuidade do fórum, quase duas décadas depois, o Instituto Roberto Simonsen também afirmaria ideias dessa natureza. A noção de desenvolvimentismo patrocinada pelo instituto baseava-se num nacionalismo mitigado e seu estatuto jurídico o tornava mais permeável para o desenvolvimento de atividades, sobretudo culturais, com uso de capital alheio, privado e estrangeiro. A despeito de uma noção de desenvolvimento voltada à solução dos “problemas nacionais”, o CBD atuou em conformidade com o pensamento de Simonsen sobre a relação entre capital nacional e investimentos externos, dependendo da parceria com o Franklin Book Programs para a consecução de suas atividades. Este artigo trata das relações entre as duas instituições e do modo como um nacionalismo compatibilizado com a agenda norte-americana durante a Guerra Fria cultural definiu os contornos das políticas editoriais do instituto para um Brasil “em desenvolvimento”.

Este artigo faz um percurso histórico das relações entre o Instituto Roberto Simonsen e o Franklin Book Programs, buscando avaliar em que medida a parceria e as políticas editoriais desenvolvidas através dela corroboraram o pensamento de seu patrono. O artigo segue dividido em três itens. O primeiro, “Roberto Simonsen: pensamento econômico, desenvolvimentismo, nacionalismo e capital estrangeiro”, apresenta uma análise, a partir da literatura, de aspectos do pensamento de Roberto Simonsen associados ao desenvolvimentismo e à articulação entre interesse nacional e capital estrangeiro. O item dois, “A instalação

do Instituto Roberto Simonsen: São Paulo, 1966”, trata do anúncio público da inauguração do IRS, por ocasião do “Dia da Indústria” e do aniversário de falecimento de seu patrono. O item 3, “Instituto Roberto Simonsen e Franklin Book Programs: relações internacionais e políticas editoriais”, recupera o histórico de relações entre o IRS e o Franklin, enfatizando a busca do programa novo-iorquino por parceiros locais, a fim de fortalecer as “culturas editoriais nativas”, e algumas das publicações tornadas possíveis por meio do convênio.

ROBERTO SIMONSEN: PENSAMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTISMO, NACIONALISMO E CAPITAL ESTRANGEIRO

A homenagem da Fiesp e sua urgência em cristalizar a memória de Roberto Simonsen, através do fórum, demonstravam o propósito de conservar as ideias de um cânone da indústria nacional, que, nas palavras de Curi e Lima (2015), havia participado da esfera pública brasileira em múltiplas dimensões. Em 1928, por meio da criação do Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), Roberto Simonsen afirmou-se como líder da classe industrial paulista. Já àquele momento, demonstrava preocupação com a função social da indústria, a noção de desenvolvimento assentada nos interesses nacionais e uma busca pela harmonização do capital e trabalho que desaguardaria em um ardoroso anticomunismo (Leão, Pinto & Silva, 2015). Durante o Estado

Novo, esteve vinculado ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Após 1945, idealizou o chamado “sistema S”, partindo da fundação do Senai e do Sesi, órgãos ligados à Federação das Indústrias e destinados aos aspectos sociais do trabalho na indústria. A partir de 1946, como senador, ampliaria a crítica à luta de classes como um elemento fragmentador da sociedade brasileira e apoiaria a cassação dos mandatos comunistas e o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 1947 (Carone, 1971).

Suas atividades como empresário e político foram entrecruzadas por uma ampla obra intelectual, que lhe rendeu referências no campo da história econômica do Brasil, chegando a ser chamado de “intelectual orgânico dos industriais” (Barreto, 2017). Essa produção começou a partir da década de 1930 e, ao mesmo tempo em que tinha um caráter “imediatista” e nacionalista, voltado à solução dos assim chamados “problemas brasileiros”, também se voltou para um interesse histórico e para o alcance dos temas globais. Para Edgar Carone (1971), o que torna a contribuição de Simonsen “grandemente superior à da maior parte dos nossos teóricos anteriores do pensamento industrial” é que, para ele, “conhecimento histórico é também análise dos fatores geográficos e demográficos, econômicos e financeiros, de problemas sociais etc.”.

A literatura tem se empenhado em demonstrar que Roberto Simonsen produziu um pensamento original sobre o desenvolvimento brasileiro, ainda que

influenciado por teorias em voga em países como a Alemanha e os Estados Unidos, representando mais do que uma mera antítese política ao economista liberal Eugênio Gudín, seu contemporâneo. Conforme Cavalieri e Curado (2016), a ênfase na realização de estudos empíricos sobre os fenômenos sociais para lastrear cientificamente posteriores políticas públicas afinava Simonsen à filosofia do controle social, amplamente em voga nos Estados Unidos no período. Um outro aspecto era a defesa do planejamento econômico como instrumento de transformação da economia brasileira, contrapondo-se à ideia de que o planejamento era típico de regimes autoritários. Se, entre os autores norte-americanos, havia uma ênfase no planejamento como forma de garantir a estabilidade econômica, Simonsen compreendeu que ele também representaria uma forma de superação da pobreza no Brasil.

Nessa direção, o estudo das populações tornou-se, para Simonsen, como para os norte-americanos, uma preocupação central. No trabalho *Recursos econômicos e movimentos das populações*, proferido originalmente como palestra realizada em Washington, em 1940, e publicado no Brasil em 1943, Simonsen se colocava em diálogo com pesquisas em curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), que ele havia ajudado a criar, e com estudos norte-americanos como os de Carter Goodrich (1935; 1936). O argumento consistia em que as migrações eram resultado do desequilíbrio entre os recursos econômicos e o excesso de população em um determinado lugar. Nesse sentido, era tarefa estudar

o histórico dos movimentos populacionais para determinar políticas migratórias capazes de mitigar problemas sociais e produtivos. Para Simonsen, a preocupação com a questão populacional deveria ser permanente, a fim de evitar o desperdício do escasso capital nacional e favorecer a migração do campo para as zonas industriais urbanas. Enquanto São Paulo sofria com carência de mão de obra, por exemplo, as regiões Norte e Nordeste, além do estado de Minas Gerais, concentravam uma população ociosa em áreas de agricultura decadente. Nessa direção, o argumento pró-indústria de Simonsen reverberava claramente o dos norte-americanos (Cavalieri & Curado, 2016).

Conforme Leão (2015), havia nesse período três correntes desenvolvimentistas. A primeira, antiliberal e favorável ao apoio estatal à acumulação privada, abrigava distintas concepções sobre o nível de participação estatal e do capital estrangeiro. A segunda consistia em um desenvolvimentismo “não nacionalista”, que defendia o apoio estatal à industrialização, mas advogava pela prevalência dos interesses e das ações da iniciativa privada. Roberto Simonsen foi o mais importante representante da primeira corrente, cujas ideias foram a base para o projeto de constituição de uma junta nacional de planificação no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, proposta por ele e pelos ministros Marcondes Ferraz e San Thiago Dantas, em 1944. À segunda corrente estavam vinculados Horácio Lafer, Lucas Lopes, Valentin Bouças, Ary Torres e Roberto Campos, que abandonaria paulatinamente a tônica nacionalista e, na década de 60,

assumiria claramente uma posição liberal. A terceira vertente, nacionalista, defendia a atuação estatal em setores estratégicos e tinha em Celso Furtado seu principal expoente (Leão, Pinto & Silva, 2015).

O desenvolvimentismo patrocinado pela elite industrial brasileira, afigurado no pensamento de Roberto Simonsen, nesse sentido, acompanhava a definição de Bielschowsky (apud Leão, Pinto & Silva, 2015) e se baseava nos seguintes princípios:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Fica aí denotada sua perspectiva estatizante, que ele chama claramente de intervencionismo do Estado, como financiador e agente de uma diplomacia que garantisse o desenvolvimento. Para Curi e Lima (2015), Simonsen era um pensador de múltiplas referências, e sua relação com autores germânicos como Friedrich List e Gustav Schmoller o aproximou de uma linhagem do pensamento econômico mais crítica ao livre mercado, conduzindo-o à

adoção de uma perspectiva nacionalista e não cosmopolita. Nessa direção, o industrial paulista incorporava “elementos do historicismo, do nacionalismo e do reformismo social”.

No que tange às relações internacionais, a noção de desenvolvimento no pensamento de Simonsen conjugava crítica ao imperialismo e defesa da cooperação internacional, levando a um nacionalismo mitigado. Nesse sentido, este artigo concorda com Carone (1971) que nacionalismo não significa, na obra de Simonsen, xenofobia, “mas tomada de posição consciente a favor do progresso de sua classe e dos interesses brasileiros”. Nessa direção, o industrial confrontava as afirmações de que a indústria brasileira era artificial e dependia de matéria-prima estrangeira, dos supostos conflitos entre a agricultura e a indústria, e defendia a cooperação entre campo e cidade como chave para o desenvolvimento nacional. Embora crítico ao imperialismo, defendia o uso de capitais externos e sua aplicação em benefício das duas partes, postulando que a substituição de produtos antes importados da Europa por produtos norte-americanos favorecia o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos, mas não do Brasil. Nessa direção, os acordos de cooperação econômica deveriam ser firmados tendo em vista “uma larga, permanente e recíproca interpenetração de atividades produtoras e de consumo, segurança que deveria constituir o seu principal objetivo [...]”, a fim de elevar as rendas nacionais dos dois países (Carone, 1971).

“[...] ao invés de servilmente copiarmos os modelos estranhos, com a preocupa-

ção de implantar aqui a grande indústria, sem corrigir seus inconvenientes, aproveitemos apenas os seus ensinamentos técnicos, e adotemos os necessários corretivos de ordem prática e social, para evitar a transplantação correlata de males verificados alhures do supercapitalismo industrial, desenvolvido ao sabor da lei do domínio do mais forte” (Simonsen apud Leão, 2015 [1973]).

Simonsen defendeu que o Brasil e a América Latina fossem incorporados ao Plano Marshall, a fim de garantir o maquinário importado para auxílio no aprofundamento da nossa industrialização. O industrial lamentava que o programa da Comissão Econômica, que elaborou o Plano Marshall, não tivesse incluído a América Latina, o que produziria impactos positivos na indústria, e justificava seu pensamento realçando a admiração pelos valores civilizacionais, democráticos e religiosos europeus, substrato das instituições políticas, sociais e culturais latino-americanas, argumentando que os norte-americanos deveriam atender às “legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente com o soerguimento econômico do homem europeu” (Simonsen apud Leão, 2015 [1973]).

O uso do capital estrangeiro para promover o desenvolvimento nacional foi acompanhado por uma defesa da harmonização entre capital e trabalho que tornou Simonsen um ávido anticomunista, novamente alinhando o industrial paulista às premissas norte-americanas na chamada Guerra Fria cultural. Para Simonsen, o interesse da nação se confundia com o

interesse dos trabalhadores, razão pela qual o sistema S cumpriria o papel de promover o desenvolvimento (qualificação profissional, lazer, saúde) dos trabalhadores, corroborando para o desenvolvimento nacional. Esse objetivo poderia “ser alcançado sem antagonismos violentos desde que se promova, inteligentemente, a cordial operação dos empregados, interessando-os na produção” (Leão, Pinto & Silva, 2015). Ainda segundo Leão, as ações do Sesi combinavam-se “com um paternalismo patronal e uma desejada solidariedade entre capitalistas e trabalhadores” (Leão, Pinto & Silva, 2015). O Sesi e o Senai representaram, durante a vida de Simonsen, instituições centrais para esse projeto: o combate à luta de classes. A criação do fórum, imediatamente após sua morte, e do instituto, muitos anos mais tarde, foi justificada como um chamado da classe industrial paulista para a “plenitude de suas responsabilidades”, para a promoção de atividades culturais que consagrassem um “humanismo industrial” no Brasil.

A INSTALAÇÃO DO INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN: SÃO PAULO, 1966

No dia 17 de maio de 1966, o jornal³ *Diário de São Paulo* anunciou a iminente

3 Os documentos referenciados neste artigo estão abrigados no fundo Franklin Book Programs, identificado como MC057, na Mudd Manuscript Library da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Sobre o Instituto Roberto Simonsen, especificamente: série 2, subsérie 3, caixa 84, pasta 15 (“Instituto Roberto Simonsen 1966-1971”).

instalação do Instituto Roberto Simonsen com a manchete “Fiesp/Ciesp comemora o ‘Dia da Indústria’ com instalação do Instituto Roberto Simonsen”. A comemoração, que se daria no dia 25 daquele mês, coincidia com a data de falecimento do “patrono da indústria brasileira”, “um dos iniciadores do esforço extraordinário” que se traduzia, àquele momento, “no [igualmente] extraordinário parque manufatureiro nacional”. A nascente instituição seria responsável por “realizar amplo programa cultural, de pesquisas tecnológicas, debates, estágios e treinamentos e de bibliotecnia para o desenvolvimento social e econômico, especialmente na área industrial”.

No dia 26 de maio seguinte, sob a manchete “Instituto Roberto Simonsen: marco na vida espiritual brasileira”, o mesmo jornal enfatizava o discurso de Raphael Noschese, presidente da Comércio e Indústria Sousa Noschese, da Companhia Hotéis e Imóveis S.A. e da Empresa de Mineração Esperança, que, desde 1962, presidia o complexo Fiesp/Ciesp, definindo a nascente fundação como “uma entidade cultural dirigida e estipendiada pela indústria” e, colocando-a ao lado do Sesi e do Senai, postulava que as três, “à maneira da Constelação Astral – o Cruzeiro do Sul – três estrelas norteiam os propósitos desta casa: o da paz social, através do Sesi, o da formação de mão de obra especializada, por intermédio do Senai, e o da formação de uma consciência industrializada, mediante o Instituto Roberto Simonsen”. O jurista e professor da USP Miguel Reale argumentou que, após o Sesi e o Senai, chegava o momento de a indústria chamar para si “a pleni-

tude de suas responsabilidades”, com as preocupações culturais.

O instituto, no entanto, ainda conforme as palavras do presidente, Noschese, não havia “caído do céu”, mas derivava do Fórum Roberto Simonsen, que havia 18 anos debatia “problemas de toda ordem” e propunha “expedientes resolutivos condizentes com nossa [do Brasil] formação histórica”. Entre as atividades do fórum, estavam o patrocínio de cursos e a edição de livros, que “foram um fator impressionante no panorama cultural do país”. “Limitações estatutárias”, contudo, haviam deixado muito por fazer, e a fundação do instituto, uma “entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos”, potencializaria o alcance das atividades culturais do complexo das instituições da indústria paulista.

A “consciência industrializada” fazia parte do que o presidente designava “humanismo industrial”, a saber:

“[...] uma espécie de redescobrimto do homem como homem, sendo a consequência a afirmação da plenitude humana enquanto pessoa, na acepção cristã do termo. Valorizando ao máximo o ser humano, limando as arestas dos conflitos estamentais, harmonizando os indivíduos entre si, independentemente das classes sociais, buscamos um ponto de equilíbrio”.

Sob esse argumento, cabia ao IRS, como ferramenta para a consecução das “nobres causas patrocinadas pelos homens da indústria paulista”, adotar como meta “a difusão do hábito da leitura em círculos populacionais cada vez mais amplos”.

Mário Barroso Ramos, que assumia como diretor executivo do instituto, afirmava, em discurso proferido na mesma ocasião e reproduzido em jornal, que “era objetivo promover edições de livros técnicos, manuais, monografias, ensaios etc.: estimular a formação por promoção de bibliotecas, especialmente bibliotecas de empresas, a formação por promoção direta, ou através de convênios, do respectivo pessoal, inclusive mediante concessão de Bolsas de Estudo”. O diretor executivo assumia, ainda, a importância de retomar a publicação da *Revista de História Econômica*, cuja breve publicação havia sido iniciada e interrompida em 1963, ainda sob a vigência do fórum.

Por isso, existiria na estrutura organizacional do instituto um setor específico dedicado às publicações de livros, o Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento, a ser presidido por Mário Toledo de Moraes e cujo vice-presidente seria Thomás Aquino de Queiroz. Além deles, seriam membros do CBD Júlio Sauer Broni de Toledo, Maria Brás, Arnaldo Magalhães de Giácomo e o general Propício Machado Alves.

A despeito da inauguração formal em 1966, o instituto havia sido estabelecido aos 5 de agosto do ano anterior e, àquele momento em que era formalizado perante a sociedade brasileira, empossava os membros do seu conselho diretor e conselhos consultivos e departamentais. Curiosamente, as reportagens que mencionaram a comemoração e a instalação do instituto, baseadas nos discursos proferidos pelos seus diretores, focalizavam o papel cultural do instituto em corroborar as estratégias do sistema S

para o progresso material e espiritual do país. Não mencionavam, por outro lado, a existência de um importante parceiro do instituto, cuja aproximação com a elite industrial paulista antecedia em alguns anos a comemoração de 1966: o Franklin Book Programs.

INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN E FRANKLIN BOOK PROGRAMS: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS EDITORIAIS

Em 4 de agosto de 1965, o complexo constituído pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o Ciesp, pelo Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria, o Sesi, e pelo Departamento de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, fez circular um convite para a inauguração da Fundação Roberto Simonsen (Ciesp/Fiesp), razão social do Instituto Roberto Simonsen. Em sua Escritura de Constituição, redigida em duas línguas, português e inglês, a nascente fundação, uma entidade civil sem fins lucrativos, previa a existência de uma divisão editorial, de documentação e biblioteconomia em sua estrutura organizacional. Suas atividades seriam: financiamento de pesquisas interessadas na solução dos “problemas nacionais”; de eventos acadêmicos sobre administração e sobre o mundo do trabalho, que aproximassem a universidade da indústria, ao tempo em que encaminhassem possibilidades de resposta a

desafios que se impunham ao desenvolvimento econômico e social do Brasil; preparação de mão de obra capacitada nas áreas de ciências sociais e econômicas, programação e administração de empresas; edição de livros afinados com os princípios do instituto; formação de bibliotecas; oferta de bolsas de estudos e organização de prêmios para pesquisas de relevo, que pudessem inspirar estratégias para o desenvolvimento nacional (Fundação Roberto Simonsen [Escritura de Constituição da Fundação Roberto Simonsen], 1965).

O Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento faria parte da Divisão Editorial, Documentação e Bibliotecnia, uma das três que organizariam o instituto. As duas outras eram Estudos Econômicos, Sociais e Políticos e Cursos, Seminários, Conferências e Bolsas de Estudos. Na Escritura de Constituição, o convênio do CBD com o Franklin era claro: do programa norte-americano adviria a maior parte dos recursos para custeio das atividades editoriais, em um conjunto de subvenções, doações e contribuições. Essa é umas das razões pelas quais o instituto foi criado em substituição ao antigo fórum, dotado de personalidade jurídica própria, independente de Fiesp, Ciesp, Sesi e Senai, que eram paraestatais e, portanto, recebiam recursos do governo federal brasileiro. Assim, embora o intercâmbio entre o instituto brasileiro e o programa norte-americano tenha, de fato, se iniciado em 1965, ele só seria consolidado e publicizado em 1966, quando a documentação de registro do instituto foi concluída. Ao final daquele ano, Toledo escreveria para Wilbur Knerr agradecendo pelo apoio aos

projetos editoriais já encaminhados naquele primeiro ano de parceria:

“Como é de conhecimento de V. S. estamos absolutamente confiantes nos resultados que em prol da publicação e difusão do livro, como elemento primordial para o desenvolvimento cultural e econômico do país, advirão do Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD), órgão departamental do Instituto ‘Roberto Simonsen’. [...] Estas breves considerações, que reputamos auspiciosas, são feitas para melhor ressaltar o significado da valiosa e apreciada cooperação do Franklin Book Programs, cuja integração no Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento propiciou ao órgão realizar atividades que são da maior importância para sua dinamização programática já no corrente exercício e sobretudo no ano próximo” (Moraes [Carta a Wilbur Knerr], 16 de novembro, 1966).

Em 30 de agosto daquele mesmo ano, Mário Barroso Ramos havia escrito para Wilbur Knerr dando conhecimento sobre o CBD. Ao que parece, entretanto, tratava-se de mera formalidade, uma vez que o Franklin já era representado no centro pelo general Propício Machado Alves, diretor assistente da Ao Livro Técnico Editora e também interlocutor do programa norte-americano com o Centro de Bibliotecnia do Ipês. Naquela ocasião, Ramos solicitava a Knerr o pagamento dos direitos autorais do livro *The coming age of wood*, justificando a demanda sob o argumento de que a publicação no Brasil tinha finalidade “técnico-cultural” e não “comercial”.

Em 23 de maio de 1967, Vicente Chilverini, engenheiro e professor da Escola Politécnica da USP, além de diretor executivo do CBD, enviaria nova correspondência ao Franklin, solicitando o pagamento de direitos autorais para publicar 3 mil exemplares de *The coming age of wood*, alegando que o livro favoreceria o uso de madeira na indústria. O pedido foi atendido e, na ocasião, Knerr aproveitou para lembrar que, dada a natureza das atividades previstas para o CBD, os projetos do programa norte-americano cumpridos através do centro não levariam o seu nome, mas o nome do Instituto Roberto Simonsen. A clandestinidade não era uma premissa das atividades do Franklin, mas esse parece ter sido um acordo entre as duas instituições, a fim de salvaguardar a imagem de independência cara ao instituto brasileiro. Mesmo assim, os livros que resultaram do acordo entre as partes traziam, na página de informações técnicas, acima da ficha catalográfica, a anotação de que resultavam da colaboração do Franklin Book Programs.

Embora o início das atividades do IRS e do Franklin tenha se dado em 1965, a primeira sondagem do programa norte-americano havia acontecido em 1961. Naquele ano, a primeira missão do programa foi enviada à América Latina, assim como à África Subsaariana, patrocinada pela Usaid e pela Fundação Ford. Na ocasião, o programa identificou lideranças do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), do Instituto Roberto Simonsen e do Ipês, empresários e editores, mas adiou sua entrada efetiva no país, alegando que a situação de “instabilidade política do

país” criava condições desfavoráveis para o início das atividades (Oliveira, 2016; 2022; 2023). Após o Golpe de 1964, o Franklin retomou os contatos que havia iniciado antes, assegurando um conjunto de parcerias importantes, entre elas, as editoras Ao Livro Técnico, Artes Gráficas Gomes de Souza, Atheneu, Companhia Editora Nacional, Cultrix, Dominus, Editora da Universidade de São Paulo, José Olympio, Edgard Blucher, Empresa Gráfica O Cruzeiro, Globo, Guanabara Kooogan, Lidador, Melhoramentos, Mestre Jou, Pioneira e Record, além da Associação Brasileira de Técnicos Gráficos (ABTG), das Escolas Profissionais Salesianas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). A lista dos livros publicados através do programa em língua portuguesa está disponível na Divisão de Livros Raros da Biblioteca do Congresso Americano e pode ser consultada *online*.⁴

Em São Paulo, os principais parceiros do Franklin, além do IRS, eram Mário Fittipaldi, diretor da Editora das Américas e presidente da CBL; Arnaldo Magalhães de Giácomo, administrador de vendas da Companhia Melhoramentos; Thomaz Aquino de Queiroz, diretor editorial da Companhia Editora Nacional, e Enio Guazzelli, diretor administrativo da Livraria Pioneira. Foi através dessas relações que o programa nova-iorquino assegurou a publicação de títulos tais como: *Offset – princípios básicos de impressão*, de Charles Latham, e *Processos de produção de chapas*, de Robert Reed, ambos publicados em par-

4 Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/rarebook/pdf/FBPPortuguese.PDF>. Acesso em: 15/10/2023.

ceria com a Associação Brasileira de Técnicos Gráficos (que funcionava no mesmo prédio que o IRS, no Viaduto D. Paulina, 80) e o segundo também em parceria com o Ipês-GB; um guia com bibliografia universitária (obras de nível superior), selado pela Companhia Editora Nacional; o livro *Ensino e aprendizagem nas escolas médicas*, de George Miller, pela Companhia Editora Nacional e pela Editora da Universidade de São Paulo, com recursos do Fundo Commonwealth I; *Geografia de população*, de Jean Beaujeu-Garnier, e *Populações brasileiras*, de F. M. Salzano e N. Freire Maia, ambos pela Companhia Editora Nacional e pela Editora da Universidade de São Paulo, com recursos do The Population Council; *Entrosamento universidade – indústria – setor químico*, publicado pelo próprio IRS após realização de um seminário interno; o *Guia dos pais na escolha de livros para crianças*, de Nancy Larrick, também publicado pelo próprio IRS.

Fundamentado nas teorias da modernização, amplamente em voga em círculos políticos e intelectuais americanos do período, o projeto do Franklin Book Programs admitia, portanto, a relação com as elites locais como uma forma de assegurar a formação de lideranças, o que, no caso específico do programa, afigurava-se através da atenção às “culturas editoriais nativas”. Disso decorre a prioridade conferida à Fiesp como um dos *loci* de sua atuação no Brasil. Além disso, a publicação de manuais e livros técnicos indicava a clara relação estabelecida pelo programa – e sobretudo pelo Instituto Roberto Simonsen – entre letramento e formação de mão de obra, tal

como se pode notar no livro *Entrosamento universidade – indústria – setor químico*, publicado pelo instituto em 1971. O IRS cumpria, assim, ainda que timidamente, dado o pequeno volume de títulos que chegou a publicar, a missão de atualizar e manter vivas as ideias de seu patrono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Franklin Book Programs foi encerrado em 1978 e suas últimas publicações na América Latina datam de 1973. A crise do programa havia tido início em meados da década de 1960. Em 1967, Datus C. Smith, o mais importante diretor da história do Franklin, aposentou-se, em um momento que coincidiu com a redução drástica dos recursos destinados ao programa pelo governo norte-americano. Nesse mesmo período, teve fim o convênio do programa com a Usaid e a Fundação Ford, que havia garantido, no início dos anos 1960, sua entrada na África Subsaariana e na América Latina. A duração da Guerra do Vietnã e os desgastes econômicos que ela suscitou foram fatores importantes na busca pela redução dos gastos públicos nos Estados Unidos, especialmente com os chamados “programas culturais”, de cuja eficácia começava-se a duvidar àquele momento. Em 1972, o programa criou a campanha “*Friends of Franklin*”, que tinha como objetivo arrecadar doações de pessoas comuns para mantê-lo em funcionamento (Laugesen, 2017). Essas datas coincidem com a documentação encontrada sobre a presença do Franklin Book no Brasil. Ele finda em 1971, de maneira mais ou menos abrupta,

sem deixar entrever grandes motivações internas para o fim da atuação do programa no país.

Nos seis anos em que permaneceu no Brasil, o Franklin publicou um número expressivo de obras, mas a maior parte delas foi viabilizada através do Ipês e das editoras da Guanabara. Foi através desse convênio que o programa patrocinou, por exemplo, o projeto Bibliotecas Pré-Clínicas, uma parceria com a Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (Desu-MEC) para o provimento das bibliotecas universitárias de saúde de todo o país com traduções de livros norte-americanos (Oliveira, 2023). O Centro de Bibliotecaria para o Desenvolvimento do Instituto Roberto Simonsen teve uma atuação relativamente tímida. Dedicou-se a dois livros sobre artes gráficas, em parceria com a Associação Brasileira de Técnicos Gráficos, estabeleceu um convênio com a Editora da USP para publicação de dois livros sobre demografia e política de populações, produziu alguns guias e um livro baseado em evento sobre indústria química, entre outros. Produziu uma campanha de incentivo ao livro idealizada pela agência de publicidade norte-americana McCann-Erickson (Oliveira, 2015).

Embora representassem “pálidas iniciativas num Brasil repleto de favelas urbanas e más condições de vida rural” (Leão, Pinto & Silva, 2015), no entanto, o Instituto Roberto Simonsen realizou o projeto a que se propunha. Gozou de seu estatuto jurídico, valeu-se dos recursos provenientes do Franklin e cumpriu seu papel, como fundação, de servir de vetor às ideias de Roberto Simonsen, ainda entendidas, pela elite industrial paulista,

como atuais e relevantes para o contexto dos anos 1960. Se, 20 anos antes, Simonsen havia buscado nas teorias norte-americanas respaldo para desenvolver um pensamento sobre o Brasil assentado na lógica do controle social, do planejamento e do imbricamento entre conhecimento e política, àquele momento, quando as teorias da modernização projetavam-se nos Estados Unidos, afirmando a oposição entre sociedades tradicionais e modernas e imprimindo sobre elas o rótulo de “desenvolvidas”, “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento” (Gilman, 2007), as teses desenvolvimentistas continuavam tendo forte apelo no Brasil.

O nacionalismo mitigado de Simonsen, que admitia a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional e aspirava à ampliação do Plano Marshall para contemplar também a América Latina, encontrava eco na política externa norte-americana do período, que buscava ressonância nas elites nativas e entendia seu papel como fundamental para o alinhamento do Sul global às plataformas do chamado “mundo livre”.

A Guerra Fria cultural, com efeito, envolveu o aparato diplomático dos Estados Unidos e um conjunto de atores, entre eles, fundações norte-americanas e estrangeiras, responsáveis por afirmar a ideia de que o capitalismo podia ser “melhorado”, de que o comunismo deteriorava as relações sociais ao conceber a luta de classes como motor da história, e defendia uma composição harmônica entre capital e trabalho que garantisse o desenvolvimento nacional.

O sistema S foi criado precisamente com essa tarefa. No caso específico do

Instituto Roberto Simonsen, ele se voltava para as atividades culturais e, através do CBD, concebia o letramento como condição para formar uma classe operária mais qualificada. Quem eram, entretanto, os leitores dos livros publicados pelo instituto? A julgar pelas características dos livros, esses leitores eram tão diversos quanto difíceis de identificar. Robert Darnton (1990) argumentou, com precisão, que a recepção é a etapa mais difícil de mapear no processo de edição e circulação dos livros – esta é, portanto, a mais árdua tarefa para os historiadores do livro e da leitura. Alguns dados paratextuais dos livros podem indicar, porém, se não o leitor derradeiro, receptor último do livro, o leitor imaginado pelas editoras e fundações que se articularam por trás das edições. Se o *Guia dos pais na escolha de livros* parecia atender a um público específico, qual seja, a própria

elite industrial paulista, ocupada com sua descendência, os livros sobre artes gráficas também pareciam atender a um público endógeno, a saber, editoras e gráficas parceiras do CBD. O evento da indústria, por sua vez, reuniu um conjunto de intelectuais uspianos, realizando de forma paradigmática o ideal de articulação entre instituição de ensino e pesquisa, indústria e planejamento com o qual Simonsen havia sonhado. Os livros sobre populações, que contaram com o patrocínio do The Population Council, por outro lado, também corresponderam ao ideal do patrono e, embora desarticulados de um projeto político mais amplo, voltado à promoção de migrações internas controladas, acabaram coincidindo com fluxos demográficos mais ou menos espontâneos, em um momento em que o Sudeste se consolidava como a região industrial mais poderosa do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, G. "Roberto Simonsen: um intelectual orgânico dos industriais paulistas". *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e da 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, 2017.
- CARONE, E. "Roberto C. Simonsen e sua obra". *RAE: Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, 1971, pp. 23-8.
- CAVALIERI, M. A. R.; CURADO, M. L. "As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: controle social, institucionalismo e planejamento". *Estudos Econômicos*, v. 46, n. 2, abr.-jun./2016.
- CURI, L. F. B.; LIMA, D. B. M. "Roberto Simonsen and the Brazil-U. S. Trade Agreement of 1935: economic ideas and political action". *Nova Economia*, v. 25, n. 3, 2015.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- IBER, P. *Neither peace nor freedom: the cultural Cold War in Latin America*. Cambridge, Harvard University Press, 2015.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Livros na América Latina*. Nova York, 31/jan./1962. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Um resumo da Fundación Interamericana de Bibliotecologia Franklin: para o possível estabelecimento de uma filial brasileira*. Nova York, 31/jan./1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *A Resume – preliminary to the establishment of a Franklin Book Program in Brazil*. Nova York, 12 nov. 1964. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. *Relatório anual*. Nova York, 1966. Original arquivado na Biblioteca de Manuscritos Mudd, Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos.
- FRANKLIN BOOK PROGRAMS. "Books published in portuguese", in *Franklin Book Programs Collection*. Library of Congress, s/d.
- GILMAN, N. *Mandarins of the future: modernization theory in Cold War America*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2003.
- GONÇALVES, M. S. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do Ipês*. Dissertação de mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- LAUGESSEN, A. *Taking books to the world: american publishers and the cultural Cold War*. Amherst, University of Massachusetts Press, 2017.
- LEÃO, I. Z. C. C.; PINTO, T. L. de Q. R.; SILVA, N. G. "Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro". *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 1 (53). Campinas, abr./2015, pp. 177-99.
- LOSURDO, D. "Crítica ao conceito de totalitarismo". *Crítica Marxista*, n. 17. São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, L. de. *Guerra Fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá, Eduem, 2015.
- OLIVEIRA, L. de. "Franklin Book Programs: Guerra Fria e imperialismo cultural norte-americano". *Transatlantic Cultures*, 2022. Disponível em: <https://transatlantic-cultures.org/en/catalog/franklin-book-programs-guerra-fria-e-imperialismo-cultural-norte-americano>. Acesso em: 15/10/2023.

- OLIVEIRA, L. de. "O Franklin Book Programs e a Guerra Fria cultural na América Latina (1961-1973)", in M. A. M. L. Pereira; É. F. Pimenta (orgs.). *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís, EDUFMA, 2023.
- PARMAR, I. *Foundations of the American Century: the Ford, Carnegie, and Rockefeller foundations in the rise of american power*. New York, Columbia University Press, 2012.
- ROBBINS, L. S. "Publishing american values: the Franklin Book Programs as Cold War cultural diplomacy". *Library Trends*, v. 55, n. 3. Winter, 2007, pp. 638-50.
- SAUNDERS, F. S. *Who paid the piper: the CIA and the cultural Cold War*. Londres, Granta Books, 1999.
- SAUNDERS, F. S. *The cultural Cold War*. Londres, The New Press/ New York London, 2013.
- TRAVIS, T. "Books in the Cold War: beyond 'culture' and 'information'". *The Oxford Handbook of Propaganda Studies*, ago./2013, pp. 1-23.



Marcos Santos/USP Imagens

**Sociabilidades literárias paulistas e as
edições de poesia da Livraria Duas Cidades
(1970-1980)**

Hugo Quinta

resumo

Radicada no centro da cidade de São Paulo entre 1954 e 2006, a Livraria Duas Cidades foi uma editora e livraria religiosa até 1972. Ao abandonar sua gênese católica, a casa modificou o projeto editorial e publicou Antonio Candido e seus orientandos. Mas não foram apenas as pesquisas universitárias que fizeram parte do catálogo da editora na nova fase, quando também promoveu as sociabilidades literárias paulistas e lançou obras poéticas nas décadas de 1970 e 1980. Numa época em que a poesia desafiava experientes editores, a casa dirigida pelo Professor Santa Cruz inovou na materialidade dos títulos publicados, irradiou a poesia brasileira contemporânea e ainda fomentou relacionamentos e eventos culturais. É partindo desse contexto que este artigo trata dos livros de poesia e das redes de sociabilidade literária irradiadas por essa cinquentenária editora paulistana.

Palavras-chave: Livraria Duas Cidades; edição de poesia; sociabilidades literárias paulistas; produção editorial; história do livro no Brasil.

abstract

Based in São Paulo downtown between 1954 and 2006, Livraria Duas Cidades was a religious publisher and bookstore until 1972. By undoing its Catholic genesis, the house modified the editorial project and published Antonio Candido and his mentees. In the new phase, it was not only university research that was part of the publisher's catalog, but also São Paulo literary sociabilities and poetic works in the 1970s and 1980s. At a time when poetry challenged experienced editors, the house which was directed by Professor Santa Cruz innovated in the materiality of the published titles, radiated Brazilian contemporary poetry, fostered relationships and cultural events. Based on this context, this article examines poetry books and the literary sociability's network brought to the public by this fiftieth publishing house.

Keywords: Livraria Duas Cidades; poetry editing; São Paulo literary sociabilities; editorial production; Brazilian book history.

A

s profundas raízes da Livraria Duas Cidades percorrem a obra de Santo Agostinho. Em *A cidade de Deus* (1483), o pensador medieval considerou a existência dos mundos terreno e espiritual. Sua tese defendia a comunhão dos homens na Terra como a única via de conciliação dos planos divino e secular. E foi sob esse horizonte que nasceu a livraria e editora da Ordem dos Dominicanos. Mas a fundação e a trajetória desse empreendimento cultural ocorreram por iniciativa de um homem: José Petronilo de Santa Cruz é seu registro civil, Frei Benevenuto foi o nome escolhido após seu ingresso na vida religiosa e Professor Santa Cruz foi a alcunha adotada por amigos, autores e clientes assim que ele aposentou a batina.

Se não fosse esse personagem, não haveria Livraria Duas Cidades.

Por ser grande admirador da obra de Santo Agostinho, o frade definiu o projeto livreiro e editorial considerando as interseções das ideias terrenas e espirituais. Essa é a aura da casa inaugurada por Frei Benevenuto em dezembro de 1954. Situada no centro da cidade de São Paulo, a empresa atendeu a uma clientela majoritariamente católica até 1972 (Marchetti & Quinta, 2023). Foi nesse ano que o religioso se desvinculou da Ordem, iniciou as negociações para adquirir as cotas dos dominicanos, redefiniu o projeto do estabelecimento e ficou conhecido como

HUGO QUINTA é pós-doutorando em Editoração na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, bolsista Fapesp e autor de *A trajetória de um libertário: Pietro Gori na América do Sul (1898-1902)* (EdUnila).

Professor Santa Cruz. Ainda que a travessia tenha sido marcada por episódios ultrajantes – como o assassinato de Carlos Marighella (Quinta, 2021, pp. 317-57) e a longa peleja entre o livreiro-editor e os superiores da Ordem (Quinta, 2021, pp. 361-86) –, a casa jamais renunciou ao paradigma civilizacional incutido na obra do filósofo medieval. Pelo contrário, os livros publicados pela editora e os títulos importados pela livraria continuaram a formar gerações de intelectuais brasileiros.

Se antes editavam padres, filósofos e teólogos progressistas da Igreja Católica, a partir de 1972 lançaram os trabalhos de Antonio Candido e de seus orientandos. Mas não foram apenas os títulos de teoria e de crítica literária que fizeram parte da nova fase, as edições de poesia também figuraram no catálogo da casa. Ao lançar oito títulos na década de 1970, 11 na década de 1980 e três nos anos 1990, a poesia se tornou a maior área temática do selo Livraria Duas Cidades.

É verdade que não se trata de quantias expressivas. O foco residia na qualidade autoral, editorial e gráfica das obras. Foi por esse motivo que a casa publicou poetas consagrados, como Murilo Mendes e Henriqueta Lisboa. Também lançou a vanguarda concretista representada por Décio Pignatari e os irmãos Augusto e Haroldo de Campos. E divulgou a poesia de escritores desconhecidos do grande público, como José Geraldo Nogueira Moutinho, Adelaide Petters Lessa e Dora Ferreira da Silva. Os livros desses autores saíram entre os anos 1970 e 1980, justamente numa época em que publicar poesia era desafiador para grandes, médias e pequenas editoras brasileiras. Na

contramão de muitas das obras poéticas lançadas nesse contexto, a casa dirigida pelo Professor Santa Cruz aperfeiçoou os aspectos editoriais e gráficos dos títulos publicados e posteriormente forjou um virtuoso canal de difusão da poesia brasileira contemporânea ao lançar a premiada Coleção Claro Enigma, projeto idealizado por Augusto Massi.

Vistos e analisados em conjunto, os livros anteriormente mencionados faziam parte do mercado editorial de literatura brasileira da segunda metade do século passado. Para situar as edições da Livraria Duas Cidades nessa conjuntura histórica, cabe explorar os seguintes dados levantados por Laurence Hallewell (2012, pp. 798-800). O livro literário nacional atingiu uma tiragem média de aproximadamente 3 mil exemplares por título em finais dos anos 1950, chegando ao patamar de 5 mil exemplares por livro passados dez anos. O aumento decorreu do crescimento econômico desse período, cujo desenvolvimento provocou a impressão de tiragens ainda maiores para os outros gêneros temáticos. Ainda assim, houve contínua publicação de obras literárias, ao ponto de, em 1980, alcançar uma tiragem média de 85 mil exemplares e 3.968 livros publicados nessa área – o dobro da quantidade de títulos lançados em 1969.

As obras de autores brasileiros foram as grandes responsáveis por esse crescimento. Em 1986, publicaram 4.703 títulos e depois lançaram 6.127 em 1990, quando a Editora Brasiliense inaugurou a coleção de ficção nacional nomeada de Espaço Brasileiro. A despeito desse cenário auspicioso, Hallewell adverte que as dificuldades para editar livros ficcionais

e literatura em geral nem sequer se aproximam dos obstáculos de editores especializados em poesia moderna no Brasil.

Na década de 1950 (Simon, 1999), os poetas concretos se lançaram no cenário cultural paulistano como uma corrente de vanguarda que rompia com o passado recente e dialogava com o Modernismo liderado por Oswald de Andrade. A elaboração dessa via poética acompanhou o crescimento técnico, artístico e científico em voga no meio do século XX (Arruda, 2015). Liderada, em São Paulo, por Décio Pignatari e os irmãos Augusto e Haroldo de Campos, a tríade manifestou outras linguagens estéticas na apresentação dos versos, por vezes se aproximando da linguagem publicitária. Mas o alcance da poesia concreta ficou circunscrito aos eventos culturais frequentados pelas elites paulistanas e ao ambiente universitário da capital.

Com a ampliação do acesso à cultura e à educação durante os anos 1960, expandiu-se o mercado de bens culturais no Brasil (Ridenti, 2014, p. 25). Nesse contexto, a indústria do livro atendia um público continuamente diversificado, e a poesia brasileira publicada pelas grandes editoras dessa década acompanhou esse movimento ao divulgar as obras vinculadas à temática social inaugurada com a corrente modernista de Mário de Andrade. Publicaram poetas renomados, como Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Cecília Meirelles, Vinícius de Moraes, João Cabral de Mello Neto, entre outros que possuíam um público leitor cativo. Mas o Golpe de 1964, a tensão política nacional e a ebulição sociocultural foram um terreno fértil para o surgimento da “poesia marginal” (Simon, 1999, p. 33)

na década de 1970. Os “marginais” inovaram na expressividade jocosa e na forma de divulgação dos poemas.

Seus versos eram impressos e financiados pelos próprios autores, dentre os quais destacamos Ana Cristina César, Paulo Leminski e Waly Salomão. Com o passar dos anos, suas obras foram publicadas pelas editoras artesanais, a exemplo da Noa Noa – do poeta, editor e tipógrafo Cleber Teixeira (1838-2018) – e da Tipografia do Fundo de Ouro Preto (Mello, 2018) – do editor, poeta e artista gráfico Guilherme Mansur (1958-). Tanto os selos artesanais quanto a Livraria Duas Cidades editaram poetas que não se encaixavam em uma única linhagem literária (Salgueiro, 2018, pp. 17-8). Professor Santa Cruz (Quinta, 2021, pp. 562-85) e outros editores residentes em São Paulo não apenas foram entusiastas da edição de poesia, como também foram responsáveis por divulgar esse gênero literário em diferentes materialidades e projetos editoriais.

Dentre eles, destaca-se a figura de Massao Ohno (1936-2010). Por ter se notabilizado como editor e artista gráfico que trabalhou de maneira habilidosa no emprego da impressão tipográfica (Da Silva, 2019), suas edições de poesia – publicadas desde os anos 1960 até seu falecimento – foram reconhecidas no mundo do livro brasileiro. Ao final da década de 1970, Roswitha Hellbrugge (1928-1989) interrompeu seu trabalho com Massao Ohno para fundar a Roswitha Kempf Editora, selo que publicou obras clássicas do grego antigo e livros de poetas pouco conhecidos. Esses exemplos corroboram o crescimento das publicações literárias nos anos 1980 (Simon, 1999, pp.

34-5), mas apenas os poetas consagrados tiveram espaço nas grandes editoras, como a Nova Fronteira¹.

Enquanto os concretos e os “marginais” eram respaldados por Massao Ohno, Guilherme Mansur, Cléber Teixeira e Roswitha Hellbrugge, os poetas que estabeleciam pontes entre as vanguardas e a tradição literária estavam dispersos em editoras artesanais (Creni, 2013) ou em selos como a Brasiliense e a Livraria Duas Cidades.

OS PRIMEIROS LIVROS DE POESIA DA DUAS CIDADES

Mesmo ciente da dificuldade de venda desse gênero literário, o então Frei Bene-

1 Hallewell (2012) pondera que nem mesmo as obras de autores consagrados, como João Cabral de Mello Neto e Murilo Mendes, estavam livres dos obstáculos encarados pelos poetas menos conhecidos. Eles geralmente obtinham notoriedade editorial depois de falecerem, como ocorreu com Carlos Drummond de Andrade, que teve sua obra disputada pela José Olympio, Companhia das Letras e Nova Fronteira. Dentre esses selos, o último teve forte presença na poesia. A Nova Fronteira comprou os direitos da obra completa de João Cabral e de Murilo Mendes (ambos amigos do Professor Santa Cruz). Ao final dos anos 1980, essa editora não apenas lançou a Coleção Poesia de Todos os Tempos, dedicada a divulgar poetas tradicionais do Brasil e de outros países, como também foi contatada pela Livraria Duas Cidades. Em 10 de junho de 1988, Professor Santa Cruz enviou uma carta para a Nova Fronteira mencionando seu interesse em publicar as traduções dos poetas catalães feitas por João Cabral. O livreiro-editor questionou sobre quais seriam as condições para sua editora publicar coleções com “[...] características de uma publicação de arte, com fotos e reproduções fac-símile e de tiragem limitada”. No dia 29 de junho de 1988 foi enviada a resposta escrita por Sebastião Lacerda (filho de Carlos Lacerda e então diretor vice-presidente da Nova Fronteira), que agradeceu a visita feita pela pessoa (Augusto Massi) responsável pelas coleções da Duas Cidades, mas argumentou que não autorizaria a inclusão de João Cabral e Murilo Mendes nas coleções pretendidas, argumentando que a sua editora publicaria essas obras.

venuto lançou, no ano de 1970, seus primeiros livros de poesia nacional. Um deles foi *Amoressência* (1970), da psicóloga Adelaide Petters Lessa, com tiragem de 1.033 exemplares; o outro foi *Exercitia* (1970), de José Geraldo Nogueira Moutinho, com 1.057 exemplares impressos; e o terceiro foi *Convergência*, de Murilo Mendes, com a expressiva impressão de 16.616 exemplares. Com exceção dessa obra, a baixa tiragem dos outros títulos sinaliza o pequeno alcance desses livros até mesmo entre os leitores devotos da poesia.

Nogueira Moutinho foi crítico literário, jornalista, poeta e amigo de Frei Benevenuto. A partir dos documentos abrigados no arquivo da Livraria Duas Cidades (Quinta & Silva, 2020), em particular dos relativos à publicação de *Exercitia*, é possível avaliar a relação entre autor e editor e o processo de construção do livro. Apesar da dificuldade de compreender o que motivou o editor a publicar a obra do autor, supõe-se que a longa relação de amizade (Quinta, 2021, p. 489) foi determinante na decisão de lançar o livro. Ao consultar os documentos situados na pasta do autor, encontra-se os vestígios de produção e de financiamento da obra, os comentários elogiosos de outros poetas, o projeto de capa e contracapa (ver Imagem 1) criado por José Armando Ferrara² e os impasses para a venda do livro.

2 Paulistano nascido em 1938, Ferrara iniciou sua formação, em 1955, no curso de Artes Gráficas do Senai e a partir de 1961 foi aluno da Escola de Arte Dramática da USP. Essas experiências lhe possibilitaram ganhar alguns prêmios nas artes plásticas, atuar como designer gráfico e cenógrafo, a exemplo do cargo que exerceu como diretor de cenografia da TV Cultura e produtor da decoração de diversas peças teatrais encenadas na PUC-SP.

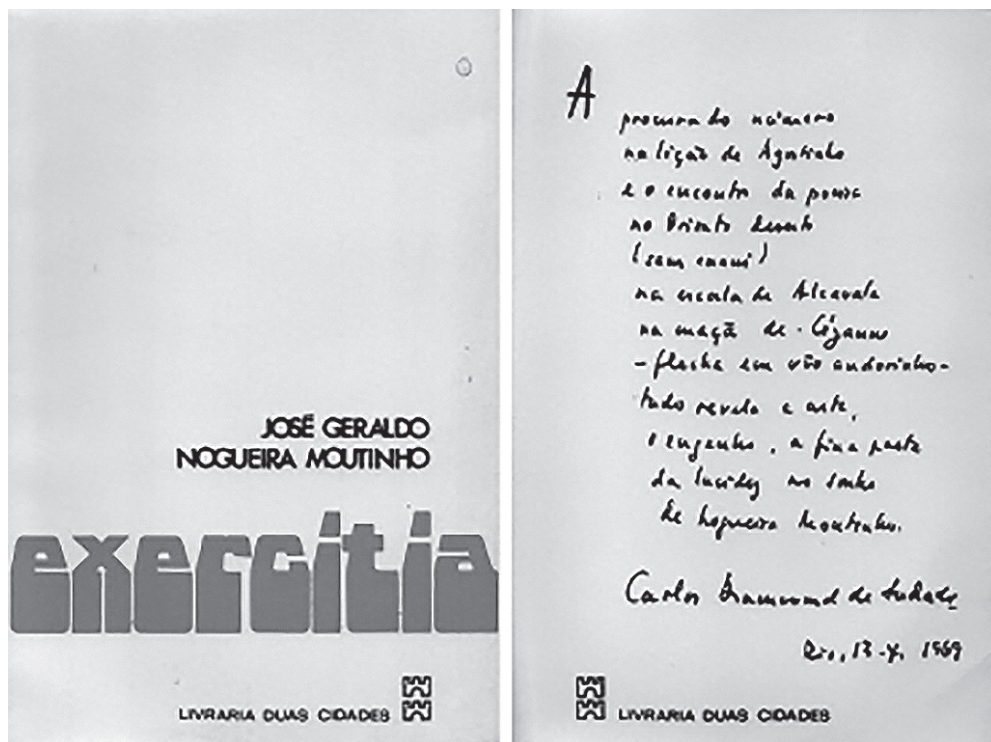


Imagem 1. Capa e contracapa de *Exercitia* (1970), de José Geraldo Nogueira Moutinho. O projeto de capa é assinado por José Armando Ferrara (ver nota 2) e o projeto gráfico apresenta as seguintes características: brochura, formato 14 x 21, folha de rosto com caracteres na cor preta, constando o nome do autor e o título do livro no cabeço, enquanto no pé constam o nome da editora, a cidade de São Paulo e o ano de 1970. A composição e impressão da obra foram realizadas pela Editora Pensamento S/A

No contrato de publicação de *Exercitia* estão previstas as condições de edição do livro. Firmado em 6 de outubro de 1970, o artigo terceiro descreve os compromissos da casa e de Nogueira Moutinho. Enquanto a editora se encarregava de realizar todas as etapas de editoração e de divulgação do livro, o parágrafo primeiro desse artigo esclarecia que “as despesas decorrentes da composição, paginação, impressão, execução da capa e encadernação da obra serão debitadas ao autor”, e no parágrafo seguinte ressaltam que os demais encargos seriam custeados pela editora. Como nos outros contratos da casa, os direitos autorais eram 10% do preço de capa, a editora

destinaria 50 exemplares para divulgação e propaganda da obra, o autor ficaria com 200 exemplares da tiragem impressa e o restante seria vendido por Cr\$ 10,00 no ano do lançamento.

Um fato curioso foi a carta redigida pela poetisa mineira Henriqueta Lisboa (1901-1985) e endereçada a Nogueira Moutinho em 23 de outubro daquele ano. Ela acusou o recebimento do livro com alegria, comentou que leu e releu os poemas do autor, ressaltando que a obra transmitia rigor, nobreza e serenidade, transitando entre a utilização de termos arcaicos e técnicas modernas de criação. Henriqueta parabenizou o autor pela obra, “[...] até

mesmo pela excelente apresentação gráfica, a recomendar a editora”. Este comentário elogioso sobre o trabalho gráfico realizado pela Livraria Duas Cidades talvez tenha sido a razão de ela ter publicado o primeiro tomo de sua poesia completa pela casa. Lançada no ano de seu falecimento (1985), *Obras completas I – Poesia geral (1929-1983)* teve a capa produzida por Luis Díaz e tiragem de 2 mil exemplares impressos.

Ainda sobre o livro de Nogueira Moutinho, outro ilustre poeta a elogiar a obra foi Carlos Drummond de Andrade. Uma de suas cartas foi publicada na contracapa de *Exercitia* e a outra, também escrita à mão, foi redigida no Rio de Janeiro e enviada ao autor em 7 de dezembro de 1970. Nessa epístola, o remetente afirma que o livro era poesia adulta, rigorosa, importante e coerente com os descaminhos daquela época. Drummond agradeceu o oferecimento do livro e deixou um abraço de admiração ao destinatário.

As missivas do poeta e da poetisa, ou até mesmo a crítica da obra escrita por Ernildo Stein no *Caderno do Povo*, em 11 de março de 1972, deixam a impressão de que os comentários transcendiam uma análise imparcial do livro de poesia escrito por Nogueira Moutinho. Em certa medida, elas demonstram a amizade e os afetos que o crítico literário tinha com o Professor Santa Cruz, Drummond, Henriqueta e até mesmo com o filósofo, tradutor e docente universitário, tendo em vista que Moutinho publicou, na *Folha de S. Paulo*, as críticas dos livros de Heidegger, todos traduzidos por Ernildo e lançados pela Livraria Duas Cidades. Mas nem os laços de amizade (Sorá, 2010, pp. 213-65) foram capazes de garantir boas vendas da

obra. As irrisórias taxas de comercialização do livro estão descritas nos relatórios abrigados no arquivo da editora: foram vendidos 82 exemplares de *Exercitia* até 1972, e em dezembro de 1981 ainda havia 530 exemplares em estoque.

Se é verdade que o livro de Nogueira Moutinho resultou em baixa tiragem e poucas vendas, a obra de Murilo Mendes (1901-1975) fugiu ao padrão das edições de poesia da casa por apresentar diversas particularidades. Uma delas foi a amizade de Murilo com Frei Benevenuto. Nas três pastas do poeta mineiro, todas abrigadas no arquivo da casa, constam as correspondências e as fotografias trocadas entre o autor e o livreiro-editor³. Ainda que este artigo não seja o espaço adequado para explorar todas as cartas do arquivo, vale destacar que os temas abordados nelas são vestígios da amizade e da rede de sociabilidade que havia entre eles. Mas cabe examinar as que estabelecem uma correspondência entre autor e editor no decorrer do processo de construção do livro.

Foi em 18 de agosto de 1966 que Murilo Mendes respondeu uma carta do religioso por meio de uma epístola redigida à mão diretamente de Lisboa. O poeta disse que seria um prazer ter seu livro editado pela Livraria Duas Cidades e descreveu como ele pensava as características materiais da obra: “[...] inútil

3 Ao analisar o conjunto de missivas trocadas entre 1949 e 1975, é possível identificar que elas discorrem sobre Minas Gerais; discos de música clássica; revistas cristãs progressistas; poeta Jorge de Lima; auxílio a frei Benevenuto durante sua moradia na França; reacionarismo de altas figuras do clero; poeta Marcos Konder Reis; livros religiosos; Carlos Pinto Alves; Antonio Candido; e a relevância de o padre manter a amizade com o crítico de arte Paulo Mendes de Almeida.

dizer-lhe que gostaria de apresentação simples do ‘Contacto’, graficamente falando: nada de enfeites, nada de desenho, nada de perfil do autor e bico de pena. Claro que gostarei de um aspecto moderno do livro, isto é, tipos modernos, linhas claras, retas etc.”, acrescentando que confiava no gosto de Frei Benevenuto. E prosseguiu afirmando que seria importante ele receber as provas do livro para poder corrigi-las antes da impressão.

O poeta enviou outra epístola a Frei Benevenuto em 8 de outubro de 1966, por meio da qual respondia às dúvidas apresentadas pelo editor e dava orientações gerais sobre o livro a ser produzido. O título da obra seria *Contacto*, e no frontispício deveria constar as palavras “contacto” e “exercício” em caixa-alta, as quais representavam cada uma das duas partes em que o autor dividiu o livro. A primeira com poemas acompanhados de títulos e ano de criação, os quais deveriam estar dispostos na obra seguindo a ordem cronológica; e a segunda eram poemas sem títulos, mas que deveriam estar disponibilizados cronologicamente e separados por linha. Tanto a primeira parte (contacto) quanto a segunda (exercício) deveriam estar inscritas em folhas separadas. Entre elas deveria constar uma folha em branco e no fim da segunda parte deveria ter outra folha em branco somente com a palavra “índice”, e nas páginas subsequentes estariam o sumário listando os poemas da parte “contacto”, os poemas do entreato chamado “Murilogramas” e os poemas de “exercício”. Ao final, o poeta ressaltou que havia trechos e palavras experimentais que seriam revisadas pelos irmãos Cam-

pos. E deixou dois *post-scriptum* com as seguintes recomendações:

“Como disse antes: aspecto gráfico severo, nada de ilustrações, nada de desenho ou foto de autor. Caso possível, o dorso do livro em branco, sem anúncios. Talvez Fernando Lemos pudesse fazer a capa. No máximo, uma vinheta geométrica. Tenho horror ao informal”.

Murilo Mendes enviou outra carta ao livreiro-editor em 16 de novembro de 1966. Nesta, o poeta escreveu que Haroldo de Campos faria revisão de “exercício” (segunda parte) antes de encaminhá-la para a editora. Também ponderou outras alterações que seriam feitas no manuscrito e ao final disse que a alusão ao escultor italiano Ettore Colla e ao poeta lusitano Cesário Verde não vinha com notas sobre a trajetória desses personagens, pois ele julgava que o livro era destinado a um público culto. Mas ele poderia fazer breves notas se o editor julgasse necessário.

Já em 22 de novembro daquele ano, o poeta enviou outra carta ao religioso. De imediato, ele relatou que Haroldo de Campos lhe escreveu dizendo que ficou contente de ter conhecido o frade e que pretendia cultivar a amizade. Ato contínuo, Murilo ressaltou que as pontuações do original, como o uso de bolinha ou asterisco entre algumas estrofes, deveriam estar presentes na obra impressa. Em suas palavras, “[...] preferiria que o livro não fosse publicado, caso não se pudesse fazer o que peço, mas penso que se pode”. Depois teceu mais algumas considerações sobre o livro, a exemplo da homenagem que queria fazer à filha do poeta português Miguel Torga.

Em 30 de dezembro de 1966, o poeta enviou uma carta ao livreiro-editor indicando uma relevante mudança na obra. Na primeira página, o remetente informou o destinatário da alteração do título do livro para *Convergência*, alegando que tinha outra obra publicada no Brasil com o nome anteriormente previsto. Na página seguinte, Murilo ressaltou que no frontispício do livro deveria constar o período de composição dos textos sob a justificativa de que em boa parte das obras poéticas consta a data de criação dos poemas. Logo em seguida afirmou que procedeu a uma pequena alteração no Murilograma para Manuel Bandeira, e encerrou a carta retomando temas expostos nas outras correspondências sobre o livro.

Após a passagem de ano, Murilo Mendes enviou duas cartas a Frei Benevenuto. Uma no mês de janeiro e outra em fevereiro, sendo que ambas seguiram as sugestões elencadas pelo poeta nas cartas anteriores, com exceção de duas propostas. Em uma delas, Murilo pediu para o editor publicar o livro aberto (o que não ocorreu) e a outra era para a editora não imprimir o livro antes de sua revisão final, alegando a necessidade de incluir uma errata entre a última página e a contracapa da obra.

Daí em diante houve poucas correspondências entre o poeta e o livreiro-editor. Apenas em novembro e dezembro de 1970 foram enviadas três cartas de Murilo Mendes à Livraria Duas Cidades, que também recebeu outras sete missivas do autor em 1971. Todas as solicitações feitas nas epístolas de 1970 foram atendidas pela editora: o livro foi publicado; a errata foi incluída em todos os exemplares impressos; no

frontispício constou o período de produção dos poemas (1963-1966); Haroldo de Campos reviu as provas finais; e a casa atendeu ao pedido de nomear a segunda parte do livro de “estudos”, “linhas” ou “sintaxe” (esta foi a escolhida), tendo em vista que a editora havia publicado *Exercitia*. Outros pedidos do autor também foram atendidos: a editora enviou três exemplares por via aérea, os quais seriam entregues para o cineasta Ruggero Jacobbi, para a historiadora Luciana Stegagno e para o crítico literário José Guilherme Merquior. E nas linhas finais dessas cartas, Murilo agradeceu o exímio trabalho da casa na publicação de *Convergência*, realçando que o livro saiu perfeitamente a seu gosto, desde a capa (ver Imagem 2) elaborada por José Armando Ferrara até a composição do livro, realizada e coordenada pela editora.

Apesar da riqueza epistolar presente na pasta de *Convergência* abrigada no arquivo da editora, infelizmente não constam as fichas demonstrativas de vendas da obra, cuja tiragem foi de 16.616 exemplares. O período de venda desse montante poderia indicar quanto tempo levou para esgotar o título de um poeta renomado. Mas o conjunto das epístolas nos permite traçar nas relações entre autor e editor, nos impasses e intermediações que decorrem da construção e publicação de um livro escrito por um autor já consagrado, e que impunha uma série de exigências para publicar a obra sem ser questionado pela editora. Essas correspondências também nos permitem averiguar o grau de proximidade entre o então religioso e o poeta, e a rede de sociabilidade formada por esse relacionamento. Foi a partir delas que tomei conhecimento da amizade entre



Imagem 2. *Convergência* (1970), de Murilo Mendes. O projeto de capa também é assinado por José Armando Ferrara e o projeto gráfico apresenta as seguintes características: brochura, formato 14 x 21, folha de rosto com caracteres na cor preta, constando o nome do autor no cabeço, o título e as partes do livro, com as respectivas datas de produção dos poemas, no centro da página, e no pé há o nome, o logo da editora e o ano de 1970. A impressão da obra foi realizada pela Símbolo S.A. Indústrias Gráficas

o livreiro-editor e Haroldo de Campos, por intermédio de Murilo Mendes, permitindo a posterior divulgação da vanguarda concretista pela casa do Professor Santa Cruz.

Antes de discorrer sobre os livros de Décio Pignatari e dos irmãos Campos, cabe mencionar duas obras poéticas lançadas pela Livraria Duas Cidades em 1973. Uma delas foi *Uma via de ver as coisas*, escrita por Dora Ferreira da Silva, com tiragem de 1.090 exemplares e capa de José Márcio Brandão e Edmar José de Almeida. E a outra foi *Helianto*, livro da poetisa Orides

Fontela (1940-1998)⁴, com tiragem de 1.023 exemplares e capa de Rosa Maria Delorenzo.

Essas publicações sinalizam que o Professor Santa Cruz deu guarida a projetos de vanguarda no cenário intelectual e cultural da metrópole brasileira, abrindo sua casa para novas correntes literárias. Enquanto os livros de autores conhecidos geralmente são publicados pelas grandes editoras, os pequenos e médios selos editoriais, como a Livraria Duas Cidades, usualmente são responsáveis por divulgarem distintas expressões culturais.

Foi por esse motivo que a cepa paulistana da poesia concreta encontrou abrigo na editora. Primeiro publicaram 3 mil exemplares de *Teoria da poesia concreta* (1975), de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos. Depois lançaram *Poesia pois é poesia* (1977), de Décio Pignatari, com tiragem de 2.030 exemplares, e passados dois anos publicaram *Viva vaia – poesia 1949-1979* (ver Imagem 3), escrito por Augusto de Campos e com 1.934 exemplares impressos.

Enquanto a capa do primeiro livro foi criada, em 1965 (ano da primeira edição do livro), por Décio Pignatari, com arte-final de Roberto Esteves Lopes, o segundo e o terceiro (atualmente publicados pela Ateliê Editorial) tiveram suas capas respectivamente elaboradas por Julio Plaza e Augusto de Campos. As baixas tiragens dessas obras sinalizam um público leitor restrito e ao mesmo tempo interessado pela

4 Algumas das entrevistas que colhi durante o doutorado descrevem episódios (Quinta, 2021, pp. 555, 581-2) que indicam a proximidade de Orides Fontela com a Livraria Duas Cidades, onde ela teve dois livros publicados – *Helianto* e *Trevo*.

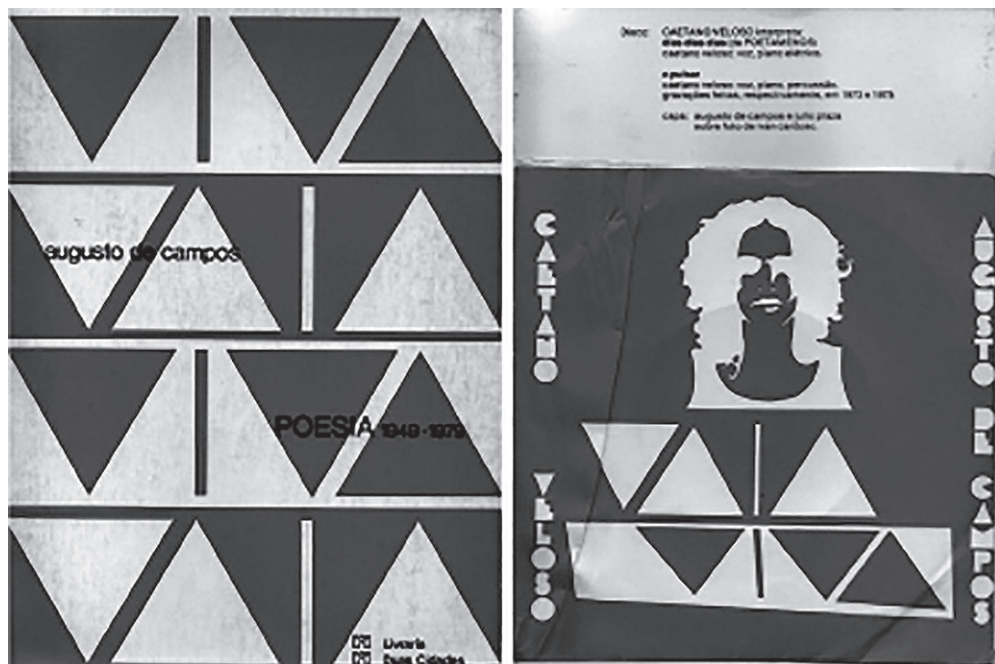


Imagem 3. Capa e verso da contracapa de *Viva vaia - poesia 1949-1979* (1979), de Augusto de Campos, que também criou a capa. Já o original projeto gráfico é assinado por Julio Plaza, responsável por inovar na arte desenvolvida para o miolo do livro ao utilizar fitas, diferentes famílias e tamanhos de tipos, distintos modelos e gramaturas de papel, letras de diversas cores, imagens e ilustrações, como a fotografia de Ivan Cardoso que reveste o encarte criado para o disco de vinil de Caetano Veloso. Trata-se de uma brochura no formato 19 x 25, com a folha de rosto em cor preta na frente e branco no verso, constando o título e o nome do autor alinhados à direita, no centro da página, enquanto no pé constam o nome e o logo da editora. A impressão da obra foi realizada pela Planimpress Gráfica e Editora

forma, imagem e iconoclastia dos concretistas, características fundantes dessa corrente literária que provocou a literatura, as artes gráficas e a materialidade dos livros publicados pela Livraria Duas Cidades. A poesia concreta reconfigurou a disposição da poesia na página e no formato dos tipos utilizados, além de ter incluído tiras e imagens coladas nas páginas, ou até mesmo um vinil de Caetano Veloso a cantar as poesias de Augusto de Campos em *Viva vaia*.

Essas inovações foram possíveis por dois motivos. Primeiro, em razão de o projeto editorial do selo abarcar a poesia

moderna e a vanguarda literária concretista. Segundo, em virtude de o editor ter aberto as portas de seu empreendimento para que amigos e autores desenvolvessem seus projetos editoriais. Foi assim que Augusto Massi entrou na história da Livraria Duas Cidades.

COLEÇÃO CLARO ENIGMA E ARTES E OFÍCIOS DA POESIA

Poeta, jornalista, editor e atualmente professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, o idealizador da

Coleção Claro Enigma nasceu em 1959. Na adolescência, Augusto Massi estudou em colégios progressistas frequentados pela classe média paulistana, e no início da juventude ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Como estudava no centro da cidade de São Paulo e apreciava o mundo dos livros, ele conheceu as principais livrarias dessa região. Foi nesse contexto que ele se relacionou com a Livraria Duas Cidades e o Professor Santa Cruz. Massi (2012, pp. 35-7) passou a frequentar esse espaço a partir dos anos 1970 como leitor e cliente, depois firmou-se como um parceiro e amigo do estabelecimento (Quinta, 2021, pp. 586-94), no mesmo período em que desistiu do bacharelado em Direito para cursar Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após a conclusão do curso, ele ingressou no mestrado em Letras da USP, em 1984 e iniciou seu trabalho como editor da seção Livros, da *Folha de S. Paulo*, e ao final desse ano recebeu o Prêmio Jabuti na categoria “melhor noticiário literário”. Passados dois anos, ele tornou-se correspondente do jornal na Espanha e na França, período em que estudou literatura espanhola e conheceu editoras e tipografias europeias.

Ao retornar ao Brasil, Augusto teve uma experiência de seis meses como editor da Universidade Estadual de Campinas. Apesar da experiência frustrante como editor universitário, ele planejou seu primeiro projeto editorial a partir de 1987, ao esboçar a Claro Enigma. Foi nesse ano que ele preparou a coleção, escolheu os autores e definiu como seria a materialidade dos livros publicados. Pensou sobre quem poderia ser o público leitor

das obras e quais novidades editoriais que a coleção traria, tanto do ponto de vista gráfico quanto dos materiais empregados no conjunto dos 13 títulos e milhares de exemplares impressos. Também refletiu sobre os críticos literários, professores universitários e críticos de arte que escreveriam a orelha dos livros. Selecionou a capista, os desenhistas e as outras pessoas que tornariam possível o lançamento de seu projeto editorial.

Publicada entre dezembro de 1988 e junho de 1990, a Claro Enigma abarcou os livros de 11 poetas e duas poetisas brasileiras. Reunindo 13 títulos, dos quais sete correspondiam à poesia completa de seus autores e seis ao lançamento de poesias inéditas, a coleção reuniu as obras das poetisas Orides Fontela e Maria Lúcia Alvim, e os livros dos poetas José Paulo Paes, Francisco Alvim, Alcides Villaça, Sebastião Uchoa Leite, João Moura Jr., Rubens Rodrigues Torres Filho, Paulo Henriques Britto, Ronaldo Brito, Duda Machado, Age de Carvalho e Alberto Alexandre Martins. O projeto de capa foi assinado por Moema Cavalcanti (*Museu da Imagem e do Som – SP*, 2000, pp. 48-9), enquanto Silvia Massaro elaborou o projeto do miolo e Gisela Creni chefiou a secretaria editorial.

A edição também contou com o apoio dos críticos literários Antonio Candido, Roberto Schwarz e João Luiz Lafetá, além do crítico de arte Rodrigo Naves, do pintor Iberê Camargo, da artista visual Mira Schendel, do escultor Amilcar de Castro, entre outras figuras de peso do meio cultural e intelectual do país. Além disso, ela foi amplamente divulgada nas universidades e nos meios de comunicação



Imagem 4. Frente do folder constando as capas dos oito primeiros livros da Coleção Claro Enigma. Essas capas foram concebidas por Moema Cavalcanti e o projeto gráfico é de Silvia Massaro. Augusto Massi participou das decisões gráficas e artísticas do projeto editorial, a exemplo do acetato de plástico que reveste a capa dos 13 livros da coleção, cuja materialidade é composta com papel nevado. Garamond é a tipografia empregada em todos os livros da coleção e na falsa folha de rosto das obras consta uma ilustração de um artista convidado. Dos 1.500 exemplares para cada título, “25 [...] foram impressos em papel Suzano Classic - com a rubrica F. C. (fora de comércio) - numerados e assinados pelo autor”, os quais dizem respeito às obras especiais da coleção, com capa dura e formato 14 x 23. Diferentes indústrias gráficas imprimiram as obras do programa editorial liderado por Massi

da época, como *Veja*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

Foi nesse contexto que Augusto Massi lançou a *Claro Enigma* e figurou na lista

de seletos editores de poesia em finais do século passado (Hallewell, 2012, pp. 799-800). Para se ter uma ideia da projeção da coleção, cabe aludir ao patrocínio da indústria Metal Leve S/A (do empresário e bibliófilo José Mindlin) e das Indústrias de Papel R. Ramenzoni S/A, além da coedição com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo nos últimos cinco títulos da coleção. E se for considerada toda a construção do projeto editorial – desde a elaboração da ideia, passando pelo planejamento de produção gráfica e editorial, e até mesmo o envolvimento de dezenas de pessoas e empresas no trabalho –, é possível deduzir que Massi almejava ultrapassar a mera publicação de poesia brasileira (ver Imagem 4):

“[...] lançada em dezembro de 1988, [a coleção] pretende criar um espaço literário inteiramente voltado para a poesia brasileira contemporânea. O objetivo é reunir sob o arco de um projeto editorial [...] leitores, críticos, poetas e editores. Esta iniciativa possui duas faces: *intervenção* e *reflexão*. A primeira procura resgatar uma tradição de publicar poesia mantida durante toda a década de 70 pela *Dois Cidades*, que, em edições graficamente ousadas e inovadoras, reuniu boa parte da produção teórica e poética do movimento concreto. A ênfase do projeto atual recai, outra vez, sobre uma concepção gráfica original. O trabalho desenvolvido por Moema Cavalcanti e Silvia Massaro, além de explorar materiais inéditos, como o papel da capa e o *polyester* da sobrecapa, soube privilegiar o branco da página, o espaçamento das letras e, conseqüentemente, a experiência de leitura [...]” (folder *Claro Enigma*, 1989).

Este trecho sinaliza o propósito do editor em oferecer uma nova experiência de leitura por meio das escolhas gráficas, dos materiais empregados na edição dos livros e da seleção dos poetas. Mas nenhum editor age à revelia do contexto político, social, econômico e cultural (Mollier, 2005, p. 14). Todos atuam num determinado campo editorial (Bourdieu, 2018) em que há tensões e disputas condicionando suas escolhas. Para explorar o campo em sua complexidade, é necessário analisar tanto os vínculos objetivos entre autores e editor como todos os elementos que fazem parte da arquitetura do mercado editorial, identificando o peso de cada um dos agentes e seus critérios de avaliação ao atuarem nesse campo. Essa perspectiva de totalidade tem nos desafiado a avaliar as editoras brasileiras que publicavam poesia contemporânea nos anos 1980 e 1990, e em que medida a Claro Enigma foi capaz de mobilizar um conjunto de recursos simbólicos, econômicos, técnicos e políticos que impactaram as edições de poesia no país, sobretudo quando se tem em conta que a coleção foi publicada por uma editora que havia saído de evidência em finais do século passado.

Pela seleção dos autores, pela materialidade das obras e pelo diálogo promovido entre poetas, artistas plásticos e críticos literários reconhecidos em suas respectivas áreas de atuação, o projeto editorial de Augusto Massi também foi um marco no quesito das sociabilidades literárias, as quais foram promovidas em razão das ações que ele colocou em prática. Apesar da dificuldade inicial em vender os 1.500 exemplares impressos por título, a coleção recebeu dois importantes prêmios

literários em 1989. Um deles foi o Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) e o outro foi o Prêmio Jabuti na categoria de produção editorial de obra em coleção, o qual foi novamente conferido à Claro Enigma em 1990. Essas condecorações deram fôlego para Augusto lançar os cinco últimos títulos da coleção e realizar o evento (ver Imagem 5) de encerramento do projeto editorial.

Artes e Ofícios da Poesia sucedeu em maio de 1990. No ano anterior, os paulistanos haviam empossado a primeira prefeita da capital paulista. Então filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), Luiza Erundina nomeou Marilena Chauí como secretária da pasta cultural e deu aval às comemorações do Dia do Trabalhador e a um evento de celebração da poesia. O ciclo fez parte das festividades do Centenário do Primeiro de Maio, recebeu o incentivo da Secretaria Municipal de Cultura e as atividades previstas para o evento transcorreram no Museu de Arte de São Paulo (Masp).

Ali estavam autores da Claro Enigma, como Francisco Alvim, José Paulo Paes, Alcides Villaça e Orides Fontela. Também participaram Adélia Prado, Manoel de Barros e jovens poetas brasileiros. Cleber Teixeira, Massao Ohno, Gastão de Hollanda, Pedro Paulo Sena Madureira e outros representaram os editores de poesia, enquanto a crítica literária se fez presente com Alfredo Bosi, Luiz Costa Lima e Vilma Arêas. O ciclo homenageou os poetas Ana Cristina Cesar, Leminski e Cacaso, e simultaneamente realizou mostras de livros ao divulgar edições raras, revistas e outras publicações literárias. Em recente entrevista concedida ao *Estado de*

Minas, Augusto Massi enfatizou a repercussão cultural do evento:

“A *Claro Enigma* não só vendeu bem como me abriu os olhos para uma produção ignorada que chegava pelo correio, vinda de diferentes cantos do país. Parte do material foi incorporada num grande evento, ‘Artes e Ofícios da Poesia’ [...]. Poetas e editores do Brasil todo [...] ocuparam o Masp durante uma semana intensa, frenética, fanática, manhã, tarde e noite. Poetas que não pude publicar na *Claro Enigma* foram contemplados no evento e, posteriormente, participaram de uma antologia homônima [...]” (Braile, 2021).

Organizada por Massi (1991), a obra *Artes e ofícios da poesia* é um dos registros do ciclo ocorrido em 1990 e uma demonstração explícita da repercussão proporcionada com a publicação da coleção. Logo na orelha do livro, ele menciona que a *Claro Enigma* provou a existência de uma nova poesia e que a antologia pretendia dar continuidade aos debates sucedidos na semana do evento, a fim de promover uma “discussão literária permanente” e uma “ampliação do espaço literário”. Segundo o organizador, aquele livro seria impensável no início dos anos 1980, quando os poetas se queixavam da crítica literária, dos editores, de outros autores e até mesmo dos leitores. Em sua opinião, a realização do ciclo e o lançamento da antologia que reuniu 29 poetas eram dois indicadores da tomada de consciência da poesia contemporânea como arte e ofício, elementos que permitiram levar adiante a crítica literária e a realização poética.



Imagem 5. Cartaz de divulgação do ciclo Artes e Ofícios da Poesia. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Unesp

Ao fim e ao cabo, a *Claro Enigma* parece ter se tornado uma referência para personalidades do meio editorial e cultural. Duas décadas após sua publicação, o poeta Carlito Azevedo afirmou:

“Que uma coleção de poesia pode ter uma intervenção poderosa na literatura de um momento específico ficou mais do que provado com a *Claro Enigma*, editada pelo Augusto Massi, nos anos 80, que ajudou a quebrar muitos preconceitos, vencer muitas dicotomias, fez a discussão avançar. [...] e num projeto gráfico que reunia o artesanal, melhor característica da poesia independente, com um sistema profissional de edição e distribuição, vantagem indiscutível da máquina editorial. A *Claro Enigma* reconfigurou bastante o ambiente” (Werneck, 2011).

Ao reunir 13 poetas de diferentes gerações, a coleção provocou e realinhou o cenário da poesia brasileira, provando que um projeto editorial concebido como intervenção cultural é capaz de promover sociabilidades literárias, de criar novas formas de editar e divulgar poesia, e de

suscitar novos debates em torno da produção poética. Augusto Massi colocou a poesia na ordem do dia e reavivou o catálogo da Livraria Duas Cidades ao realizar um projeto editorial original, graficamente inovador e simultaneamente coerente com as primeiras edições de poesia da casa.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2015.
- BARILE, J. P. B. "Augusto Massi: 'Me sinto herdeiro dessa militância a favor da crônica'". *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17/dez./2021.
- BOURDIEU, P. "Uma revolução conservadora na edição". *Política & Sociedade*, v. 17, n. 39. Florianópolis, mai.-ago./2018, pp. 198-249.
- CRENI, G. *Editores artesanais brasileiros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- GUELF, M. L. F. "Do mimeógrafo ao laser: 20 anos de poesia". *Caravelle*, n. 57, 1991, pp. 67-82.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Edusp, 2012.
- MASSI, A. (org.). *Artes e ofícios da poesia*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1991.
- MASSI, A. "Revisitando duas cidades". *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, v. 68, dez./2012, pp. 23-37.
- MELLO, S. H. de M. *Editando o editor 9: Guilherme Mansur*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2018.
- MOLLIER, J.-Y. "Naissance de la figure de l'éditeur", in B. Legendre; C. Robin (orgs). *Figures de l'éditeur*. Paris, Nouveau Monde, 2005.
- MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. *Ases da capa: 3 décadas de desenho gráfico em capas de livros no Brasil*. São Paulo, Donnelley Cochrane Gráfica Editora do Brasil, 2000.

- OLIVEIRA, S. R. de. "Brazilian arts: the migration of poetry to videos and installations", in S. A. Glaser. *Media inter media. Essays in honor of Claus Cluver*. Amsterdam/New York, Rodopi, 2009, pp. 259-80.
- QUINTA, H.; SILVA, W. C. L. da. "O arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz: o livreiro-editor da Livraria Duas Cidades". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 76, ago./2020, pp. 241-64.
- QUINTA, H. de C. *A trajetória de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades: o livreiro-editor de religiosos, universitários e intelectuais na cidade de São Paulo (1954-2006)*. Tese de doutorado. Assis, Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2021.
- RIDENTI, M. "Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000)", in S. Miceli; H. Pontes (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo, Edusp, 2014, pp. 21-72.
- SALGUEIRO, W. C. F. "Notícias da atual poesia brasileira: dos anos 1980 em diante", in W. C. F. Salgueiro. *Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência*. Vitória, Edufes, 2018, pp. 14-36.
- SILVA, J. A. P. *Massao Ohno, editor*. Cotia, Ateliê Editorial, 2019.
- SIMON, I. M. "Considerações sobre a poesia brasileira em fim de século". *Novos Estudos*, n. 55. São Paulo, nov./1999, pp. 27-36.
- SORÁ, G. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 2010.
- WERNECK, P. "Editar bem poesia é aceitar editar antimercadoria". Entrevistado: Carlito Azevedo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17/set./2011.

Arquivos consultados

Arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da Livraria Duas Cidades.
Arquivo do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista.

textos

O preço da liberdade é a eterna vigilância: os desafios das democracias frente ao crescimento da extrema direita

Carla A. Risso
Marcello C. Rollemberg

S

egundo Rodrigues (1983, p. 14), “pela natureza de seu espírito, o homem não pode lidar com o caos. Seu maior medo é o de defrontar-se com aquilo que não pode controlar, seja por meios técnicos, seja por meios simbólicos”. E é por reconhecer que há algo de intrinsecamente bom e virtuoso na lei e na ordem que, ao longo de toda a história da humanidade, a livre expressão de ideias tem sido submetida a alguma forma de censura para assegurar a conformidade do comportamento de seus

CARLA A. RISSO é professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

MARCELLO C. ROLLEMBERG é jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e editor de cultura do *Jornal da USP*.

membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados.

E a censura pode apresentar-se de várias maneiras – por exemplo, como ferramenta usada por regimes totalitários para impedir a propagação de ideias que questionam a organização do poder, ou até como uma autocensura imposta pelos indivíduos a si próprios. As justificativas para seu uso também são variadas: banir o que é, em um determinado entendimento, indecente ou obsceno; herético ou blasfemo; sedicioso ou traiçoeiro. Assim, as ideias vêm sendo suprimidas sob o pretexto de proteger as três principais instituições sociais: a família, a Igreja e o Estado.

A dicotomia sempre presente entre liberdade de expressão e a manutenção dos valores éticos da sociedade tem sua origem no conceito filosófico de liberdade, que, geralmente, é dado pela negação (Risso, 2020): trata-se da ausência de impedimentos externos capazes de impedir o indivíduo de fazer o que quiser, como diria o filósofo Thomas Hobbes (1588-1679). Isaiah Berlin (2002, p. 178) aponta que, para além dessa definição negativa de liberdade, há uma liberdade positiva:

“The ‘positive’ sense of the word ‘liberty’ derives from the wish on the part of the individual to be his own master. I wish my life and decisions to depend on myself, not on external forces of whatever kind”¹.

1 “O sentido ‘positivo’ da palavra ‘liberdade’ deriva do desejo por parte do indivíduo de ser seu próprio mestre. Desejo que minha vida e minhas decisões dependam de mim mesmo, e não de forças externas de qualquer tipo” (tradução dos autores).

Segundo Berlin (2002, p. 215), a extensão da liberdade de um homem – ou de um povo – precisa ser confrontada com vários outros valores, tais como a igualdade, justiça, felicidade, segurança ou ordem pública. Por essa razão, a liberdade nunca será ilimitada².

Mesmo que não haja liberdade plena de ação, é possível conceber que todo indivíduo ainda possui a liberdade de pensamento, mesmo que não o expresse. Nesse sentido, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005, p. 141) afirma:

“Nós, seres humanos, somos, e não podemos deixar de ser, animais ‘transgressores’ e ‘transcendentes’. Vivemos à frente do presente. Nossas representações podem ser destacadas dos sentidos e correr na frente deles. O mundo em que vivemos está sempre a um passo, ou quilômetro, ou um ano-luz à frente do mundo que vivenciamos. A essa parte do mundo que se estende à frente da experiência vivida damos o nome de ‘ideais’. A missão dos ideais é conduzir-nos a um território ainda inexplorado e não mapeado”.

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 19, afirma que: “To-

2 “The extent of a man’s, or a people’s, liberty to choose to live as he or they desire must be weighed against the claims of many other values, of which equality, or justice, or happiness, or security, or public order are perhaps the most obvious examples. For this reason, it cannot be unlimited.”

do ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Mas esse direito não foi estendido e assegurado a todos de maneira uniforme.

Em terras brasileiras, foi preciso superar uma ditadura (1964-1985), que perseguia, torturava e condenava seus opositores à prisão, à morte ou ao exílio, para se extinguir a censura oficial no Brasil. Na Constituição promulgada em 1988, é garantida a liberdade de expressão em seu artigo 5º, que trata dos direitos fundamentais difundidos por 78 incisos. Seguem-se aqueles que estão mais ligados à liberdade de expressão:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...] VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Para complementar, o artigo 220 garante a liberdade de expressão no que tange à comunicação social:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.
§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

À SOMBRA DA CENSURA

Apesar de a censura clássica ter sido extinta no Brasil com a Constituição de 1988, é possível observar a existência de diversos exemplos que evidenciam que a cultura censória ainda existe no país – mesmo que de forma indireta, disfarçada como processos judiciais, boicote financeiro ou veto a mensagens publicitárias estatais.

Maria Cristina Castilho Costa, da Universidade de São Paulo, no vídeo de apresentação no YouTube do Projeto Prosa sem Censura, salienta que “a vontade de controlar a crítica, de controlar a denúncia, de controlar as ideias alternativas a um determinado regime, a um determinado sistema num país –, continua permanente”. E, para além dos censores oficiais, ainda

são utilizados “outros meios indiretos pelos quais pessoas que ocupam determinados cargos, que tenham autoridade ou que tenham algum tipo de poder buscam definir aquilo que pode ou não chegar ao público” (Universidade de São Paulo, 2019). Assim sendo, os que ocupam o poder fazem uso desses meios como ferramenta de ascensão e permanência desse mesmo poder.

Podemos relatar inúmeros casos. Em sua tese de doutorado *Ecos do silêncio: liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática*, Ivan Paganotti (2015, p. 274) defende:

“No contexto histórico da redemocratização brasileira, cozida no fogo brando de uma transição negociada, a solidez da antiga cultura monolítica de respeito e submissão à autoridade ainda se encontra em derretimento gradual, enquanto novas instituições e demandas mais libertárias procuram encontrar seu espaço e respaldo social para cristalizar-se”.

Essa transição sem ruptura no Brasil permitiu a permanência dos poderes políticos e utilizou a concessão de meios de comunicação como moeda de troca, o que evitou a criação de novos processos de centralização do controle comunicativo. Cabe lembrar que apenas 11 famílias controlam os principais meios de comunicação e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão no país. A censura tem, assim, grande capilaridade no país e pode ser observada em várias ocorrências, provocada por diversos atores sociais e quase sempre mediada pelo Poder Judiciário.

Em agosto de 2008, um ensaio do fotógrafo Bob Wolfenson com Carol Castro

foi publicado na edição de aniversário da edição brasileira da *Playboy*. As fotos realizadas em pontos históricos de Salvador, como o Pelourinho e a escadaria da Igreja do Paço, traziam como personagens Dona Flor, Tieta e Gabriela, as musas de Jorge Amado. Em pouco tempo, a foto em que a atriz aparece vestida com um corpete, com os seios à mostra e um terço nas mãos causou polêmica. A censura da revista foi pedida em ação conjunta do Instituto Juventude Pela Vida, do Rio de Janeiro, e por um padre de Goiás. O juiz Oswaldo Freixinho, da 29ª Vara Cível do Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto de 2008, proibiu que a imagem polêmica fosse veiculada em novas edições da revista – uma decisão completamente ineficaz, uma vez que não impediu a circulação da publicação, nem tão pouco a remoção do conteúdo na versão *online*. Nessa mediação, o Poder Judiciário atendeu à demanda dos solicitantes, porém não causou danos ao censurado.

Outra violação à liberdade de expressão promovida pelo Poder Judiciário se deu pela caneta do desembargador Benedicto Abicair, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Em janeiro de 2020, Abicair acatou o pedido do Centro Dom Bosco para retirar o programa “Especial de Natal Porta dos Fundos: A primeira tentação de Cristo” da plataforma digital Netflix. O argumento para a suspensão é que o programa ofendeu a fé e a religião cristã ao apresentar Jesus Cristo como homossexual. A Netflix apresentou recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), que reverteu a decisão e determinou a manutenção do programa no ar.

Como se vê, é muito difícil abandonar a cultura autoritária após séculos

de condicionamento. No caso brasileiro, frequentemente é preciso apelar para o Poder Judiciário para atender a algumas demandas sociais por maior liberdade de expressão. Ivan Paganotti (2015, p. 268) lembra que esse processo de judicialização da censura tem um custo, que acaba por retroalimentar suas causas em novas consequências. Esse custo é definido por Paganotti como “uma atrofia democrática como resultado de abuso de muleta judiciária” para um país que manca pelo subdesenvolvimento de um Poder Legislativo e que, por isso, precisa apelar para soluções emergenciais da Justiça.

Para além dos meios jurídicos, a censura pode ser exercida também pelo poder do dinheiro. Em 12 de agosto de 2020, de acordo com os jornalistas Fábio Fabrini e Julio Wiziack, da *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) – instituição que exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do governo brasileiro – identificou falta de critério técnico na mudança da divisão das verbas oficiais investidas nas principais emissoras de televisão do país. Apesar de ser líder em audiência, com média diária de público maior do que Record TV e SBT juntos, a Rede Globo teve a participação reduzida de 39% para 16%, uma queda de quase 60% em comparação entre 2018, sob a gestão de Michel Temer, e 2019, ano do primeiro mandato de Jair Bolsonaro. No mesmo período, o investimento de publicidade oficial da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) em emissoras cujos donos eram apoiadores de Jair Bolsonaro aumentou – a Record TV viu a verba aumentar de 31% para 43% e o SBT, de

30% para 41%. Esse é um exemplo claro de tentativa de censura por meio de boicote financeiro, a fim de enfraquecer os veículos que não são aliados do presidente – a Globo fez uma cobertura muito dura durante todo o período do governo Bolsonaro, com críticas diretas ao presidente e a seus filhos parlamentares.

Os ocupantes de cargos executivos, em todas as instâncias, também costumam impor sua sanha censória por meio de ofícios. Em 5 setembro de 2019, o então prefeito do Rio, Marcelo Crivella, pediu para a organização da Bienal do Livro da cidade recolher uma publicação à venda no evento: o romance gráfico (*graphic novel*) *Vingadores, a cruzada das crianças*, que continha uma cena de dois personagens masculinos se beijando. Em um vídeo publicado em seu Twitter, Crivella justificava seu pedido porque, a seu ver, a obra continha “conteúdo sexual para menores”. A organização do evento conseguiu na Justiça do Rio de Janeiro uma liminar para impedir a interferência da administração do município no evento e para garantir a sua continuidade. A assessoria de imprensa da Bienal do Livro confirmou à imprensa que a obra se esgotou na manhã do dia seguinte à interferência censória de Marcelo Crivella.

Em seu livro *Resistência – leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022*, Reimão et al. (2023, p. 14) afirmam:

“Na realidade, o que havia, por parte do prefeito do Rio de Janeiro, era uma perseguição homofóbica, pois há um beijo entre dois personagens masculinos em uma página interna do livro. Convém ressal-

tar que o livro estava embalado por capas plásticas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Note-se que não há nenhuma imagem erótica ou sexual na capa do livro”.

Como lembram os autores,

“no dia 7 de setembro, às 19 horas, no Riocentro, local onde ocorria a Bienal Internacional do Livro, várias bandeiras com cores do arco-íris foram estendidas e o público realizou um grande beijo simultâneo com os dizeres: ‘Fora Crivella’ e ‘Não vai ter censura’” (Reimão et al., 2023, p. 15).

Dias antes desse episódio, o então governador do estado de São Paulo, João Doria, mandou recolher o material escolar de ciências para alunos do Ensino Fundamental da rede estadual. A apostila explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual – com orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. O governador também se manifestou sobre o caso, via Twitter:

“Fomos alertados de um erro inaceitável no material escolar dos alunos do 8º ano da rede estadual. Solicitei ao secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração dos responsáveis. Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”.

Uma semana depois, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu uma liminar que determinou a anulação do ato do governo de São Paulo. No dia 13 de setembro de 2019, o governador João Doria

afirmou que as apostilas seriam devolvidas às escolas sem nenhuma alteração no material, mas com um “encarte” com orientações aos professores de como se deve aplicar o conteúdo.

Outro caso de censura a livros foi imposto pela Secretaria de Educação de Santa Catarina em novembro de 2023, quando decidiu retirar nove livros da rede pública de ensino. São eles: *A química entre nós*, de Larry Young e Brian Alexander; *Coração satânico*, de William Hjortsberg; *Donnie Darko*, de Richard Kelly; *Ed&Lorraine Warren: demonologistas – arquivos sobrenaturais*, de Gerald Brittle; *Exorcismo*, de Thomas B. Allen; *It: a coisa*, de Stephen King; *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess; *Os 13 porquês*, de Jay Ascher; *O diário do diabo: os segredos de Alfred Rosenberg, o maior intelectual do nazismo*, de Robert K. Wittman e David Kinney. O ofício que determinou a retirada de circulação desses nove livros, enviado para a rede pública pelo supervisor regional de Educação de Florianópolis, Waldemar Ronssem Júnior, não contém nenhuma justificativa ou explicação para essa resolução. O Ministério Público de Santa Catarina foi acionado pelo vereador Leonel Camasão (PSOL), de Florianópolis, para que apure os fatos e tome as devidas providências.

Rodrigo Casarin (2023), colunista do *Splash/UOL*, fez a seguinte reflexão:

“O jeito burocrático como a ordem para a retirada dos livros de circulação ocorreu me parece um detalhe importante. Até outro dia os gestos de censura eram feitos com contornos espalhafatosos por políticos que ascenderam com o obscurantismo. Pro-

curavam um alvo. Vomitavam bobagens e demagogias. Com a projeção, fortaleciam a base e arrumavam mais alguns apoiadores. Agora, não. A coisa se deu numa canetada, como se fizesse mesmo parte das atividades do Estado estipular o que pode ou não ser lido.

Pior: me parece que a sociedade naturaliza certa ideia de que é legítimo estipularmos o que os demais podem acessar e como devem fazê-lo”.

No âmbito federal, durante todo o mandato de Jair Bolsonaro foi possível observar um número crescente de polêmicas envolvendo atos censórios. Uma das primeiras ocorreu com a remoção do comercial do Banco do Brasil lançado em 31 de março de 2019. A campanha publicitária, que convidava o público a abrir uma conta pelo aplicativo da instituição, foi tirada do ar em 14 de abril, a pedido do presidente da República. O filme, repleto de termos populares na internet, era dirigido ao público jovem, com atores que representavam a diversidade racial e sexual³. O descontentamento do presidente da República com a campanha causou ainda a exoneração do diretor de Comunicação e Marketing do Banco do Brasil, Delano Valentim, responsável pela aprovação das peças publicitárias. No começo de maio, Jair Bolsonaro afirmou, em seu Twitter, que o veto não se tratou de censura, mas “de respeito com a população brasileira”.

3 Comercial Selfie, da WMcCann para Banco do Brasil (2019, 25 de abril). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TpvVkJnj1f8>.

Na matéria intitulada “Linha de publicidade do governo mudou, diz Bolsonaro”⁴, assinada por Pedro Rafael Vilela, da Agência Brasil, em 27 de abril de 2019, é reproduzida a fala do chefe do Estado brasileiro sobre o caso:

“Quem indica e nomeia o presidente do Banco do Brasil, não sou eu? Não precisa falar mais nada, então. A linha mudou. A massa quer o quê? Respeito à família, ninguém quer perseguir minoria nenhuma. E nós não queremos que dinheiro público seja usado dessa maneira”.

A campanha, que não voltou a ser veiculada, foi substituída por outro vídeo em agosto do mesmo ano. A nova propaganda, mais conservadora, mostra mais de 50 jovens, quase todos vestindo amarelo, a cor da marca do banco⁵.

Em outubro de 2022, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) publicou *Violações à liberdade de expressão no Brasil – 2019 a 2022*. Esse relatório, produzido pela Campanha Calar Jamais, indica que a violação à liberdade de expressão foi institucionalizada no país pelo então presidente da República:

“Jair Bolsonaro é o principal porta-voz da violência, da agressividade contra qualquer

4 Agência Brasil. (2019, 27 de abril). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/linha-de-publicidade-do-governo-mudou-diz-bolsonaro#>.

5 Banco do Brasil estreia comercial após veto polêmico de Bolsonaro (2019, 19 de agosto). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/19/banco-do-brasil-estrea-comercial-apos-veto-polemico-de-bolsonaro-veja.htm>.

profissional (jornalista, comunicador, artista, professor), veículo de comunicação, grupo artístico-cultural, instituição educacional que expresse uma visão de país e mundo distinta da sua e de seu governo” (FNDC, 2022).

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação contabilizou ao todo 110 denúncias de violações à liberdade de expressão, categorizadas em: 1) violações contra jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação – a maioria das denúncias, com 54 ocorrências; 2) censura a manifestações artísticas; 3) cerceamento a servidores públicos; 4) repressão a protestos, manifestações sociais e organizações políticas; 5) repressão e censura a instituições de ensino; 6) desmonte da comunicação pública; 7) discriminação contra grupos oprimidos; e 8) crimes contra a saúde pública.

“Para que exista em uma sociedade a possibilidade de construção de uma opinião pública esclarecida é necessário que haja debates de ideias. Ora, impedir a circulação de informação e promover a desinformação com teorias conspiratórias e negacionistas foi exatamente a estratégia pela qual o governo Bolsonaro procurou gerar o caos e a instabilidade e assim dominar o espaço público” (Reimão et al., 2023).

LIBERDADE DE IMPRENSA AMEAÇADA

Na Antiguidade, reis, ditadores e poderosos de todas as estirpes e naipes tinham um hábito nada recomendável: mandar matar aquele mensageiro que lhes trazia más notícias, como se o portador fosse

culpado pelas mazelas que poderiam se abater sobre seus reinos. De Dario III, na Pérsia, passando por Gengis Khan, imperadores romanos e califas muçulmanos, muitos mataram mensageiros azarados como se, dessa forma, também se livrassem da notícia incômoda. Muito mais do que uma questão de miopia política e soberba, a prática era tal que na Roma Antiga cunhou-se uma expressão para proteger aquele cuja missão era apenas dar uma má notícia, não a criar: *ne nuntium necare* – justamente “não mate o mensageiro”. Não adiantou muito. Até porque Sófocles, em sua *Antígona*, já definia: “ninguém ama o mensageiro que traz más notícias”.

Os séculos passaram, os tempos mudaram. E os mensageiros também. Mas não a prática de culpar aquele que traz más novas. No caso, o alvo desde o século passado é o jornalista, esse profissional inconveniente que teima em colocar nas páginas de jornais e revistas, nas ondas do rádio, nas imagens de TV e nas telas de aparatos eletrônicos dos mais variados gêneros notícias que incomodam – e muito – os poderosos. Ou aqueles que se acham assim.

E não dá nem para dizer que a expressão “não mate o mensageiro” seja algo mais para o metafórico do que para a realidade, digamos, de um *khan* mongol. Nada disso. Desde 1993, a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) contabiliza o número de jornalistas mortos no exercício das suas funções. Até o dia 30 de outubro de 2023⁶, havia 1.626 registros de

6 Ver: <https://www.unesco.org/en/safety-journalists/observatory>.

jornalistas assassinados em todo o mundo – isso representa, em média, uma morte por semana. Embora tenha ocorrido certo progresso nos últimos cinco anos, a taxa de impunidade em casos de assassinatos de jornalistas permanece incrivelmente alta, no patamar de 86% (Unesco, 2023). Além dos assassinatos, os jornalistas continuam a ser ameaçados com múltiplas formas de violência, como desaparecimentos forçados, sequestros e detenções arbitrárias, assédio legal e violência digital, principalmente contra as profissionais mulheres.

Jornalismo não é uma profissão que requiera tranquilidade. Pelo contrário. Talvez isso até faça parte do tal “charme” que o senso comum – ou parte dele – vê no jornalista. Ser jornalista requer, na verdade, determinação e uma vontade inaudita de encontrar a verdade dos fatos, fazer as perguntas que ninguém quer responder, mostrar à sociedade o que muitos gostariam de ver encoberto ou esquecido. Por mais arriscado e perigoso que isso possa ser. Porque, na verdade, é.

Mesmo quando jornalistas não andam com um alvo pregado nas costas, ainda assim sofrem perseguição por dar as notícias que muitos não gostariam de ler, ver ou ouvir. Como se essa categoria profissional fosse a responsável pelas más notícias. Se não são, no mínimo, demonizados, jornalistas sofrem tentativas das mais variadas de serem calados ou, pelo menos, intimidados.

Como ressalta Traquina (2005, p. 22), “a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”. Por isso, quando

um populista autoritário chega ao poder, normalmente elege a imprensa como um de seus inimigos. Foi o que fizeram o americano Donald Trump e o brasileiro Jair Bolsonaro durante seus mandatos presidenciais. No Brasil, ocorreram tantas agressões que o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP), em abril de 2021, decidiu mover uma ação civil contra o ocupante do mais alto cargo do Poder Executivo brasileiro, listando 175 ataques de Bolsonaro contra profissionais da imprensa, apenas em 2020. O ex-líder do Executivo foi responsável por 40,89% de todas as agressões a jornalistas em 2020, de acordo com a entidade da categoria. Em outubro de 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) confirmou em definitivo a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por dano moral coletivo à categoria de jornalistas. O ex-presidente terá de pagar uma indenização de R\$ 50 mil.

Bolsonaro expressou diversas vezes sua simpatia pela ditadura militar, período em que se fez de tudo e mais um pouco para censurar a imprensa e calar jornalistas – em alguns casos terríveis, de forma definitiva. Não concedeu uma única entrevista coletiva em todos os quatro anos de mandato e limitava-se a falar com seus apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, no chamado “cercadinho”. O espaço foi usado para dar recados e informações institucionais, além de proferir xingamentos aos setoristas que esperavam a saída de Bolsonaro – os registros eram gravados pelos próprios apoiadores e divulgados nas redes sociais.

Em maio de 2020, após uma escalada de ataques verbais e hostilidades aos jorna-

listas que faziam a cobertura presidencial no cercadinho, os grupos Globo e Bandeirantes, o jornal *Folha de S. Paulo* e o portal *Metrópoles* anunciaram a suspensão do plantão de repórteres no local devido à falta de segurança – decisão já tomada pelo site *Congresso em Foco* e pelo jornal *Correio Braziliense* dois meses antes.

“Era uma descompostura não apenas contra os jornalistas ali presentes, ou às marcas que eles representam. Mas contra toda a sociedade. Jornalistas e mídia são expressão do desejo da população de ser informada. Não há jornalismo perfeito, e é legítimo apontar e corrigir os seus erros. Quem promove campanha contra a imprensa, no entanto, é aspirante a ditador, é quem não aceita ser questionado. Ao menosprezar, mandar calar a boca, se recusar a responder perguntas, ameaçar e retaliar, Bolsonaro deixa de tratar dos muitos temas espinhosos de um governo que conquistou fama mundial pela prepotência e pela inépcia. Desqualifica para não ter de falar do Bolsonaro real, cuja honestidade e cujos supostos méritos de liderança são proclamados apenas por quem está desinformado, mal-intencionado ou lhe deve obediência hierárquica. Para completar, fiel à vocação dos populistas, inventa adversários contra os quais procura unir militantes cada vez mais fanáticos e perigosos” (*Congresso em Foco*, 2020)⁷.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e outras enti-

dades, como a Federação Nacional dos Jornalistas e a Associação Brasileira de Imprensa, também emitiram notas de repúdio denunciando essas humilhações e cobrando respostas das autoridades. Segundo o monitoramento da Abraji, houve 59 ocorrências de discurso estigmatizante contra jornalistas por parte de políticos e agentes públicos em 2019 e outras 39 até 25 de maio de 2020⁸.

Mas a perseguição a jornalistas – ou o questionamento ao seu trabalho – não é uma exclusividade do governo Bolsonaro. Mesmo governos democráticos e com bandeiras progressistas também se arvoraram – e se arvoram – em colocar o papel da imprensa contra a parede. O jornalista e professor Eugênio Bucci, que, ao mesmo tempo que deita um olhar crítico sobre as falhas da imprensa, também defende com determinação o seu inquestionável trabalho para a sociedade, lembrou em duas passagens como os governos de Lula e Dilma Rousseff viam o trabalho dos jornalistas e da imprensa em geral. Em um artigo publicado na revista *Época* em 4 de outubro de 2014, Bucci lembrou uma frase do ex-presidente pouco antes da vitória de Dilma: “Vamos derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como partidos políticos. Não precisamos de formadores de opinião. Nós somos a opinião pública”. A seguir, o jornalista continuou:

“Se fosse uma pessoa comum desabafando numa mesa de bar, tudo bem. Mas ali

7 Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/cf-premio-e-analise/congresso-em-foco/bem-vindos-ao-clube-globo-e-folha-o-jornalismo-nao-cabe-em-cercadinhos/>.

8 Ver: <https://www.abraji.org.br/noticias/veiculos-de-imprensa-suspendem-cobertura-presidencial-na-porta-do-alvorada>.

quem falava era o presidente da República. Ao conclamar seus eleitores a fazer do voto uma cruzada contra ‘jornais e revistas’, ele confundia propositalmente a opinião pública e intimidava ostensivamente os órgãos de imprensa. Confundia a opinião pública porque os jornais, por piores e mais tendenciosos que sejam, não são partidos, não funcionam como partidos e não devem ser tratados pela autoridade (o presidente da República) como se fossem partidos. Intimidava os órgãos de imprensa, porque insinuava que uma democracia não precisa de ‘formadores de opinião’, de ‘jornais que se comportam como partidos’ e, finalmente, de imprensa. Aquele discurso de Lula foi uma lástima”⁹.

Já em outro artigo, “Vazamento é a mãe”, no jornal *O Estado de S. Paulo* de 5 de março de 2016, Bucci questiona a partir das “reclamações” (digamos assim) que o governo federal fazia da forma como eram apuradas as notícias publicadas acerca das investigações da Operação Lava Jato: “Para as autoridades federais, jornalistas não investigam, não pesquisam, não entrevistam, não raciocinam. Ora, o que é uma notícia senão um segredo revelado?”¹⁰.

Segundo ele, é mais fácil atacar, demonizar e diminuir a imprensa do que entender ou explicar os erros em todos os níveis que podem ser cometidos nos salões

– e pior, nos porões – dos poderosos. É a “mídia golpista”, como afirmou-se há pouco e gostam de repetir os poderosos acuados pela imprensa? Não cabe aqui talvez entrar no mérito das intenções dos donos de veículos de imprensa – não se está falando aqui do patrão, mas do empregado. Do jornalista. Do repórter. É esse quem, no final das contas, vale a pena (com e sem trocadilho). E é o alvo.

O que a imprensa faz não é publicar vazamentos, nem futricas, nem servir ao poder, em caixa-alta ou não. Se os jornalistas servem a alguém, em última instância – e aqui não se faz uma ilação romântica, simplista ou ingênua, mas verdadeira – não é ao patrão que paga o salário, mas à sociedade. Porque uma imprensa livre é fundamental em uma sociedade que se ache e se diga – e seja, de fato – democrática. A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa estão nas Constituições de todos os países cujo povo exerce suas liberdades de forma ampla, seja nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, no Uruguai ou na Espanha. E no Brasil.

O que se faz é reportagem. E, como bem lembra mais uma vez Bucci, “ela [a imprensa] deve – no sentido de ter o dever de – ficar de olho no poder e trabalhar para descobrir os segredos do poder. Ao descobri-los, deve avaliar a necessidade e a pertinência de torná-los públicos. Eis aí o núcleo do trabalho mais essencial da instituição da imprensa livre” (Bucci, 2016).

Afinal, foi uma imprensa livre que possibilitou à sociedade saber das falcaturas do governo Fernando Collor. Ou os ardis de Richard Nixon no Caso Watergate. Ou o quase picaresco Caso Profumo, na

9 Ver: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002653629.pdf>.

10 Ver: <https://www.estadao.com.br/alias/vazamento-e-a-mae/>.

Inglaterra dos anos 1960. Os exemplos são vários. Quando a imprensa realiza bem seu trabalho, quem ganha é a sociedade. Quando ela erra – e sabemos que erra muitas vezes mais do que deveria ou poderia –, quem perde também é a sociedade. O jornalista vai no reboło, vai a reboque da qualidade (ou na falta de) do trabalho realizado.

Porque, não se pode jamais esquecer disso, o maior capital de um jornalista não é seu talento para escrever, sua perspicácia em apurar, as fontes que cultiva, por mais importante que tudo isso seja. Não. O maior capital de um jornalista é sua credibilidade, na maioria das vezes conquistada depois de muitos anos. E que pode ser perdida com uma rapidez diametralmente oposta. Basta uma “barriga”, uma matéria mal apurada, um texto salpicado de má fé. Ou um erro não intencional. Não importa. O jornalista Silvio Ferraz, que nos anos 1980 e 1990 trabalhou no *Jornal do Brasil* e na antiga revista *IstoÉ-Senhor*, usava uma frase emblemática e verdadeira: “escrevemos nossa biografia todos os dias”. E todo profissional deve cuidar bem dela.

Por isso a necessidade de uma imprensa livre em uma sociedade livre. Uma precisa da outra, na ordem que se quiser colocar. É a imprensa que fustiga os poderosos, revela – depois de muito bem apurado, é claro – aquilo que muitos desejariam deixar nas sombras. Sem uma imprensa livre, o que sobra é o autoritarismo – ou pior, o totalitarismo, a repressão, as bocas caladas, as mentes embotadas e os corações travados. Que fique bem claro: o papel da imprensa não é confundir a opinião pública, seja ela

quem for. Jornalistas são formadores de opinião, com certeza. Mas pode-se dizer que também são “informadores” para essa mesma opinião – ou Opinião. As conclusões quem deve tirar é a sociedade. E aí decidir. Inclusive se vai comprar esse ou aquele jornal, essa ou aquela revista. Ou se vai colocar a TV no Cartoon Network.

Não é o jornalista que inventa a crise ou a cura. Ele não persegue nem adula ninguém. Se a notícia é ruim, ainda assim é notícia, e precisa ser revelada, contada, debatida e refletida em cada bar, em cada mesa de jantar, em cada salão do poder. Só não culpem o mensageiro. Nem o matem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O preço da liberdade é a eterna vigilância.” Esta frase, atribuída ao político irlandês John Philpot Curran (1750-1817), nos lembra que há uma necessidade perene de se monitorar continuamente os fatos que acontecem em uma sociedade para que seja possível identificar e neutralizar eventos, em suas fases iniciais, que possam levar à instabilidade social, a revoluções e à perda de direitos estabelecidos.

Levitsky e Ziblatt, perplexos com a eleição de Donald Trump em 2016, apontavam que a democracia norte-americana estava em perigo diante de uma polarização que se estendia para além das diferenças políticas, contaminada por conflitos de raça e cultura. “E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias” (Levitsky & Ziblatt, 2018, p. 22).

Na mesma linha vão Reimão et al. (2023), apontando o quão perigoso para

a sociedade e para as liberdades democráticas – no final das contas, para o próprio Estado democrático de direito – são as manifestações que, ao tentar emular o líder autoritário e transgressor das normas sociais, acabam sendo, elas mesmas, veículos para reforçar movimentos de censura e de combate à livre expressão. No caso, os autores se referem diretamente aos apoiadores de Jair Bolsonaro, mas o sujeito não importa tanto – o mais sério são as ações levadas adiante com os matizes de uma bandeira autoritária e repressora. Segundo os autores:

“A cultura autoritária da vigilância e da perseguição ao diferente verificada nas esferas do poder incentivou um imenso número de ações realizadas por cidadãos comuns que passaram a achar que poderiam assim agir pois estariam em consonância com as posturas do governo de extrema direita. São milhares de relatos de perseguições, difamações, ameaças e ofensas por meio de mídias sociais e também presencialmente durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro” (Reimão et al., 2023, p. 49).

Neste trabalho, apontamos as diversas formas como ações repressoras podem se manifestar e o que elas representam para uma sociedade que deseja se manter livre, plural e com suas garantias constitucio-

nais preservadas. O avanço da extrema direita por todas as latitudes do planeta é um sinal claro de que a sociedade livre – como a conhecemos e desejamos – está em xeque. Como afirma Stanley (2019, p. 16), “[...] os políticos fascistas reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade [...] promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias”. Desta forma, explica o estudioso, cria-se “um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado”.

Mas mesmo governos ditos progressistas – como foi apresentado neste artigo – também são capazes de um olhar enviesado em direção às liberdades individuais, de um modo geral, e à liberdade de imprensa de forma mais específica. E também são autores/atores da tensão que acaba por perpassar a sociedade como um todo, embaralhando o discurso e confundindo as polaridades do que entendemos como “liberdade” – de expressão, de ação, de vida.

É diante deste quadro que, para finalizar, devemos mais uma vez reforçar o epíteto que dá título a este trabalho e que abre estas “Considerações”: o preço da liberdade é a eterna vigilância. Muitas vezes, parece um preço alto e desgastante a ser pago. Mas necessário.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.
- BERLIN, I. *Liberty*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- BUCCI, E. "O repórter, o detetive e a presidente". *Época*. Rio de Janeiro, 29/set./2014.
Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002653629.pdf>.
Acesso em: 16/nov./2023.
- BUCCI, E. "Vazamento é a mãe". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 5/mar./2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/vazamento-e-a-mae/>. Acesso em: 16/nov./2023.
- CONGRESSO EM FOCO. "Bem-vindos ao clube, Globo e Folha! O jornalismo não cabe em cercadinhos". *Congresso em Foco*. Brasília, 14/out./2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/cf-premio-e-analise/congresso-em-foco/bem-vindos-ao-clube-globo-e-folha-o-jornalismo-nao-cabe-em-cercadinhos/>. Acesso em: 16/nov./2023.
- CASARIN, R. "Livros proibidos em Santa Catarina: Brasil normalizou censura?". *Splash UOL*. São Paulo, 16/nov./2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/pagina-cinco/2023/11/16/censura-livros-santa-catarina-brasil.htm>. Acesso em: 16/nov./2023.
- COSTA, M. C. C.; BLANCO, P. *Liberdade de expressão: questões da atualidade*. São Paulo, ECA-USP, 2019.
- FÓRUM Nacional pela Democratização da Comunicação. *Violações à liberdade de expressão no Brasil – 2019 a 2022*. São Paulo, FNDC, 2022.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- PAGANOTTI, I. *Ecos do silêncio: liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática*. Tese de doutorado. São Paulo, ECA/USP, 2015.
- PINHO, A. F. F. "Liberdade de imprensa e o Cercadinho do Alvorada: a propaganda política no lugar dos fatos e seus malefícios para a democracia". *Revista Miguel*, n. 6, 2022, pp. 3-22.
- REIMÃO, S. L. A. A.; NERY, J. E.; SILVA, F. M. P. *Resistência: leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022*. São Paulo, USP/EACH, 2023.
- RISSO, C. A. "Liberdade de expressão, fake news e discurso de ódio – uma reflexão". *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 43. São Paulo, Intercom, 2020.
- RODRIGUES, J. C. *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo*. Porto Alegre, L&PM, 2019.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 2005.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Escola de Comunicações e Artes. Projeto Prosa Sem Censura - Apresentação [vídeo]. São Paulo, OBCOM-USP, 2/set./2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KL4ISTJeJtA>. Acesso: 16/nov./2023.

A fala consumista (o *supercliente* na ordem do consumo)

Jean Pierre Chauvin

“[...] no *shopping center*, que é o nosso Panteão e Pandemônio, vêm congregar-se todos os deuses ou demônios do consumo”
(Baudrillard, 2014, p. 21).

“O consumidor ideal é um homem sem caráter”
(Han, 2019, p. 73).

HÁBITAT

M

mercado é uma palavra milenar que carrega múltiplas acepções. Vilém Flusser (2011) afirmava que o supermercado, na forma como o conhecemos hoje, é uma evolução gradual da basílica, que passou a templo, depois a igreja e, finalmente, o local para a troca de produtos. Espaço que estimula o “pecado capital” da so-

JEAN PIERRE CHAUVIN é professor livre-docente da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e autor de, entre outros, *Sete falas: ensaios sobre tipologias discursivas* (Cancioneiro).

berba¹, o supermercado sacralizou a relação mercantil entre homens, mercadorias e serviços. Jacob-Peter Mayer (2018, p. 14) alertava para o fato de que “o consumo, como novo mito tribal, tornou-se a moral do nosso mundo atual. Ele está a destruir as bases do ser humano, quer dizer, o equilíbrio que o pensamento europeu, após os gregos, manteve entre as raízes mitológicas e o mundo do *logos*”.

Especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), *mercado* passou a ser utilizado em contextos mais numerosos e de contornos mais fluidos, dentre os quais o macroeconômico e o microeconômico, o financeiro, o profissional, o comercial e o empreendedorismo pessoal. Outro sentido igualmente vago da palavra deriva da justaposição a outro vocábulo, como acontece em *livre-mercado*. Essa acepção costuma se relacionar ao universo financeiro e econômico, como se vê em *mercado* de capitais, *mercado* imobiliário, *mercado* editorial, *mercado* de trabalho etc.

No âmbito social, o termo está fortemente atrelado ao cotidiano das pequenas e grandes cidades, configurado de múltiplas formas: bar, quitanda, mercearia,

mercadinho, mercado, supermercado, hipermercado (e sua variante, *megastore*). No plano individual, o humor e a ação dos homens que o frequentam acompanham as oscilações da conta bancária e do *mercado* de ações. Cornelius Castoriadis (1992, p. 22) sustentava que:

“As duas guerras mundiais, a emergência do totalitarismo, a derrocada do movimento operário [...], o declínio da mitologia do progresso marcam a entrada das sociedades ocidentais numa terceira fase. [...] o período subsequente a 1950 caracteriza-se sobretudo pela evanescência do conflito social, político e ideológico. [...] Depois dos movimentos dos anos 60, o projeto de autonomia parece sofrer eclipse total”.

Em nossos dias, o supermercado aparenta ser uma das instituições comerciais mais sólidas, ao lado de *shopping centers*, bancos, livrarias, bibliotecas, faculdades, cafés, cinemas, casas de espetáculo, igrejas (ou templos), parques, praças, farmácias, borracharias e autoelétricas. Jean Baudrillard (2014, p. 15) observou algumas peculiaridades que caracterizam o universo do consumo nesse ambiente:

“No amontoamento, há algo mais que a soma dos produtos: a evidência do excedente, a negação mágica e definitiva da rareza, a presunção materna e luxuosa da terra da promessa. Os nossos mercados, artérias comerciais. *Superprisunic*, imitam assim uma natureza reencontrada, prodigiosamente fecunda: são os nossos vales de Canaã onde correm, em vez do leite e do mel, as ondas de néon sobre

1 “[...] dentre as coisas que o homem naturalmente deseja está a excelência. Pois é natural ao homem – e também a toda realidade – desejar a perfeição no bem desejado, que consiste numa certa excelência. Tender a essa excelência segundo a regra da razão divinamente informada será um apetite reto e é próprio da virtude da magnanimidade, segundo o que diz o Apóstolo (II Cor. 10, 13): ‘Quanto a nós, não nos gloriemos sem medida’, como que por uma regra que nos é estranha, ‘mas segundo a regra que Deus nos deu como medida’. A deficiência em relação a essa regra é o vício da pusilanimidade; o excesso é o vício da soberba [*superbia*], que, como o próprio nome indica, é superar [*superbire*] a própria medida no desejo de superioridade” (Aquino, 2004, p. 80).

o *ketchup* e o plástico. Que importa? A esperança violenta de que não haja o bastante, mas o demasiado, e demasiado para toda a gente, lá está: cada qual leva a pirâmide a desabar de ostras, de carnes, de peras ou de aspargos em caixa, pelo fato de comprar uma simples parcela”².

Com frequência, os terminais dos bancos se situam nas áreas circunvizinhas aos supermercados. Mas há arranjos arquitetônicos ainda mais eficazes. Isso acontece desde quando o estabelecimento passou a integrar o próprio *shopping center*. Nesse universo particular, projetado como se permitisse o acesso a uma nova dimensão temporal e espacial, as ações dos consumidores convergem para necessidades e desejos os mais diversos:

“Entre as mercadorias presentes no *shopping center* está o lazer: as salas de cinema³, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos etc. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em *shopping centers* levam as pessoas a encontrar diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o SER permanece subjugado ao TER” (Padilha, 2006, p. 181).

VALOR(ES)

Com Karl Marx⁴, havíamos aprendido que a mercadoria tinha dois valores: o de uso e o de troca. Pierre Bourdieu pressupunha que ela também comportava o caráter simbólico, conforme os desígnios representativos para determinada sociedade⁵. Por sua vez, Jean Baudrillard agregou ao termo um quarto aspecto: o do signo, especialmente quando a mercadoria se referia aos modos de diferenciação social na dimensão consumo: “A primeira [valor de uso] é uma lógica das operações práticas. A segunda [valor de troca] é uma lógica de equivalência. A terceira [troca simbólica] é uma lógica de ambivalência. A quarta [do signo] é uma lógica da diferença” (Baudrillard, 1995, p. 55).

Os estudos avançam nessa quarta acepção, o que nos estimula a abordar os novos alcances da mercadoria dentro do mundo dito globalizado. Como assinala Valquíria Padilha (2006, p. 18): “Se a produção das mercadorias está cada vez mais flexível e automatizada num mundo que parece irreversivelmente globalizado, deve-se notar que as referências cultu-

2 “Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso, da profusão de mercadorias; pois agora isso se exacerbou com os supermercados e *shopping centers*, cada vez mais gigantescos, que oferecem uma pletora de produtos, marcas e serviços” (Lipovetsky, 2004, pp. 54-5).

3 “O supermercado e o cinema formam as duas asas de um ventilador que insufla na massa o movimento do progresso. No cinema a massa é programada para o comportamento consumidor no supermercado, e do supermercado a massa é solta para reprogramar-se no cinema” (Flusser, 2011, p. 87).

4 “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [...] O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2008, p. 58).

5 “[...] a pequena burguesia, classe de transição que se define fundamentalmente por aquilo que não é mais e pelo que ainda não é, extrai inúmeras atitudes, tal como sua inclinação para o objetivismo, de uma posição de dupla orientação, em relação às classes superiores e em relação às classes populares” (Bourdieu, 2005, p. 9).

rais também estão em pleno processo de mundialização”, em que certas “marcas tornam-se verdadeiros símbolos de um ‘estilo de vida’”. Mais recentemente, o filósofo Byung-Chul Han (2019, p. 73) assinalou que “solidez e consistência não são propícias para o consumo. Consumo e duração se excluem mutuamente. São as inconsistências e a fugacidade da moda que o aceleram”.

Há meio século, Edgar Morin defendia a ideia de que o período reservado ao lazer no século XX também estava previsto pela lógica do capital, já que obedecia aos pressupostos de uma “[...] economia que, englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo” (Morin, 1977, p. 67). Os proprietários de supermercados e *shopping centers* não removeram os relógios à toa. Como a maioria dos quiosques e lojas não dispõe de tais dispositivos à mostra, o tempo ali costuma escoar rapidamente, o que suscita comentários eivados de lugar-comum, a preencher o ócio consumista: “Tudo o que é bom acaba rápido...”; “Puxa, o tempo voa!”; “O dia rendeu, não é?”.

Outro aspecto digno de nota, a linguagem empregada pelos comerciantes no *shopping* é um dos indícios de como podemos vulgarizar o léxico e tecer prolixos comentários sobre temas irrelevantes e objetos reluzentes nas vitrines. Por sua vez, o ambiente sintetiza a falsa sensação de que a produtividade se traduz em capacidade de consumo, no maior número possível de departamentos e compartimentos. Adquire-se um objeto, almoça-

-se, toma-se o primeiro café, assiste-se ao filme, sente-se vontade de degustar um doce especial, visitam-se outras lojas de roupas e quinquilharias, sente-se sono, toma-se o táxi.

A esfera privada de consumo resiste às intempéries sociais. Sob a redoma quase impenetrável de centros comerciais supervisionados, o *supercliente* integra, durante algumas horas, uma sociedade em que “o Estado recua, a religião e a família se privatizam, a sociedade de mercado se impõe”, de modo que os pilares do sujeito passam a ser “o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo” (Lipovetsky, 2004, p. 54). No *shopping center*, assim como no supermercado, essa sensação de atemporalidade⁶ é reforçada pela disposição de múltiplos ambientes, cenários, bens, produtos e serviços num mesmo lugar.

As lojas comportam dimensões, formatos, cores, sons e odores diversos, de maneira que nossos sentidos as distingam e não nos entediemos com a paisagem cifrada do cosmos mercantil. O impulso ao gasto é prioritário e deve retardar, se não evitar, nossas funções fisiológicas. Os banheiros são recuados para saídas de emergência, quase sempre menos visíveis que os bancos, as farmácias, os *pet shops* e os restaurantes:

“[...] o *shopping center*, um lugar de circulação de mercadorias, está cada vez mais tornando-se o local: a) de busca da realização pessoal pela felicidade do consumo; b) de identificação – ou não –

6 “[O] relógio está para o tempo, assim como o espelho para o espaço” (Baudrillard, 1970, p. 33).

com os grupos sociais; c) de segregação mascarada pelo imperativo de segurança; d) de enfraquecimento da atuação dos seres sociais e de fortalecimento da atuação dos consumidores; e) de materialização dos sentimentos; f) de manipulação das consciências; g) de homogeneização dos gestos, dos pensamentos e dos desejos, e o mais grave; h) de ocupação quase integral do ‘tempo livre’ das pessoas” (Padilha, 2006, p. 24).

Os comerciantes perceberam, há décadas, que se deve estimular o passeio dos consumidores ansiosos, se possível performado com aparente tranquilidade, garbo e elegância. O consumidor indiscreto não colabora com a imagem adequada do *shopping center* ou do supermercado. Desse modo, etiqueta e voracidade perfazem uma curiosa síntese, convertida em atos relativamente bem-comportados de consumo⁷. Para estimular essa postura ambivalente, escadas rolantes são alocadas de modo calculado, com vistas a conduzir o cliente pela maior distância possível, sugerindo pausas para tomar café, expe-

rimentar novas sobremesas e “topar” com incríveis achados em quiosques e lojas de utilidades domésticas – estrategicamente semeadas nos desvãos do estabelecimento. A metragem-lucro se calcula pela quantidade de estabelecimentos enfileirados⁸.

Quando o estabelecimento conta com muitos andares, escadas automáticas se sucedem entre os pavimentos: elas brotam ou da área central ou em cantos opostos. No primeiro *layout*, elas favorecem uma visão mais ampla do lugar: elevado, amplo, a abrigar outros adeptos da religião consumista. Se organizadas conforme a segunda disposição, transformam o passeio pelos corredores em jornada compulsória em meio às desventuras do consumo inebriante.

LABIRINTOS

Num ambiente que pretende representar o simulacro para a compleição de variados desejos e necessidades (sejam eles fisiológicos, afetivos ou materiais), há locais nem sempre fáceis de encontrar. O *toilette*, como ficou dito, é um deles. Isso também pode interferir na localização dos caixas

7 No *Ensaio sobre a cegueira*, José Saramago ilustrou bem como a relativa ordem do supermercado é deitada abaixo diante de situações-limite, em que a sobrevivência importa mais que a aparência e os bons modos do consumidor: “Já se tinha afastado muito de onde havia deixado o marido e os companheiros, cruzando e recruzando ruas, avenidas, praças, quando se encontrou diante de um supermercado. Lá dentro o aspecto não era diferente, prateleiras vazias, escarpates derrubados, pelo meio vagueavam os cegos, a maior parte deles de gatas, varrendo com as mãos o chão imundo, esperando encontrar ainda algo que se pudesse aproveitar, uma lata de conserva que tivesse resistido às pancadas com que tentaram abri-la, um pacote qualquer, do que fosse, uma batata, mesmo pisada, um naco de pão, mesmo feito pedra” (Saramago, 1995, p. 219).

8 Integrado ao cotidiano do homem pós-moderno, o mercado já rendeu manifestações artísticas que permitiram questionar a sua própria concepção de “utilidade”. Em 1983, o compositor e multi-instrumentista Jean-Michel Jarre prensou uma única cópia em vinil de *Musique pour supermarché/Music for supermarkets*. O artista declarou ter destruído as matrizes que deram origem às faixas registradas no disco. No entanto, com o advento dos portais de áudio e vídeo, alguns internautas reproduziram a capa e as dez faixas do *long play*. Parte delas foi reaproveitada no álbum *Zoolook*, de 1984. As faixas reproduzem inúmeros ruídos característicos do ambiente, intercalados com melodias produzidas com o auxílio de sintetizadores e *samplers*.

eletrônicos, como se percebe em diversos templos de consumo. Dificultar o acesso imediato aos banheiros representa considerável economia de materiais e serviços de limpeza ao estabelecimento. Quanto aos “caixinhas” eletrônicos, em muitos casos opta-se por estimular o impulso consumista, apostando que a distância do cliente até eles aumentará a voracidade do consumo enquanto percorrer os vários pavimentos, driblar as colunas e contornar as reentrâncias do templo de compras e serviços.

O supermercado também poderia ser interpretado como uma Torre de Babel “pós-moderna”, em que a multiplicação das marcas corresponderia à profusão de linguagens e modos eufóricos de gastar. Para Vilém Flusser (2011, p. 82):

“O supermercado é labirinto composto de mensagens codificadas em imagens (conservas coloridas, garrafas, rótulos, cartazes) e em sons (irradiados por alto-falantes). O labirinto devora os receptores das mensagens. Dispõe ele de entradas amplamente abertas, para criar a ilusão de espaço público, de ‘ágora’ em ‘pólis’. Como se o supermercado fosse lugar de trocas, de diálogos, de avaliações de valores”.

A exemplo dos estabelecimentos que oferecem miríades de mercadorias, o supermercado está inserido na lógica do sempre relativo “produtivismo”. Afinal, providenciar as compras do mês é uma tarefa compulsória que sugere ao consumidor ocupar da melhor forma o tempo que resta das horas trabalhadas na semana. Reverberando Edgar Morin (1977),

Valquíria Padilha (2006, pp. 27-8) lembra que “o capitalismo de hoje impõe à classe média uma ditadura do lazer, ou seja, faz-se necessário ocupar o ‘tempo livre’ de qualquer maneira, uma vez que o ócio – no sentido de não fazer nada ou de simplesmente contemplar – é condenado num sistema que depende da produtividade acelerada”.

As entidades do *shopping center* acompanham o *supercliente* a todos os lugares, sem se restringir ao estado de vigília. Por isso mesmo, uma parte da sua pulsão vital é transferida para a ansiedade promovida pela falsa necessidade de consumir. Faceta monstruosa do ser humano, o ser-cliente faz planos sem fim. No dia seguinte, retornará a determinada loja para “resgatar” o objeto a que conseguira resistir firmemente da primeira vez. Driblando a consciência e o orçamento doméstico, ele está convicto de que obter o produto trará felicidade e plenitude.

TERAPÊUTICA

Quem assistiu ao filme *Clube da luta* (1999), dirigido por David Fincher, deve se recordar da cena em que a personagem interpretada por Edward Norton descreve o próprio apartamento como catálogo de uma loja de departamentos. No romance homônimo, que inspirou a película, há uma passagem que vale a pena transcrever:

“Você compra móveis. E pensa, este é o último sofá que vou precisar na vida. Você compra o sofá e fica satisfeito durante uns dois anos porque, aconteça o que acontecer, ao menos a parte de ter

um sofá já foi resolvida. Depois precisa do aparelho de jantar certo. Depois, da cama perfeita. De cortinas. E do tapete. Então você fica preso em seu belo ninho e as coisas que costumavam ser suas agora mandam em você” (Palahniuk, 2012, p. 50).

Até certo ponto, a trama acompanha as frustrações do protagonista. Sim, porque, em princípio, ele reúne características que permitiriam identificá-lo como um *supercliente up-to-date*, alinhado com as inovações mais recentes para melhorar o humor e otimizar os cômodos do lar. Mas logo a conscientização do esvaziamento de sentido o levará ao colapso. A decoração do “ninho”, como mostrou Baudrillard (1970, p. 24) implica que “[...] tais inovações não contêm nada de uma improvisação livre: na maior parte das vezes, mais mobilidade, comutabilidade e oportunidade serão apenas o resultado de uma adaptação forçada à falta de espaço”.

Porém, o mundo é insosso, quando não violento e perigoso. Então, o *supercliente* regressa ao útero comercial. Aderindo decorosamente ao *shopping center*, a cápsula de felicidade momentânea acompanha-o feito espírito obsessivo, ao longo do trajeto entre o estabelecimento *superseguro* até o seu bólido, devidamente protegido pela seguradora. Embora passageira, uma sensação estimulante o envolve durante o percurso de volta à casa-catálogo. O sujeito que consome e é consumido talvez esteja consciente de que a euforia pós-compra, o sabor de novidade é efêmero.

Por isso mesmo, acelera o conta-giros, ansioso que está por exagerar os relatos que fará aos familiares e amigos sobre

o santo périplo de suas mais recentes aquisições. Seu discurso entusiástico será pautado pela ordem do consumo, em consonância com a expectativa dos demais membros da comunidade que, a exemplo dele, também frequentam o ambiente aparentemente estável, feliz e pródigo dos *shopping centers* e supermercados.

Que lhe importa a consciência histórica e espacial de si e dos outros? Que lhe interessa que um garoto tenha sido espancado e vergastado, feito escravo, pelos agentes de segurança (segurança de quem?) do estabelecimento? Qual a sua relação com o assassinato de um cliente no estacionamento do supermercado, não é mesmo?

A cupidez consumista se confunde com as outras formas de desejo. Para começar, ela também nasce do estímulo constante à aquisição de bens, segundo a ordem das falsas necessidades⁹. De certa forma, é uma maneira de postergar a consciência do vazio e o senso de finitude. Para escoar a produção com maior eficácia e eficiência, a ilógica do consumo é maquiada com o suposto bem-estar de quem muito *tem*, mas quase se esqueceu de *ser*. Erich Fromm (1977, p. 23) alertava: “Com o progresso industrial [...], com a substituição da mente humana pelo computador, podíamos perceber que estávamos a caminho de produção ilimitada e, por conseguinte, de consumo ilimitado”.

9 “Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. ‘Falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça” (Marcuse, 1973, p. 26).

Evidentemente, a satisfação do consumidor é ilusória porque não advém da razão, mas de uma subespécie de desejo que ele supõe irrefreável. Afinal, a repleção de suas vontades imediatas se lhe afigura o mais importante, urgente e inadiável. O que determina a momentânea plenitude existencial do *supercliente* consiste em lograr o digno papel de cidadão-consumidor, merecedor de toda a admiração, inveja ou respeito alheio. Na impossibilidade de figurar a si mesmo como super-homem, ele recorre aos tênues limites da lógica mercantil como parâmetros para traduzir poder (aquisitivo), prestígio (social) e felicidade (compartilhável).

De maneira geral, o *supercliente* não está satisfeito por si, nem consigo mesmo; ele deve o prazer da posse e propriedade à contínua aquisição de mercadorias e objetos. Diante da falsa segurança, o cidadão-consumidor recorre àqueles e a outros signos para ostentar o seu momentâneo e frágil bem-estar¹⁰. No entanto, cumpre lembrar que ele desempenha vários papéis, sem se restringir à condição abstrata e temporária do consumidor que devaneia por entre corredores, hipnotizado pelas mercadorias das vitrines.

10 “A fabricação em série, a venda a crédito abrem as portas para os bens industriais, para a limpeza do lar com aparelhos eletrodomésticos, para os fins de semana motorizados. É então possível começar a participar da civilização do bem-estar, e essa participação embrionária no consumo significa que o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física e nervosa; não é mais a participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares produtivas ou acumulativas, é também, progressivamente, a possibilidade de ter uma vida consumidora” (Morin, 1977, pp. 68-9).

Há que se dizer que o *supercliente* pode estar a duas carteiras de distância do professor, a protestar puerilmente contra o rigor do método de ensino; ou a desprezar as leituras e atividades que foi orientado a fazer. Em geral, isso acontece quando o diploma se torna objeto de fetiche e a universidade é percebida como mero degrau para a atuação particularíssima e inovadora do superindivíduo no mercado. Nessas e noutras circunstâncias, o certificado deixa de ser um signo de conhecimento e saber e passa a servir como um atestado de que seu portador tem “nível superior” e passou a contar com direitos e privilégios que o ajudarão a se apresentar como candidato sério e empenhado, digno em escalar mais rapidamente os degraus que o afastarão dos enfeitados e o conduzirão ao topo da pirâmide-catálogo.

A essa altura, deveria estar claro que o *supercliente* se distingue orgulhosamente de quem não tem o seu poder aquisitivo, irmanando-se àqueles que concebem as pessoas como mercadorias. Porventura, isso também acontece porque, como notou Vilém Flusser (2011, p. 88), “na sociedade de massa não há elite, apenas especialistas”. O hiperconsumo tem idioma e léxico próprios, forrados por clichês. Será conveniente abordar os desvãos dessa linguagem, examinando-se o que ela contém de específico e generalizante.

A FALA CONSUMISTA

Provavelmente, as duas palavras-chave do discurso consumista sejam *oportunisto* e *ansiedade*. De um lado, o vendedor

assegura a importância e a qualidade do produto. A seu turno, o consumidor se justifica, perante si e os concidadãos de bem, recorrendo a signos que exprimem urgência: “Os exemplares vão acabar!”, “São os últimos dias de oferta!”, “O produto está com superdesconto!” e congêneres. Embora seja presa fácil das gôndolas, vitrines, anúncios em revistas ou jornais, além do *self-marketing* de “conteudistas” espalhados nas redes sociais, o consumista se considera um ser poderoso, bom e pensante.

Certo de sua relevância para a micro e a macroeconomia (“Estou ajudando o comércio local”), com frequência ele adquire produtos sem lembrar que metade do prazer em carregar sacolas consiste em ostentar os objetos à vista do maior auditório possível. Em parte, isso explica a altivez de quem marcha ao ritmo nem lento, nem frenético, sobre o piso de granito, cercado de vitrines perfumadas, a portar insígnias de bom gosto que comprovam seu poder aquisitivo.

Provavelmente foi na década de 1950 que a sociedade, ainda ignorante de sua “pós-modernidade”, passou da disforia planetária à euforia hiperindividualista. Celebrando o fim da Segunda Guerra Mundial, foi necessário que a paz armada estimulasse a ilusão de um mundo padronizado, harmônico e estável, propício à novíssima ordem do consumo. Não é segredo que uma parcela considerável do PIB dos países ocidentais advém do cultivo de supérfluos entre os cidadãos ordeiros – apologetas da social-democracia excludente.

Não é por acaso que hiperconsumo e meritocracia nasceram praticamente jun-

tos, logo após a Segunda Guerra Mundial. Tanto o *supercliente* quanto o “cidadão de bem” se supõem instalados no Olimpo da sociedade concorrencial. Aliás, a desigualdade social pouco importa aos que “chegaram lá”, única e exclusivamente pelo suposto “merecimento”. O discurso dos “conquistadores” soa quase sempre como celebração da *dignidade*, da *disciplina* e da *ordem* sobre a *vadiagem*, a *falta de empenho* e a *inconveniência*. A miséria alheia não se traduz em conscientização de que o mundo é injusto. Em lugar de solidariedade ou compaixão, o contraste entre os que *têm/conseguiram* e os que *não têm/perderam* reforça a autoestima e o juízo severo dos “conquistadores”.

Para o consumista, fórmulas como “Fiz por merecer” e “Vai trabalhar, vagabundo” não são contraditórias, mas complementares. Conforme observa Michael Sandel: “Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho” (Sandel, 2021, p. 22).

“Vencedores” e hiperconsumistas têm horror a termos que remetam a qualquer forma de assistência – exceção feita à sua colaboração, quase nunca espontânea, mas quase sempre paternalista. No âmbito profissional, o consumista – refém das marcas e dos últimos lançamentos – readquire parte do poderio de super-homem ao disfarçar a exploração dos “seus” *colaboradores* com a falácia da generosidade patronal. Aliás, a desigualdade social pouco lhe importa. A miséria alheia não se traduz em solidariedade

ou compaixão, mas em juízo severo do outro e autoestima.

O consumo deixa de ser privilégio de poucos e se torna direito geral. Como esse ser ignora que o conceito de meritocracia nasceu de um romance distópico de Michael Young publicado em 1958¹¹, utiliza o termo a torto e a direito, cioso de que a lógica do mundo tende à expansão e é *naturalmente* exclusiva. Superado o *welfare state*, o *supercliente* introjeta a racionalidade mercantil: em vez de lamentar que não há (nem haverá) lugar para todos na ordem do consumo, repete a máxima de que as sociedades são assimétricas desde o antigo Egito. De modo geral, o consumista defende a irracionalidade humana – que repousa sobre a concentração de riqueza *versus* a assimetria social –, sob o embalo da falácia de que “basta não desistir dos sonhos” para *todo e qualquer um* “chegar lá”.

Raramente o consumista antevê as anomalias do macrosistema em que infravive. A ideologia empreendedora (“nem patrão, nem empregado”) tornou-o orgulhosamente *prático*, contrafeito ao “idealismo” daqueles que *não trabalham duro* feito ele, ou só orbitam no *mundo teórico* da academia. Nada é mais incompatível com o pensamento, o discurso e a pragmática consumista que a preocupação com as questões sociais, por mais pungentes que elas sejam. Ainda assim, sobram tempo e lugar para o cidadão-cliente se ocupar da vida “empolgante” das celebridades e subcelebridades; acompanhar programas superficiais que supervalorizam minúcias;

assistir a enlatados em cinemas servidos com pipoca e *big* copos de refrigerante.

Para os adeptos e praticantes do hiperconsumismo, as compras perfazem a plenitude possível. Trabalhar até a exaustão passa a ser percebido como chancela nobre e critério nobilitante, capaz de explicar o gasto desenfreado a reboque do salário (ou do novo endividamento via cartão de crédito). Mesmo quando isso acontece, o consumo costuma ser descrito como recompensa moral, mas também funciona como uma espécie de muleta emocional.

O que os consumistas esquecem é que o famigerado “banho de loja” resulta de um movimento cíclico que se inicia pela ansiedade de ter, a compulsão do gasto, a posse do objeto e o questionamento, dali a poucos meses, da efetiva utilidade do item, outrora adquirido com tamanha fúria. A fala consumista naturaliza a criação de falsas necessidades pela indústria e o comércio, que depende de estratégias publicitárias cada vez mais agressivas e invasivas. O deslumbramento frente às engenhocas, perfeitamente dispensáveis até a véspera, traduz-se em sentenças tão totalizantes quanto inconsistentes, tais como: “Eles pensam em tudo”.

O consumista ajuízo e condena o mundo em guerra, mas cega frente à beligerância dos meios de publicidade, prestes a arrancar mais bocados de suas parcas economias. É que o consumista constitui, em essência, um ser guloso e devorador. Se estivéssemos a reler os ensaios de Sigmund Freud, ousaríamos afirmar que parte desse ser permanece na fase oral. De certo modo, bastaria adaptar a imagem de uma boca que morde e suga o seio materno como metáfora da ânsia hiperconsumista. Um misto

11 Edição original: *The rise of the meritocracy* (London, Pelican Books, 1958).

de avidez, pressa e cupidez caracterizam a postura irrequieta desse cidadão-cliente, tão orgulhoso de seus feitos mercantis.

Ora, qual a melhor desculpa para a sua obsessão pelo lucro, que a possibilidade de

mostrar que seus empreendimentos resultaram na penca de objetos-para-as-visitas que ele exhibe sem constrangimento algum, entre a porta de entrada do apartamento financiado e a eclética sala de estar?

REFERÊNCIAS

- AQUINO, S. T. de. *Sobre o ensino (De magistro)/Os sete pecados capitais*. 2ª ed. Trad. Luiz Jean Lauand. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Mourão. Lisboa, Edições 70, 2014.
- BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Trad. Aníbal Alves. Rio de Janeiro/Lisboa, Elfos/Edições 70, 1995.
- BAUDRILLARD, J. *Le système des objets*. Paris, Gallimard, 1970.
- BOURDIEU, P. "Condição de classe e posição de classe", in *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 6ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2005, pp. 3-25.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- FLUSSER, V. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo, Annablume, 2011.
- FROMM, E. *Ter ou ser?* Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- HAN, B. C. *A salvação do belo*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, Vozes, 2019.
- JARRE, J. M. *Musique pour supermarché/Musique for supermarkets*. Disponível em: <https://soundcloud.com/volty-77/music-for-supermarkets-jean>. Acesso em: 15/7/2022.
- LIPOVETSKY, G. "Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna", in S. Charles. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo, Barcarola, 2004, pp. 49-103.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 4ª ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. 26ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

- MARX, K. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo, Expressão Popular, 2015.
- MAYER, J.-P. "Avant-propos", in J. Baudrillard. *La société de consommation: ses mythes, ses structures*. Paris, Éditions Denoël, 2018, pp. 14-5.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX – O espírito do tempo: neurose*. 4ª ed. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.
- PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- PALAHNIUK, C. *Clube da luta*. Trad. Cassius Medauar. São Paulo, Leya, 2012.
- SANDEL, M. J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* 6ª ed. Trad. Bhuvil Libanio. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.
- SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- WILLIAMS, R. "Consumidor", in *Palavras-chave [um vocabulário de cultura e sociedade]*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo, Boitempo, 2007, pp. 109-10.
- YOUNG, M. D. *The rise of the meritocracy*. New Brunswick/London, Transaction Publishers, 2008.

arte





**Portinari:
sonho e
realidade**

Elza Ajzenberg

As comemorações de 120 anos do nascimento do pintor Cândido Portinari (Brodowski, 1903 – Rio de Janeiro, 1962) motivam repensar o perfil, a trajetória artística e os objetivos temáticos do artista. Hoje, muitas questões podem ser assinaladas. Como podem estar conectadas, por exemplo, suas contribuições às suas vivências e às questões históricas e sociais?

A revisão de sua densa e numerosa obra, ou mesmo de uma mostra de sua trajetória, revela um artífice valorizando experiências históricas e vanguardistas. Suas memórias contam muito. Filho de imigrantes italianos, desde criança manifesta sua vocação artística. Aos 15 anos, sai de Brodowski e vai para o Rio de Janeiro, em busca de conhecimentos de pintura, matriculando-se na Escola Nacional de Belas Artes.

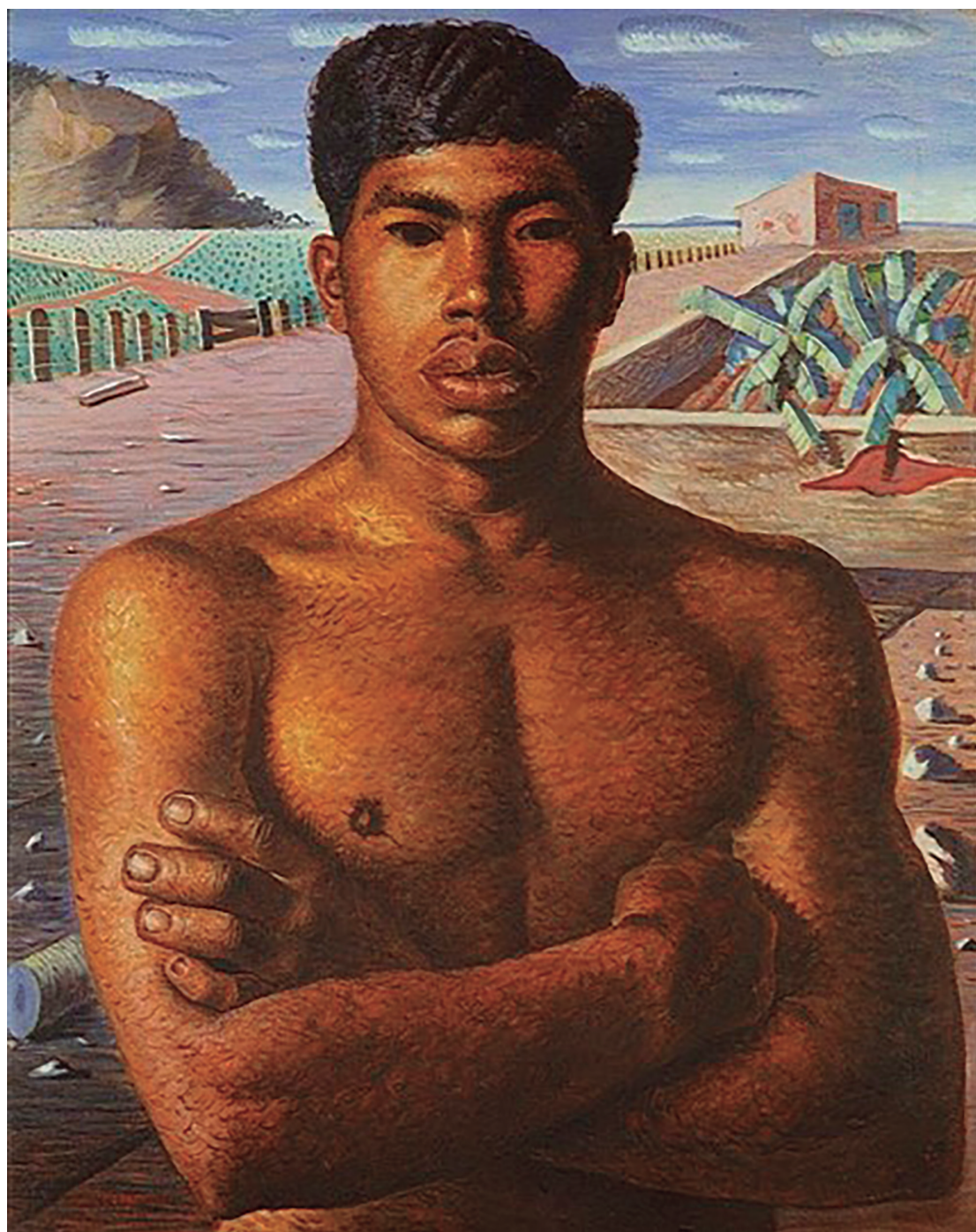
Em 1928, conquista o Prêmio de Viagem. Entre 1929 e 1931, viaja com bolsa de

estudos pela Itália, Inglaterra e Espanha, e fixa residência em Paris. Na Europa, uma experiência transformadora!

Nesse período, pinta apenas quatro quadros, porque o seu tempo é dividido entre os trabalhos e as visitas frequentes a museus, galerias e lugares de reuniões artísticas. Sabe ver os renascentistas e a pintura de vanguarda. Fica profundamente impressionado com as soluções expressionistas, com formas e cores alteradas. Porém, é o contexto social que se insinua como principal fonte de inspiração.

Conhece Maria Martinelli, com quem se casa. Sente saudades de Brodowski e escreve o que pode ser considerado um prefácio de sua futura obra – a história de Balaim: “[...] calças brancas feitas de saco de farinha; paletó listrado, com quatro botões: três pretos e um branco;

ELZA AJZENBERG é professora da Escola de Comunicações e Artes da USP e coordenadora do Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes (ECA-USP).



Mestiço, 1934. Óleo sobre tela. Pinacoteca do Estado de S. Paulo



Futebol, 1935. Óleo sobre tela. Coleção particular



Café, 1935. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: Projeto Portinari

cara mole, esbranquiçada pelo amarelão, aspecto de criança doente [...] eu, quando voltar, vou ver se consigo fazer a minha terra” (Portinari apud Bandeira, 1964).

Em 1931, regressa ao Brasil. Em Brodowski, pinta um afresco influenciado pela Renascença italiana, *Fuga para o Egito* (1937), inspirado na obra de Giotto (1267-1337). Nos momentos seguintes, dedica-se a retratar o contexto brasileiro.

Em 1935, obtém reconhecimento internacional com a tela *Café*, recebendo menção honrosa na exposição do Instituto Carnegie (Pittsburgh, EUA). Nessa obra, o vigor do trabalhador, a plantação de café e as cores terrosas são elementos importantes para as futuras obras, objetivando questões plásticas e sociais.

A tendência muralista de Portinari revela-se nos painéis executados no Monu-

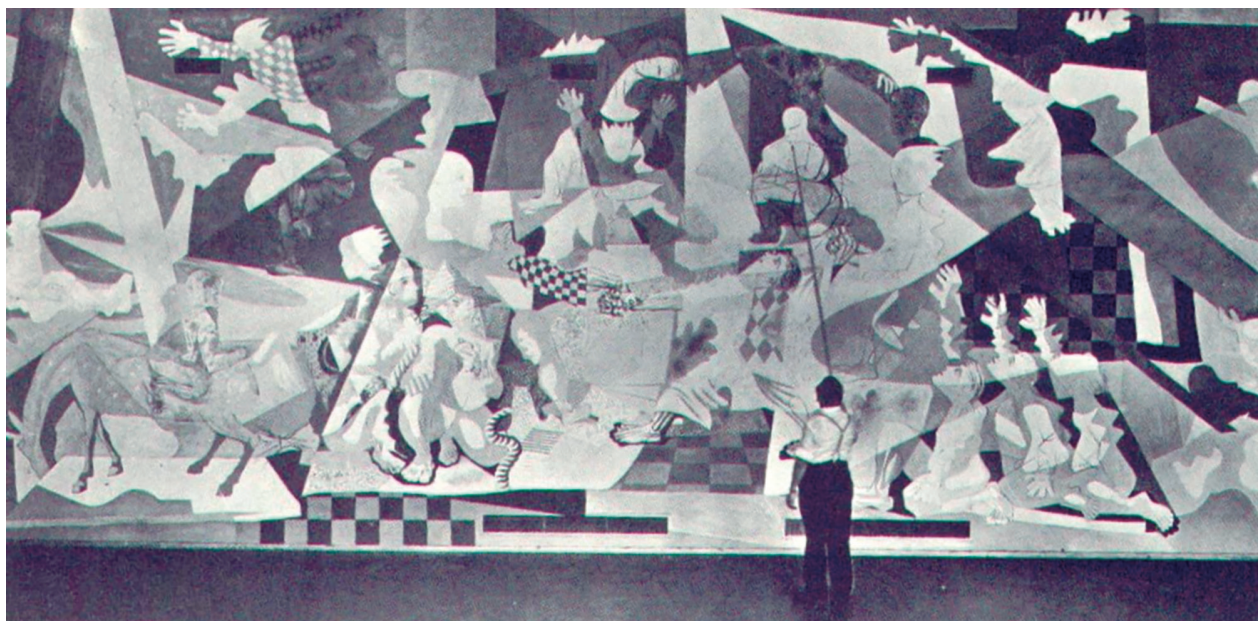


Algodão, 1938. Pintura mural afresco. Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro



Descobrimento, 1941. Mural a têmpera. Biblioteca do Congresso, Washington, DC, EUA.

Fonte: Projeto Portinari



Portinari terminando *Jogos infantis*, no Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, c. 1940

mento Rodoviário Belvedere, na Estrada Rio-São Paulo, em 1936. A convite de Gustavo Capanema, são realizados os murais no edifício do Ministério da Educação, no Rio, retratando ciclos nacionais históricos e econômicos (1936-1944).

Em 1938, o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) adquire o qua-

dro *O morro*, que René Huyghe, diretor do Louvre, aconselhara Portinari a não inutilizar. Em 1939, executa três grandes painéis para o Pavilhão Brasileiro da Feira Mundial de Nova York. Em novembro do mesmo ano, expõe 269 trabalhos no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Nasce o seu único filho – João Cândido.



São Francisco de Assis, 1944. Painel de azulejos. Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, Belo Horizonte. Fonte: Projeto Portinari



Criança morta, 1944. Óleo sobre tela. Museu de Arte de São Paulo (Masp). Fonte: Projeto Portinari



Em 1940, participa da “Exposição Latino-Americana”, no Museu Riverside de Nova York. Expõe com grande sucesso em Detroit, EUA, e no MoMA. A University of Chicago Press publica *Portinari, his life and art*, o primeiro livro sobre o artista.

Em 1942, passa alguns meses nos Estados Unidos, pintando quatro afrescos para a Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, em Washington. No MoMA, vê *Guernica*, de Picasso, que o impressiona profundamente. Portinari analisa-o com lupa.

De volta ao Brasil, realiza, em 1943, oito painéis conhecidos como a Série Bíblica, influenciado pela visão de *Guernica* e sob o impacto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A pedido de Assis Chateaubriand, pinta uma série de murais para a Rádio Tupi do Rio, inspirados na música popular brasileira. Ilustra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

O contexto trágico da Segunda Guerra Mundial está também conectado à conhecida Série Retirantes, de 1944. Altera as formas para assinalar a essência dos seres. A condição de retirantes – ou, como Portinari prefere, *despojados* –, além de expor

os sofrimentos vividos na guerra, estabelece paralelos com a árida jornada das famílias nordestinas brasileiras. Nessa série, o expressionismo de Portinari acentua rasgos na pele, utilizando instrumentos cirúrgicos. Estabelece comparativos com cenas bíblicas: *O Menino morto* retoma a *Pietà*.

“Todas as coisas
Frágeis e pobres
Se parecem comigo”
(Portinari, 1964).

Enquanto em *Criança morta* o expressionismo do artista evidencia a morte exposta, o corpo consumido pela miséria, o *Enterro na rede* mostra o reflexo da morte nas pessoas. A morte provoca revolta. Os dois homens, de punhos cerrados, carregam o morto na rede, seguindo a tradição. Formam um triângulo com a mulher no centro, de costas para o observador.

Ainda em 1944, é convidado para pintar o painel e os azulejos sobre São Francisco de Assis, na Capela da Pampulha, projeto de Oscar Niemeyer para o prefeito de Belo Horizonte – Juscelino Kubitschek. Portinari estuda o tema seguindo o *Evangelho de São João*. Nessa



Tiradentes, 1949. Têmpera sobre tela. Memorial da América Latina, São Paulo. Obra destinada, inicialmente, ao Colégio de Cataguases, MG

obra, o drama e o patético vão se acentuando à medida que os passos se aproximam da crucificação, com referências ao *Retábulo de Isenheim*, de Mathias Grunewald (1470-1528).

O corpo torturado lembra ainda a desarticulação de seus espantalhos – o

que já prenuncia a cena do corpo esquartejado do mural *Tiradentes*. Face à arquitetura inovadora e às imagens chocantes, a Capela da Pampulha é considerada ultrajante, permanecendo fechada por dez anos.

Os anos de 1940 somam diversas abordagens históricas. Em 1948, em Monte-



Tiradentes, 1949 (detalhe)



Enterro na rede, 1944. Óleo sobre tela. Museu de Arte de São Paulo (Masp)



Autorretrato, 1957. Óleo sobre madeira compensada

vidéu, Uruguai, pinta a *Primeira missa no Brasil*, objeto de magnífica análise de Mário Pedrosa. Em 1949, executa o painel *Tiradentes*. Trata-se da representação dos episódios e protagonistas principais da Inconfidência Mineira. A encomenda da obra foi do Colégio de Cataguases, Minas Gerais, com projeto de Oscar Niemeyer. Essa cidade registra a publicação da *Revista Verde*, na qual colaboraram vários escritores modernistas.

Posteriormente, o painel *Tiradentes* compôs o acervo da Coleção de Arte do Palácio dos Bandeirantes, e hoje se encontra no Memorial da América Latina, em São Paulo. Portinari dedica-se ao mural por quase um ano. Destaca formas geométricas, acentua cores em contraste com as

formas mais realistas das figuras humanas. A narrativa e a homenagem ao mártir da Inconfidência retomam obras anteriores do pintor. Em azul pálido, retoma a memória de *Os retirantes* de 1944. É um quadro dentro do outro, numa fusão de símbolos e mensagens.

Nos anos seguintes, a densidade de sua produção, visibilidade e reconhecimento internacionais continuam. Em 1950, viaja à Itália e visita Chiampo, na província de Vicenza, no Vêneto, terra natal de seu pai. Expõe trabalhos na Bienal de Veneza. Em 1951, participa com sala especial da 1ª Bienal de São Paulo.

Em 1952, pinta outro painel com temática histórica – *A chegada da Família Real portuguesa à Bahia* – e inicia os estudos



Guerra e paz, 1956. Têmpera sobre tela. ONU, Nova York

dos painéis *Guerra e paz*, destinados à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Em 1955, recebe a medalha de ouro concedida pelo International Fine Arts Council, cuja sede fica em Nova York, como melhor pintor do ano.

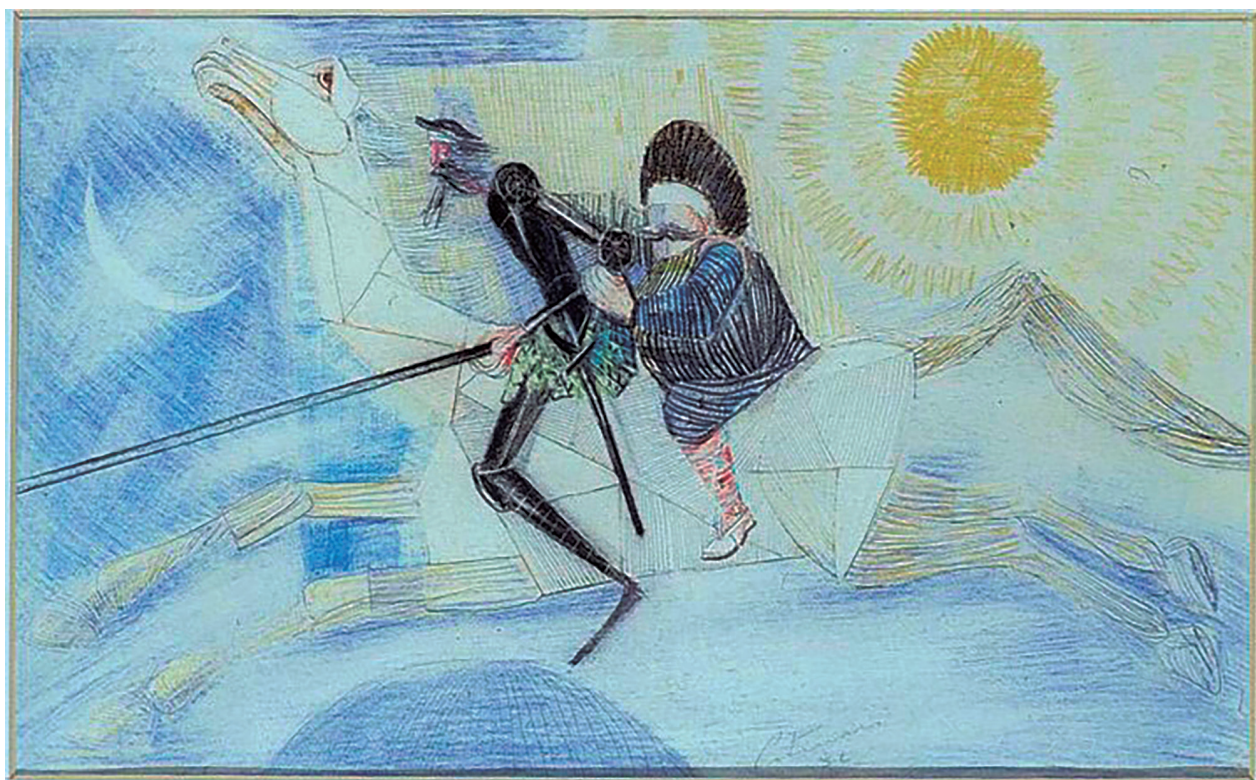
Em 1952, Portinari viaja a Israel, expondo em alguns museus locais. No mesmo ano, sofre intoxicação pelo uso de tintas. Um dos instrumentos com que pode continuar seu trabalho é o lápis de cor. Recorre a esse meio para poder continuar a expressar seu mundo criativo. Desse convívio com o lápis nascem várias obras, com destaque à extraordinária Série D. *Quixote* – 21 desenhos da Coleção dos Museus Castro Maya, no Rio.

Inspirado no texto de Cervantes, Portinari consegue ilustrar um mundo sim-

bólico, sem perder a forma humana, a intensidade e a naturalidade da vida. Entre o sonho e a realidade, exprime um mundo de fantasia, de liberdade, de aspiração do heroísmo – a apoteose do herói popular. Tal momento assinala o lirismo dos últimos anos do pintor.

Em 1957, expõe em Paris, França, e Munique, Alemanha. É o único artista brasileiro convidado a participar da exposição “50 Anos de Arte Moderna”, no Palácio das Belas Artes, em Bruxelas, Bélgica, em 1958. Em seguida, participa da 1ª Bienal de Artes Plásticas da Cidade do México.

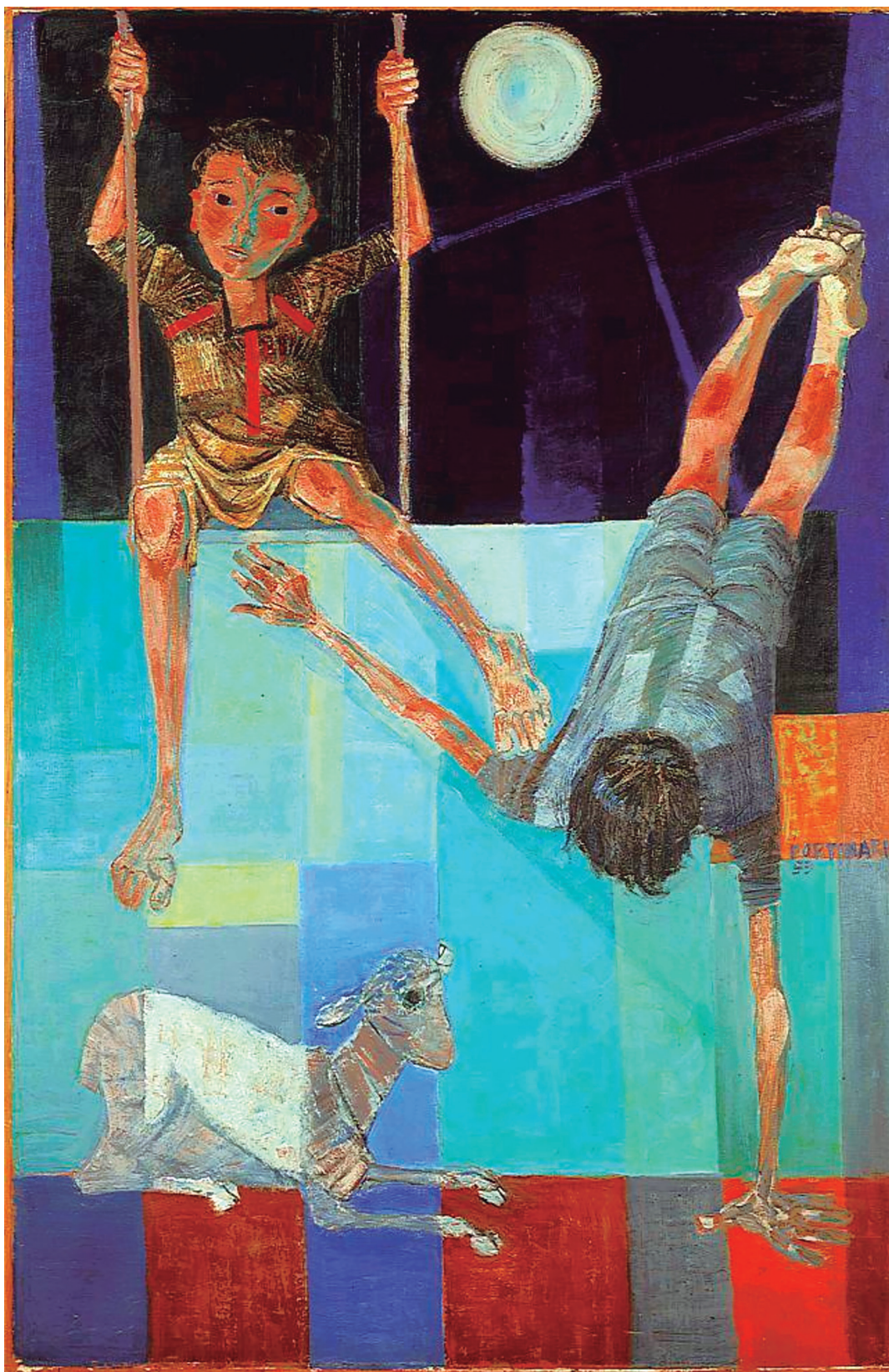
Em 1961, tem um momento de grande emoção e alegria, pelo nascimento de sua neta Denise. No mesmo ano, realiza sua última viagem à Europa.



Cavalo de pau (Série D. *Quixote*), 1956. Lápis de cor sobre cartão. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro



Meninos brincando, c. 1958. Óleo sobre madeira.. Coleção particular



Meninos com carneiro, 1959. Óleo sobre madeira. Coleção particular



Denise em Copacabana, 1961. Óleo sobre tela



Casa de Portinari em Brodowski, SP, hoje Museu Casa de Portinari



Candido Portinari

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, E. *Portinari – D. Quixote*. São Paulo, MAC-USP, 2003.
- AJZENBERG, E. *Portinari: três momentos*. São Paulo, Edusp, 2012.
- AMARAL, A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- ANDRADE, M. de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo, Martins, 1965.
- BANDEIRA, M. "Portinari poeta", in C. Portinari. *Poemas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.
- BARDI, P. M. *Candido Portinari (1903-1962). Cem obras-primas de Portinari* (catálogo). São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, 1970.
- CALLADO, A. *Retrato de Portinari*. Rio de Janeiro, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro/Departamento de Imprensa Nacional, 1958.
- FABRIS, A. *Portinari, pintor social*. São Paulo, ECA-USP, 1977.
- FILHO, M. *A infância de Portinari*. Rio de Janeiro, Bloch, 1966.
- LANDUCCI, L. *Portinari*. Rio de Janeiro, Penguin, 1947.
- MARTINS, L.; BENTO, A. *Portinari*. São Paulo, Graf. Brunner, 1972.
- MEIRELLES, C. *Romanceiro da Inconfidência*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1965.
- MILLIET, S. "O painel de Tiradentes". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6/set./1949.
- PEDROSA, M. "A missa de Portinari". *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/ago./1948.
- PEDROSA, M. "O painel de Tiradentes". *Diário de São Paulo*. São Paulo, 18/nov./1949.
- PORTINARI, C. *Arte sacra*. Apresentação de Alceu Amoroso Lima e comentários de Frei Bruno Palma. Rio de Janeiro, Alumbramento, 1982.
- PORTINARI, C. *Poemas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

Sites

- PORTINARI, O PINTOR SOCIAL. Disponível em: www.estado.com.br/edicao/especial/porti.
- PROJETO PORTINARI. Disponível em: www.portinari.org.br.

livros



Lições para sair do atoleiro

Daniel Afonso da Silva

A economia brasileira como ela é – como reverter a destruição neoliberal,
de J. Carlos de Assis, Rio de Janeiro, Amazon, 2022, 116 p.

Q

uem em 2022-2023 alcançou alguma idade, passou dos 40 ou 50 anos e cultivou alguma cultura vai se lembrar com nostalgia dos tempos em que o destino do Brasil e dos brasileiros era apresentado em ideias transcritas em livros debatidos em toda parte. Aqueles tempos – que começaram a esmaecer na inauguração do século XXI – pareciam remontar às raízes mais antigas das civilizações contemporâneas que foram tangidas pela prática do convencimento e pela arte da persuasão.

Quem em 2022 perscrutar convencimento e persuasão, em contrário, vai encontrar *tweets*, grunhidos e força bruta. O diálogo virou ofensa. A democracia, quimera. A representação, ilusão.

Aos mais moços, toda essa degradação pode parecer normal, natural e até fes-

tiva. Aos mais vividos, não restam dúvidas: estamos à beira da falésia, envoltos em tormentas, flertando com o trágico, subestimando o *memento mori*.

J. Carlos de Assis, em anúncio, vem nos advertir da gravidade de tudo isso. O seu recente e necessário *A economia brasileira como ela é – como reverter a destruição neoliberal* é o mais oportuno convite ao diálogo, ao convencimento e à persuasão que se poderia fazer nestes tempos desabados que nos toca viver.

Não é a primeira vez que J. Carlos de Assis nos golpeia a alma com ideias percucientes e lucidez acachapante transcritas em livros seminais. Quem vivenciou conscientemente a batalha de ideias que ambientou a redemocratização brasileira recente possui na memória e na retina o impacto político, intelectual e cultural de A

DANIEL AFONSO DA SILVA é doutor em História Social pela FFLCH-USP e integrante do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (Nupri) da USP.

chave do tesouro (São Paulo, Paz e Terra, 1983), *Os mandarins da República* (São Paulo, Paz e Terra, 1984) e *O grande salto para o caos* (escrito com Maria da Conceição Tavares) (Rio de Janeiro, Zahar, 1985). Com uma mistura de análise política de conjunturas econômicas e abordagens filosóficas de história das ideias econômicas, o autor inaugurou ali, de uma só vez no Brasil, o jornalismo investigativo e o jornalismo econômico; e, pouco a pouco, foi se tornando referência incontornável para a compreensão dos males causados pelo Estado militar de 1964 a 1985.

Quem adentrou na vida adulta sob a Constituição Cidadã de 1988 e observou de soslaio a agonia caboteira dos mil dias da presidência de Fernando Collor de Mello não pôde deixar de notar a presença marcante de *A Nêmesis da privatização* (Rio de Janeiro, MECS, 1997) e *As sete bestas do fim do mundo* (Rio de Janeiro, ANC, 1998) na compreensão do que foi, poderia ser e deveria ter sido a presidência de Fernando Henrique Cardoso.

Quem ficou consternado com os ataques de 11 de setembro de 2001 encontrou em *O atentado da nova era* (Rio de Janeiro, MECS, 2001) os elementos mais determinantes para rasgar o véu da ingenuidade e perceber a onipresença do trágico como sopro de vida na história dos homens. Consequentemente, quem de fato rasgou esse véu percebeu que a contemporização desse império de tragédias possui como caminho apenas o reconhecimento quântico de Deus, corporificado e demonstrado em *A razão de Deus* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012).

Esses não são todos os títulos de J. Carlos de Assis – ao todo, ele publicou mais

de três dezenas de livros e dezenas de milhares de artigos nos principais periódicos nacionais –, mas esses foram os esforços que encontraram o *timing* exato para suprir as demandas precisas de um público cujos olhos viam uma realidade que sua inteligência era precária para compreender.

Em *A economia brasileira como ela é*, uma vez mais, J. Carlos de Assis vem para auxiliar todos a encontrarem esperança em flor num cenário complexo e, muitas vezes, incompreensível, que nos prenuncia ruínas.

Quem em 2022-2023 alcançou alguma idade e alguma cultura vai fazer vinculações imediatas entre *A economia brasileira como ela é* e as colunas “A vida como ela é”, de Nelson Rodrigues. A mensagem nuclear dos contos do saudoso cronista pernambucano que faz tempo nos deixou segue eloquente: a vida é real, independentemente das ilusões nutridas sobre ela. A mensagem de nosso J. Carlos de Assis – mineiro de Marliéria, radicado no Rio de Janeiro desde os anos de 1960 e insistente observador da realidade integral do Brasil desde sempre – não é menos enfática ou eloquente: vaticina que a superação das ilusões neoliberais, em 2022 e depois, é um imperativo nacional para o Brasil e para os brasileiros.

O tom contundente e realista da lição do título de J. Carlos de Assis persegue todos os suspiros do livro. Ora com mais, ora com menos ênfase. Mas sempre com bocejos de esperança. Em seus mais de 70 anos de idade, sendo mais de 50 dedicados a compreender o Brasil, esse nosso autor segue entusiasta da capacidade brasileira de superação das agruras permanentes da sociedade dos brasileiros. Desemprego elevado, taxas de juros extravagantes, inflação

descontrolada, câmbio oscilante, atividade da economia real estagnada, financeirização do capital, digitalização da vida atropelando tudo, retórica climática enviesada e mundialização de ilusões transvestida em pensamento único do *mainstream* dos economistas são alguns dos temas contra os quais J. Carlos de Assis se insurge.

A presidência de Jair Messias Bolsonaro não representa o foco da crítica do livro. Entretanto, J. Carlos de Assis, como informado e sofisticado observador, destaca a recorrência histórica dos problemas que ultrapassam os anos de 2019-2022 e chegam ao retorno do presidente Lula da Silva. Em seu entender, na quadra do ministro Paulo Guedes no manejo da Economia, todas as ilusões econômicas do passado se aceleram drástica e dramaticamente. E, caso não sejam revertidas pelo ministro Fernando Haddad, poderão nos lançar num nevoeiro sem retorno.

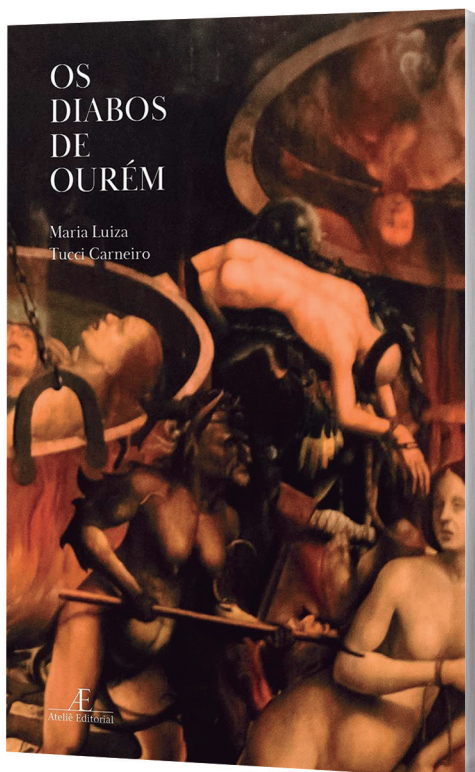
Capítulo a capítulo, J. Carlos de Assis vai descrevendo o lado obscuro desse

nevoeiro e concomitantemente vai desenhando alternativas e soluções de retorno ou indução a dias claros amenos de sol. Temas e problemas áridos e complexos, feito dívida pública, gestão de crédito, política monetária, pacto federativo e sistema financeiro são tratados com rigor comezinho, mas numa linguagem apreensível a todos. Mesmo aos mais leigos, velhos ou moços.

Vale ressaltar, nesse quesito, que J. Carlos de Assis não é bem um escritor. É um oleiro. E seus livros, escritos e ideias são como tijolos para a construção de um Brasil novo, melhor e mais justo para contemplação, inspiração e fruição de quem vier.

A economia brasileira como ela é, por tudo isso, é um livro repleto de predicados. Mas, diferente do que se pode intuir, não é bem algo para ser lido. É, antes e acima de tudo, uma lição a ser praticada; um Brasil a ser reconstruído.

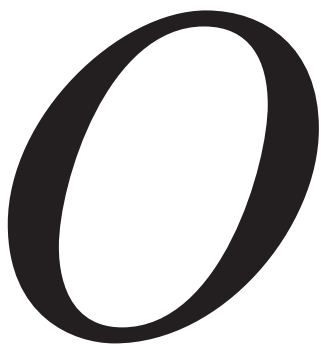
Resta saber se estaremos à altura dessa missão.



Entre Deus e o Diabo, a histeria coletiva

Karina Marques

Os diabos de Ourém, de Maria Luiza Tucci Carneiro,
Cotia, Ateliê Editorial, 2023, 266 p.



s diabos de Ourém é o que podemos chamar de uma narrativa especular, por meio da qual o comportamento social inserido no universo ficcional vê-se refletido no espaço extradiegético de recepção da obra. Como ponto de contato interespacial, encontramos uma crise epidêmica semelhante: aquela de cólera-morbo na antiga província brasileira do Grão-Pará, em 1855, e a pandemia de Sars-CoV-2, nos finais de 2019. A ambiguidade do referencial “ano da peste”, mencionado na primeira página para situar temporalmente o enredo, cria um espaço “paratópico” (Maingueneau, 2004, pp. 52-3) de enunciação, no limiar entre o texto e o mundo. Um pacto metaficcional é, então, estabelecido, criando uma relação estreita entre enunciador e destinatário. Sentimos que o autor não escreve para um leitor-modelo, atemporal,

mas para um cúmplice de seu tempo. E que, ainda que contida no exotismo do vilarejo equatorial de Ourém, constatamos estar diante de uma história de pendor universal, cujo foco não se concentra no fato em si, mas no que dele se depreende da psicologia humana.

Trata-se, assim, inquestionavelmente, de um marco no romance histórico brasileiro, pelo efeito reflexivo engenhosamente criado, unindo criação e recepção literária em torno de dois momentos históricos oportunamente cotejados. Merece, ainda, destaque a singularidade de uma voz narrativa repleta de escárnio pela ilusão de controle dos fatos pelos personagens.

Por meio dessa voz, projeta-se a imagem do historiador, afirmada no Posfácio do livro. Maria Luiza Tucci Carneiro, a notável historiadora que revelou as cir-

KARINA MARQUES é professora adjunta (*maitre de conférences*) no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Poitiers (França).

culares secretas antisemitas dos governos Vargas e Dutra, assume-se, portanto, como autora deste seu primeiro romance, baseado em fontes documentais por ela mesma investigadas. Ela confessa ser a obra fruto da “expressão dos dilemas de uma historiadora que se viu indecisa entre as fronteiras do histórico e do literário, do real e do imaginário” (p. 243). Em sentido inverso, esses mesmos dilemas foram compartilhados pelos historiadores franceses Yves-Marie Bercé e Michel de Certeau nos seus estudos historiográficos relativos, respectivamente, aos casos de possessão demoníaca que marcaram a França do século XVII e, mais especificamente, sobre o famoso caso do convento das freiras ursulinas em Loudun, em 1634. O primeiro apresenta a sua obra como um “livro de ‘história’, ou melhor, de ‘histórias’”¹. Já o segundo, historiador consagrado, afirma que “a história nunca está segura”². Sobre os sinais de desespero coletivo em épocas de crise, Certeau afirma que

“essas expressões da inquietação social parecem recusar [...] os limites de um presente e as condições reais de seu futuro. Como cicatrizes fixam novas doenças no mesmo lugar das antigas, elas dão previamente sinais e localização para uma fuga (ou um retorno?) do tempo. Daí o caráter imemorial que se liga às irregularidades da história, como se unissem

um começo sem passado, o fundo obscuro da insegurança, uma ‘singularidade’ latente, desvelada no plural contínuo dos acontecimentos. [...] Podemos banir tão facilmente o pânico da história?”³.

É esse eterno retorno do pânico na cicatriz aberta na história que nos permite associar o episódio singular de Ourém, num Brasil recém-independente, com a crise mundial de Sars-CoV-2, que pontua o momento mesmo da primeira publicação do romance, em versão digital⁴; obra que saiu este ano editada num belo volume pela Ateliê Editorial. Curiosamente, o caso de Loudun ocorreu quase no final de uma longa epidemia, época em que, simultaneamente, Descartes dá a lume o seu *Discurso do método* (1637). Um julgamento público, envolvendo instâncias jurídicas, políticas e religiosas, além de pareceres científicos descreditados, sela tanto o episódio francês quanto o brasileiro.

Em *Os diabos de Ourém*, temos como fio condutor da trama o caso jurídico-ecclesiástico do vigário exorcista José Maria Fernandes, cujos autos de inquirição foram encontrados pela autora em suas pesquisas no Arquivo da Arquidiocese de Belém

1 Tradução nossa: “Ceci est un livre d’histoire ou plutôt d’histoires” (Bercé, 2018, p. 7).

2 Tradução nossa: “l’histoire n’est jamais sûre” (Certeau, 2005, p. 15).

3 Tradução nossa: “Ces langages de l’inquiétude sociale semblent récuser [...] les limites d’un présent et les conditions réelles de son avenir. Comme des cicatrices fixent à de nouvelles maladies la même place que les anciennes, ils donnent à l’avance ses signes et sa localisation à une fuite (ou à un retour?) du temps. De là, ce caractère d’immemorial qui s’attache aux irrégularités de l’histoire, comme si elles rejoignaient un commencement sans passé, le fond obscur d’une insécurité, une ‘singularité’ latente, dévoilée dans le pluriel continu des événements. [...] Peut-on si facilement exiler de l’histoire la panique?” (Certeau, 2005, p. 14).

4 Primeira publicação, em formato digital: Amazon/Kindle, 2020.

do Pará, em 1975. Tendo o caso ocorrido numa região ainda hoje negligenciada pelo poder central do país, a sua importância é atestada pelo fato de que, anos depois, em 1998, a historiadora volta a se deparar com mais documentos associados a esse episódio, desta vez no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro. Na antiga capital do Império, a autora encontra um ofício da Secretaria da Polícia do Pará, datado de 5 de setembro de 1860, encaminhando ao secretário do Instituto Histórico da Corte do Rio de Janeiro um folheto intitulado *Averiguações policiais sobre os fatos praticados na Vila de Ourém a pretexto de possessão do Demônio*. A constatação do desaparecimento desse folheto abre a brecha para o adentrar do imaginário no corpo da história, recriando o que já de *per se* é rico em fabulação.

Às forças do padre exorcista submetem-se não apenas Deus e o Diabo, como toda uma cidade amedrontada pelo fantasma das pestes e pragas enviadas pela ira de ambos. Aproveitando-se do clima de histeria coletiva reinante, o espaço paroquial torna-se, então, um teatro político sob direção de José Maria Fernandes, no qual são dramatizadas as cenas de possessão de Martinha, a escrava endiabrada, e do português Elias de Souza Pinto, ex-ourives e negociante. Nesse teatro, no qual desfilam autoridades políticas e eclesiásticas locais e regionais, também são armados autos de fé simbólicos nos quais os inimigos são queimados vivos. Esses bodes expiatórios, como o comerciante espanhol Bento Mattos e a sua finada amante, Maria do Nascimento, servem para expurgar os males coletivos não só do povo, mas, sobretudo, aqueles do vigário e do presidente

da Câmara, Martinho dos Santos Martines. Com este, Fernandes divide a coautoria da personagem luciferina Martinha.

A Elias, filho legítimo da metrópole recentemente perdida, Fernandes confessa a sua admiração pelos inquisidores portugueses de outrora, que, tal como ele, eram *experts* em “rastrear a presença do demônio em terras tropicais” (p. 27). O padre faz clara alusão às “visitações” do Santo Ofício ao Brasil, cuja última e mais longa aconteceu, justamente, no estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1763 até, provavelmente, 1772. E, corroborando a ideia de uma afinidade histórica entre colônia e metrópole, também a Ourém portuguesa foi palco desses *experts* em exorcismo.

O ex-ourives que acreditava ler “as linhas – e principalmente as entrelinhas – de seu melindroso cotidiano” (pp. 9-10) de desbravador do Novo Mundo, vê-se perdido ao chegar à Ourém amazônica. Nesse vilarejo, passa a cortejar a morte ao contrair cólera; diagnóstico este percebido, todavia, como insuficiente para apaziguar o seu espírito aventureiro ferido. O parecer é, por isso, completado pelo vigário Fernandes, conhecedor das “ciências ocultas”: Elias é “suspeito de estar endiabrado e acometido de cólera” (p. 47). Ele passa, então, a dividir o palco paroquial com Martinha, assumindo o papel de Ciprião – ou seria de “Cipriano”, “São Cipriano”, feiticeiro convertido ao cristianismo, conhecedor dos mistérios da transmutação enquanto alquimista, assim como Elias o foi enquanto ourives? Elias, contudo, em razão talvez do seu grande temor a Deus, não consegue desempenhar convincentemente o seu papel de endiabrado.

É Martinha, encarnando o espírito da sua antiga patroa, Maria do Nascimento, ex-pecadora transformada em “Santa Maria Mártir”, que rouba a cena das sessões de “espanta-diabo”. Simone de Beauvoir diz ser a mulher “ídolo supremo nas regiões longínquas do céu e dos infernos; cercada de tabus como todos os seres sagrados, ela mesma é tabu; em razão dos poderes que detém, é vista como mágica, feiticeira”⁵. Após terem sido queimadas como bruxas, sobretudo nas zonas campestres do Norte da Europa, as mulheres tornam-se as principais vítimas de episódios de possessão demoníaca, como aqueles que acometeram muitos conventos franceses no século XVII. Sobre essa transformação da imagem da mulher, Beauvoir aponta para uma manipulação da Igreja Católica sobre o corpo feminino, subjugado à sociedade patriarcal através da idealização da imagem da Santa Maria: “Ela é a figura invertida de Eva, a pecadora; ela esmaga a serpente sob seus pés; ela é a mediadora da salvação, como Eva foi da condenação”⁶. Coabitada pelas forças antagônicas de Eva e de Maria, Martinha condensa em si todo o mistério feminino da criação e da destruição. Chantageada pelo vigário que a toma por escrava sexual em troca de sua liberdade, é ela que passa a tê-lo nas mãos. É o seu corpo de anticristo exposto lascivamente

no altar, liberto de todo o sofrimento e repressão, que atrai multidões à igreja. Martinha cria, assim, nos termos de Carlos Roberto F. Nogueira (2002, p. 103), um “prazer estético do mal”, que se contrapõe à “didática do medo” do padre exorcista. Satã é, no romance tuciano, símbolo de libertação contra uma sociedade patriarcal escravagista que tem no medo cristão a sua maior arma de dominação. Assim, Martinha, encarnação perfeita do bode expiatório coletivo enquanto mulher, negra e escrava, consegue, graças à sua performance luciferina, inverter o jogo social.

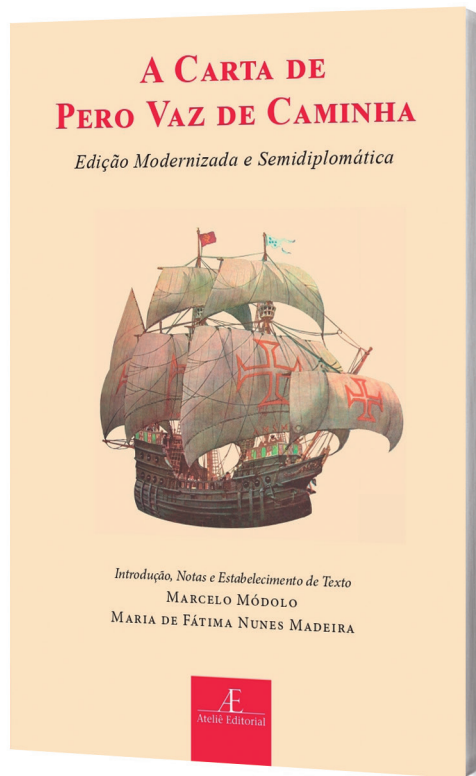
A querela entre ciência e religião, característica de momentos epidêmicos, também é pintada no romance com cores vivas, ganhando fortes contornos políticos. D. Pedro II é acusado de abrir excessivamente a entrada no país a cientistas estrangeiros, sem conseguir, no entanto, um tratamento eficaz às vítimas do “vômito preto”. Além da necessidade de ressuscitar os velhos bodes expiatórios, segundo um mecanismo de culpabilização das minorias e de responsabilização dos governantes – que passam a ser também acusados de complô contra a própria população –, vemos a exacerbação comum de um sentimento nacionalista representado pela proteção das fronteiras territoriais. Quando não temos uma explicação racional para uma crise sanitária, quando não sabemos quase nada sobre um agente patogênico responsável por uma epidemia e, principalmente, quando não sabemos como tratar a devastação por ele causada, é o grito que preenche a ausência de resposta. Não, não é fácil banir o pânico da história; entre Deus e o Diabo, a histeria coletiva reaparece.

5 Tradução nossa: “*Suprême idole dans les régions lointaines du ciel et des enfers, la femme est sur terre entourée de tabous comme tous les êtres sacrés, elle est elle-même tabou; à cause des pouvoirs qu'elle détient on la regarde comme magicienne, sorcière*” (Beauvoir, 1993, p. 123).

6 Tradução nossa: “*Elle est la figure inversée d'Ève la pécheresse; elle écrase le serpent sous son pied; elle est la médiatrice du salut, comme Ève l'a été de la damnation*” (Beauvoir, 1993, pp. 284-5).

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. de. *Le deuxième sexe I. Les faits et les mythes*. Paris, Gallimard, 1993.
- BERCE, Y.-M. *Esprits et démons. Histoire des phénomènes d'hystérie collective*. Paris, La Librairie Vuibert, 2018.
- CERTEAU, M. de. *La possession de Loudun*. Paris, Gallimard, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Le discours littéraire. Paratopie et scène d'énonciation*. Paris, Armand Colin, 2004.
- NOGUEIRA, C. R. F. *Diabo no imaginário cristão*. Bauru, Universidade do Sagrado Coração, 2002.



A carta de Caminha

José de Paula Ramos Jr.

A carta de Pero Vaz de Caminha, introdução, notas e estabelecimento de texto de Marcelo MÓDOLO e Maria de Fátima Nunes Madeira, São Paulo, Ateliê Editorial, 2023, 120 p.

Nove de março de 1500. Comandada por Pedro Álvares Cabral, uma esquadra formada por três caravelas e dez naus menores parte de Lisboa com destino à Índia. Em vez de navegar rente à costa africana, a esquadra dela se desvia ao alto-mar rumo ao Ocidente. Em 22 de abril foi avistada terra, nomeada Monte Pascoal, pois era época da Páscoa católica. Mas ao aproximarem-se da terra firme, verificaram que não era um simples monte, mas uma extensão enorme, mais tarde denominada Terra de Santa Cruz, antes de ser designada Brasil.

Os navegantes permaneceram no sul da Bahia por cerca de dez dias. Em 2 de maio a esquadra levanta âncoras e parte em demanda da Índia, que era o seu primeiro propósito. Cabral ordena que uma nau regressasse a Portugal, levando a notícia do descobrimento na Carta ao rei

Dom Manuel, escrita por Pero Vaz de Caminha e datada de 1º de maio de 1500.

A Carta de Caminha, denominada “certidão de nascimento do Brasil”, registra o espanto perante a natureza exuberante e a estranheza perante os autóctones. Os belos e hígidos corpos e feições dos indígenas contrastavam com o aspecto dos portugueses, vestidos em pesadas roupas usadas e sujas, além de, provavelmente, exalarem um odor desagradável, pela ausência de banho. Tudo era inusitado aos olhos do europeu devoto católico, que observa a nudez de homens e mulheres sem que houvesse vergonha entre eles, mas inocência. Isso o leva a sugerir ao rei Dom Manuel que a ação mais importante na colonização da terra seria a catequese e conversão do gentio ao cristianismo católico. Mas não somente, o escrivão também sugere que a

JOSÉ DE PAULA RAMOS JR. é professor aposentado do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP e autor de *Leituras de Macunaíma: 1928-1936* (Edusp/Fapesp).

terra poderia ser fonte de cultura agrícola abundante, embora não houvesse mais que indícios de que ouro e prata pudessem lá ser encontrados.

Os indígenas não foram belicosos, ao contrário, interagiram com os portugueses e chegaram a dançar com eles. Por ocasião das duas missas celebradas pelo frei Henrique Soares, os indígenas imitaram os movimentos dos navegantes, que ora se ajoelhavam, ora postavam-se em pé. Evidentemente, sem saberem os significados dessas atitudes.

Caminha pôde se expressar de acordo com sua cultura historicamente configurada, proporcionando, segundo essa perspectiva, uma visão dos primeiros contatos entre portugueses e selvícolas. A visão

dos indígenas perante o “outro”, porém, só pode ser imaginada.

A edição da Carta na Coleção Clássicos Ateliê comenta com minúcia as observações de Caminha e se caracteriza sobretudo por uma abordagem do texto original de caráter filológico, com a transcrição diplomático-interpretativa e a transcrição modernizada e anotada, trabalho realizado com exclusividade para a Ateliê Editorial pelo professor Marcelo Módolo, da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, com a colaboração de Maria de Fátima Nunes Madeira.

Os estudantes do ensino médio e das faculdades de Letras, bem como a crítica literária, terão acesso a um texto fidedigno e esclarecedor.

**A *revistausp* RECOMENDA
A SEUS COLABORADORES QUE
ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO
COM AS NORMAS ABAIXO:**

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensina e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter *resumo/abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e *palavras-chave/keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a ***revistausp*** não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da ***revistausp*** a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em suas áreas. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo; é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta fazer um depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130010-5) em nome da Edusp - Editora da USP, CNPJ 63.025.530/0072-06, no valor de R\$ 70,00 (+ frete). Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00 (+ frete). O preço da revista avulsa é R\$ 20,00 (+ frete). Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

www.usp.br/revistausp
revisusp@usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **revistausp**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, é editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	65 20 Anos de Redemocratização	87 Música Brasileira	98 Memória	109 Democracia na América Latina	121 Artes & Letras	132 Bicentenário da Independência: Economia
7 Tecnologias	66 Ano Internacional da Física	88 Humor na Mídia	99 Futebol	110 Ética e Sociedade	122 Feminismos	133 Bicentenário da Independência: Cultura e Sociedade
33 Aids	72 Ar/Fogo	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	100 Educação	111 Música Popular Brasileira na USP	123 Histórias Culturais Transatlânticas	134 Bicentenário da Independência: Política
39 Rumos da Universidade	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	90 Marketing Político	101 Justiça Brasileira	112 Americanistas	124 Inteligência Artificial	135 Bicentenário da Independência: Ciência e Tecnologia
47 Alternativas para o Século XXI	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	91 Catástrofes	102 Metrópoles	113 Amazônia Azul	125 Saramago	136 Integração Latino-Americana
50 Revista Cinquenta	78 Gestão e Política na Universidade Pública	92 Redes Sociais	103 Clima	114 Interculturalidades	126 Semiótica e Cultura	137 Vida Escolar
51 Saúde	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	93 Caminhos do Desenvolvimento	104 Energia Elétrica	115 Politicamente Correto	127 Ensino Público	138 Linguística da Vida Contemporânea
54 Os Sertões: Cem Anos	83 Nabuco e a República	94 Semana de Arte Moderna	105 Universidade em Movimento	116 Pós-Verdade e Jornalismo	128 Saúde Pública	
55 Revolução Virtual	84 Vinte Anos da Queda do Muro	95 Desafios do Pré-sal	106 Crise Hídrica	117 Copas do Mundo	129 Segurança Pública	
62 Cosmologia	85 Balanço da Crise Mundial	96 Alcoolismo	107 Saúde Urbana	119 Direitos Humanos	130 Independências Latino-Americanas	
64 Brasil Rural	86 Cibercultura	97 Computação em Nuvem	108 Jogos Olímpicos	120 Religião e Modernidade	131 Pandemia: Valores em Crise	

Você pode acessar todas as edições da **revistausp** no Portal de Revistas da USP:

www.revistas.usp.br/revusp/